



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 21

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 10 de setembro de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, tendo sido apresentados os seguintes votos:

— **Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Monjardino**, subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares.

Feita a apresentação pelo Sr. Presidente da Assembleia, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe pela sua participação nos Jogos Paralímpicos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Hélia Cardoso (CH) e usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação a Ana Margarida Filipe pela conquista do 7.º lugar**

no salto em comprimento T20 e um Diploma nos Jogos Paralímpicos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e usado da palavra o Sr. Deputado Luís Leal (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de congratulação pelo 1.º Centenário do Santa Cruz Sport Club, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de congratulação pelo centenário da Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de congratulação aos atletas da Associação de Karaté das 9 Ilhas dos Açores (AKNIA), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Olivéria Santos (*CH*) e usado da palavra os Srs. Deputados Jaime Vieira (*PSD*) e Russell Sousa (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de congratulação pelo 75.º aniversário da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico – Picowines, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Jorge (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de congratulação pela comemoração dos 75 anos da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação à atleta Júlia Leal pela conquista de duas

medalhas de Bronze no Campeonato da Europa de Jovens de Ténis de Mesa, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e usado da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Paulo Gomes (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Protesto pelo encerramento das lojas SATA, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Simões (*PSD*), Francisco Lima (*CH*), Nuno Barata (*IL*) e Carlos Silva (*PS*), o referido voto foi rejeitado.

— Voto de Pesar pelo falecimento de Reginaldo Correia de Melo e Silva, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado José Ávila (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, a Sra. Deputada Inês Sá (*PS*) usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), João Mendonça (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*) e a Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*).

Findo o período de tratamento de assuntos políticos, deu-se início à agenda com o Requerimento para apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII — “Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

O diploma foi apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), tendo pedido esclarecimentos o Sr. Deputado Francisco Lima (*CH*).

Seguiu-se o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII — “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho —

Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, pela Representação Parlamentar do PPM e pelo Grupo Parlamentar do CH.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), tendo intervindo no debate os/as Srs./as Deputados/as Olivéria Santos (*CH*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Inês Sá (*PS*), João Mendonça (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), José Eduardo (*PS*) e Andreia Cardoso (*PS*).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as Joaquim Machado (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Olivéria Santos (*CH*) e António Lima (*BE*).

Dando seguimento à agenda, avançou-se para o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII — “Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Feita a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado António Lima (*BE*), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as Olivéria Santos (*CH*), Sabrina Furtado (*PSD*), José Toste (*PS*), João Mendonça (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*) e Salomé Matos (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*).

O diploma foi retirado pelo proponente.

Usaram da palavra para um protesto e para um contraprotesto, respetivamente, a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Por fim, deu-se início à análise da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XIII — “Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores da carreira especial médica, a adotar pelos serviços e organismos que integram o Serviço Regional de Saúde da

Região Autónoma dos Açores”, apresentada pelo Governo Regional.

Após a apresentação da iniciativa por parte da Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*), seguiram-se as intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Olivéria Santos (*CH*), João Mendonça (*PPM*), Hélia Cardoso (*CH*), José Toste (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Salomé Matos (*PSD*), António Lima (*BE*) e Nuno Barata (*IL*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Eram 10 horas e 02 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faça favor.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José **Miguel** de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)**Pedro Miguel Vicente Neves****Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, desejo a todos um bom trabalho neste novo ano parlamentar, que é a continuação da I Sessão Legislativa desta Legislatura.

Aproveito também para dar as boas-vindas ao Sr. Deputado Carlos Freitas, em nome deste Parlamento, e desejar-lhe bom trabalho no regresso a estas funções.

Decidiu a Conferência de Líderes que vamos iniciar esta nossa reunião parlamentar com a apresentação e votação de um voto de pesar pelo falecimento do primeiro Presidente da nossa Assembleia, o Doutor Álvaro Monjardino.

Voto de Pesar**Pelo falecimento de Álvaro Monjardino**

O primeiro Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores faleceu no passado dia 16 de agosto, aos 93 anos de idade, na ilha Terceira. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino nasceu a 6 de outubro de 1930, na freguesia da Conceição, em Angra do Heroísmo.

Licenciou-se em Direito, em Lisboa, dedicando-se, posteriormente, à advocacia. Filiado no Partido Social Democrata, foi Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores na I e II Legislaturas, pelo círculo eleitoral da Graciosa, e na III Legislatura pelo círculo eleitoral da Terceira, tendo sido eleito Presidente do Parlamento açoriano nas duas primeiras Legislaturas (1976/1978 – 1979/1984). Na qualidade de Deputado integrou as Comissões Parlamentares de Assuntos

Políticos e Administrativos, de Assuntos Económicos e Financeiros e de Assuntos Internacionais. Elencou, ainda, a Comissão Eventual para o Estudo das Instalações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e a Comissão Especial para a Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Paralelamente, desempenhou as funções de Presidente das Comissões Parlamentares de Assuntos Económicos e Financeiros e de Assuntos Internacionais.

Foi ainda Vogal da Junta Regional dos Açores, nomeadamente na área da Coordenação Económica e Finanças.

Também integrou a comissão instaladora do Instituto Universitário dos Açores (1976 – 1980), embrião da atual Universidade dos Açores.

Ocupou o cargo de Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro no IV Governo Constitucional, chefiado por Carlos Mota Pinto, entre 1978 e 1979.

Além da carreira de advogado e do seu percurso político, Álvaro Monjardino foi Presidente da Direção do Instituto Histórico da Ilha Terceira (1984 – 1999), e sócio correspondente da Academia Portuguesa de História. Foi um dos principais obreiros do processo que levou à classificação do centro histórico da cidade de Angra do Heroísmo como Património da Humanidade na lista da UNESCO. Foi diretor do jornal diário “A União”, periódico da cidade de Angra do Heroísmo, no qual mantinha assídua colaboração.

A 3 de setembro de 2021, por ocasião das comemorações dos 45 anos da Autonomia Regional, foi homenageado pela Assembleia Legislativa na inauguração da Biblioteca do Parlamento açoriano, designada, desde então, por Biblioteca Álvaro Monjardino, numa cerimónia presidida pelo Sr. Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Álvaro Monjardino destacou-se pela sua liderança firme e pelo seu compromisso inabalável com o serviço público. O seu contributo na fundação e consolidação

da Autonomia dos Açores e na defesa dos interesses regionais foi amplamente reconhecido, refletindo a sua dedicação exemplar à causa pública.

O seu legado, marcado pela firmeza de caráter e pela sua integridade, continuará a inspirar as gerações presentes e futuras. A sua contribuição inestimável para a história dos Açores e para o fortalecimento das suas instituições será lembrada com profundo respeito e admiração.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação deste voto de pesar pelo falecimento do Doutor Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, honrando a sua memória e apresentando respeitosas condolências à sua família.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, ao Governo Regional dos Açores, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e ao Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Horta, 10 de setembro de 2024.

(Pausa)

Apresentado o voto, pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Monjardino foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora seguir a ordem natural dos votos que foram entregues

na Mesa. Começamos pelos votos de congratulação. O primeiro deles é apresentado pelo Partido Chega à atleta Ana Filipe pela sua participação nos Jogos Paralímpicos...

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, apenas para informar que nós não temos este voto, nem na mesa, salvo algum papel que não esteja aqui, nem no e-mail. Gostaria de confirmar se os votos foram, ou não, distribuídos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Como sabe, essa não é responsabilidade da Mesa.

Sr. Deputado José Pacheco, para dar esclarecimentos, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas para esclarecer que nós temos o hábito de enviar por e-mail para todos os Srs. Deputados, evitando-se assim o desperdício de papel. Possivelmente, há aí novamente um problema qualquer na rede e não vos chegou. Sr. Presidente, nós temos tido esse cuidado. Deve haver aí uma falha qualquer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso para a apresentação do voto, faça favor.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À atleta Ana Filipe pela sua participação nos Jogos Paralímpicos

Ana Margarida Filipe, nascida em 28 de agosto de 1999, é natural da ilha Terceira e atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade, pelo qual tem

vindo a atingir vários feitos e reconhecimento.

Além de outras conquistas no seu palmarés, Ana Margarida competiu no passado dia 6 de setembro de 2024 nos Jogos Paralímpicos Paris, na prova de salto em comprimento, em que conseguiu a sua melhor marca da época e também um diploma, tendo alcançado o sétimo lugar no concurso de salto em comprimento T20 (deficiência intelectual) nos Jogos Paralímpicos Paris 2024.

A atleta já demonstrou o seu notável talento com uma carreira como campeã regional em diversas disciplinas e escalões etários, tendo, desde 2015, representado a Região Autónoma dos Açores e a seleção nacional, em diversas competições internacionais. A sua estreia internacional foi no Campeonato do Mundo de Pista Coberta INAS, realizado na Rússia, tendo recebido duas medalhas de bronze.

O seu percurso enquanto atleta tem sido notável. Em 2015, foi atleta dos Jogos Paralímpicos Europeus da Juventude, na Croácia, tendo ganho uma medalha de ouro em salto em comprimento e medalha de prata na categoria 400 metros barreiras.

Em 2016, venceu a medalha de ouro no salto em altura e nos 400 metros estafetas e foi reconhecida com o prémio Atleta dos Campeonatos no 9.º Campeonato do Mundo INAS de Pista Coberta em Ancona, Itália.

Em 2018, conquistou a medalha de ouro no triplo salto, 60 metros barreiras e salto em altura e a medalha de prata no salto em comprimento no 10.º Campeonato da Europa de Atletismo em Pista Coberta VIRTUS, em França.

Em 2019, ganhou duas medalhas de ouro — 60 metros barreiras e salto em altura. Uma de prata no triplo salto e uma de bronze no salto em comprimento no Campeonato da Europa de Atletismo de Pista Coberta INAS, na Turquia.

No final de 2019, conquistou quatro medalhas — uma medalha de ouro na disciplina de salto em altura, duas medalhas de prata no triplo salto e nos 100 metros barreiras e uma medalha de bronze no salto em comprimento — no INAS

Global Games, disputados na Austrália.

Em 2020, venceu dois títulos de campeã mundial no Campeonato do Mundo de Pista Coberta de Desporto Adaptado, que decorreu em finais de Fevereiro em Torun, na Polónia.

Nos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020, terminou na sexta posição com a sua participação no salto em comprimento T20, alcançando a marca de 5,16 metros.

Já em 2024, arrecadou três medalhas de ouro para os Açores, desta vez no Campeonato do Mundo e da Europa de Pista Coberta VIRTUS.

Este resultado reflete não apenas o seu extraordinário desempenho desportivo, mas também a sua determinação e capacidade de superação. A sua trajetória é um exemplo para todos, mostrando que o desporto é um caminho de superação e inclusão, e que, com empenho, é possível alcançar feitos extraordinários.

Portanto, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pela participação nos Jogos Paralímpicos de Paris, do qual deve ser dado conhecimento à atleta, ao Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira, bem como à sua treinadora, Ana Paula Costa, e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Bom dia. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto apresentado pelo Chega.

Realmente, já não há adjetivos para classificar o bom comportamento e os êxitos desportivos da Ana Margarida Filipe. Têm sido muito habituais os votos de congratulação por todas as conquistas realizadas por essa magnífica atleta.

Dizer também que a Ana Margarida Filipe é um exemplo de como se deve estar no desporto. No desporto, com trabalho e dedicação, tudo se consegue. E a Ana Margarida Filipe tem sido uma verdadeira embaixadora do desporto inclusivo e do desporto para todos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à atleta Ana Filipe pela sua participação nos Jogos Paralímpicos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O CDS-PP também apresenta um voto a Ana Margarida Filipe. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Ana Margarida Filipe pela conquista do 7.º lugar no salto em comprimento T20 e um Diploma nos Jogos Paralímpicos

Nos Jogos Paralímpicos que decorreram na cidade de Paris, a açoriana Ana Margarida Filipe alcançou o sétimo lugar na prova do Salto em Comprimento que se realizou no dia 6 de setembro, no Estádio Olímpico de Paris.

Ana Filipe terminou a competição com a melhor marca da época e um diploma

paralímpico, o concurso de salto em comprimento T20 dos Jogos Paralímpicos Paris 2024.

Desde 2015 que a atleta tem vindo a ser galardoada com prémios e medalhas ao mais alto nível, voltando a ter uma excelente exibição na maior competição desportiva do mundo.

Ao alcançar esta honrosa classificação num palco internacional de grande prestígio, Ana Margarida Filipe enalteceu o nome de Portugal e dos Açores e, em particular, o desporto paralímpico, que continua a crescer em importância e relevância.

Os Jogos Paralímpicos são um verdadeiro testemunho da capacidade humana de superação, resiliência e determinação. Ao competir ao mais alto nível, Ana Margarida demonstrou que o talento, o esforço e o compromisso são as verdadeiras forças motrizes do sucesso, independentemente dos desafios.

Apresentamos o nosso reconhecimento à atleta e à equipa técnica pelo seu excelente desempenho, desejando-lhe a continuação de sucesso na sua carreira desportiva e que os seus feitos inspirem futuras gerações de atletas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação à atleta Ana Margarida Filipe pela conquista do 7.º lugar no salto em comprimento T20 e um Diploma nos Jogos Paralímpicos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Atleta, ao Clube Associação Cristã da Mocidade, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Atletismo.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é natural, o Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação a Ana Margarida Filipe.

É com enorme satisfação que vemos uma açoriana a destacar-se nos Jogos Paralímpicos. E deve ser o mote para que haja um contínuo apoio do Governo Regional e de todos nós, porque o desporto é fundamental para a vida de todos nós.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação a Ana Margarida Filipe pela conquista do 7.º lugar no salto em comprimento T20 e um Diploma nos Jogos Paralímpicos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo primeiro centenário do Santa Cruz Spot Club.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação 1.º Centenário do Santa Cruz Sport Club

O Santa Cruz Sport Club foi fundado a 20 de agosto de 1924, entrando, assim, para o restrito grupo das instituições centenárias.

A sua constituição resultou de uma cisão amigável com o Clube Recreativo 1.º de Dezembro, apenas pelo facto de este não querer enveredar pela prática do futebol, novidade trazida à ilha por jovens Graciosenses que frequentavam estabelecimentos de ensino no exterior.

E foram esses jovens os seus sócios fundadores, alguns deles ainda sem idade para assinar a escritura da sua constituição.

O clube chegou a ter um campo de ténis, onde se praticava essa modalidade, a patinagem e o voleibol e que servia, também, para as animadas verbenas.

Mais tarde foi construído um campo de croquet no mesmo espaço, o que faz desta instituição a mais eclética da ilha.

Foi também uma referência na vida social e cultural devido à promoção de bailes e outras atividades de cariz recreativo, teatro e até excursões, contando com a participação de funcionários públicos que vinham do exterior e deportados políticos que muito contribuíram para elevar “o nível cultural e associativo do clube”, conforme é referido no livro lançado a propósito desta comemoração.

O entusiasmo inicial com a prática do futebol deu lugar a momentos de alguma confrontação pelo facto de esta instituição, para haver alguma competição, ter de formar duas equipas, que levaram tão a sério que, quis o destino, acabou por provocar a extinção do futebol e uma nova cisão, esta com maiores danos, nomeadamente com a saída de muitos dos seus sócios que acabaram por dar origem, por sua vez, a outros clubes.

Em 1985, o clube aceitou o repto de voltar ao desporto, albergando no seu seio um grupo de jovens que quis organizar o voleibol e, mais tarde, em 1990, a

ginástica, que derivou para os trampolins, modalidades entretanto descontinuadas. O futsal também teve alguma expressão, embora de forma irregular.

Mas é precisamente no voleibol que o clube mais se tem distinguido:

- Os iniciados masculinos venceram três campeonatos regionais e representaram os Açores no campeonato nacional, em 1991, 2000 e 2001;
- As iniciadas femininas venceram um campeonato regional e representaram os Açores no campeonato nacional, em 1992;
- Os juvenis masculinos venceram um campeonato regional e representaram os Açores no campeonato nacional, em 2002;
- As seniores femininas, que venceram a primeira edição da Taça Açores, em 1988, sobem à Série Açores da II divisão nacional (ou similar) em 2006, que venceram por cinco vezes, em 2009, 2010, 2022, 2023 e 2024.

Foi ainda distinguido na I e na X Gala do Desporto Açoriano, em 2002 e em 2011, e este ano foi atribuída a Insígnia Autónomica de Mérito Cívico no Dia da Região Autónoma dos Açores.

Em boa hora, a atual direção, presidida por João Duarte Silva, decidiu lançar o livro “Santa Cruz Sport Club – Centenário – 1924 – 2024”, que conta com um capítulo com memórias do Engenheiro Eugénio Medina e a coordenação de Hildeberto Ribeiro Santos, ficando assim registada, para memória futura, a história de um dos clubes emblemáticos da ilha Graciosa e que, por sua vez, também serviu de informação base para a elaboração deste voto.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 10 de setembro de 2024, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o Santa Cruz Sport Club, os seus dirigentes, todos os seus sócios, técnicos e atletas pela celebração do seu primeiro centenário e expressa o seu mais profundo agradecimento pelo trabalho desenvolvido ao longos destes anos em prol da

cultura e do desporto da ilha Graciosa.

O Santa Cruz Sport Club, em termos culturais, tem uma história rica e diversificada e, em termos desportivos, teve um impacto significativo na comunidade local.

Foi este clube o primeiro na ilha Graciosa a proporcionar oportunidades para a prática desportiva. Por altura da sua fundação, e desde 1985, destacou-se na promoção do desporto e na formação de jovens atletas, alargando, também, pela primeira vez naquela ilha, ao setor feminino.

Mais do que referir os feitos, o mais importante é ressaltar o papel que desempenhou e desempenha no desenvolvimento social, desportivo e cultural da ilha Graciosa.

Que deste voto seja dado conhecimento, além do Santa Cruz Sport Club, à Confederação do Desporto de Portugal, à Federação Portuguesa de Voleibol, à Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD): Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se junta a este voto do Partido Socialista e que apresentará esta semana um de igual teor.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Julgo não existirem mais inscrições. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 1.º Centenário do Santa Cruz Sport Club foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação também é a um centenário, mas neste caso de uma sociedade filarmónica, a Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Centenário da Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense

No passado dia 15 de agosto, a Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense, da freguesia da Ribeirinha, na ilha do Faial, comemorou 100 anos de existência.

Manuel Berquó Avelar, natural de São Jorge, dotado de grande talento musical e exímio executante de instrumentos de sopro, cordas e teclas, o então faroleiro, destacado para o Farol da Ribeirinha, foi determinante para a sua fundação a 15 de agosto de 1924, tendo começado pelo ensino do tocar e do marchar em banda. Mais tarde, e após tomadas as diligências necessárias para a aquisição de instrumentos e de fardas, saíram pelas ruas da Ribeirinha cumprimentando a população.

Os ensaios continuaram no Farol da Ribeirinha até Manuel Berquó Avelar ser

transferido e substituído, na regência da sociedade filarmónica, por José Maria Terra, que deslocou os ensaios para o Império do Espírito Santo da Santíssima Trindade, localmente conhecido por Império Vermelho.

Em 1975, foi cedido um terreno à Sociedade Filarmónica para a construção da sua sede, ação que contou com o apoio de muitos beneméritos da freguesia, de emigrantes e da Câmara Municipal da Horta.

Ao longo da sua existência, foram centenas de músicos que passaram nas fileiras desta coletividade e na sua escola de música, que tem funcionado com a boa vontade dos membros mais velhos que, orgulhosamente, transmitem o seu conhecimento às gerações mais novas.

A Sociedade Filarmónica continua, volvidos 100 anos, a contribuir ativamente para a dinâmica musical e cultural da freguesia.

Com cerca de 23 músicos com idades compreendidas entre os 7 e os 76 anos, ao longo da sua história, a Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense, presidida atualmente por Luís Mendonça, deslocou-se a outras ilhas do arquipélago para atuações levando a todos o seu repertório.

Na vida de uma filarmónica, o seu maestro tem um papel agregador, desempenhando as suas funções de forma dedicada e competente, dando o melhor de si, sendo atualmente maestro da Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense Miguel Rodrigues.

O Centenário da Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense foi assinalado em sessão solene, onde foram homenageados músicos que integram a banda, seguida da inauguração da exposição “Recreio Musical Ribeirinhense 100 anos” na sede da filarmónica, tendo culminado com a realização de um festival de bandas filarmónicas que decorreu no dia 17 de agosto.

A Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense recebeu no Dia da Região Autónoma dos Açores de 2024 a Insígnia Autonomica de Mérito Cívico, tendo recebido também a medalha de Honra do Município por ocasião do 191.º

aniversário da Cidade da Horta.

Felicitando de forma especial todos quantos contribuíram para a cultura na ilha do Faial através da Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos 100 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção, à Direção Regional da Cultura e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista pede a palavra para se associar ao voto apresentado pelo Partido Social Democrata e para informar a câmara que amanhã vamos apresentar um voto com o mesmo teor.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo centenário da Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é aos atletas da Associação de Karaté das 9 Ilhas dos Açores.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para a sua apresentação.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de congratulação

Aos atletas da Associação de Karaté das 9 Ilhas dos Açores (AKNIA)

A Associação de Karaté das 9 Ilhas dos Açores (AKNIA) participou, a 25 e 26 de julho de 2024, na sexta edição da Taça do Mundo da Japan Karate Shoto Federation (JKSF), que decorreu em Tóquio, no Japão.

Os atletas açorianos voltam novamente a fazer história ao conquistarem três medalhas de prata e de bronze, em Tóquio. Destacam-se, em particular, os feitos individuais de Leonor Alemão, segunda classificada em Kumite Feminino 16-17 anos, e de Gonçalo Nápoles, que alcançou o terceiro lugar em Kumite Masculino 12-13 anos.

Coletivamente, os jovens karatecas Sofia Melo, Madalena Couto, Nair Marques, Gonçalo Nápoles, Tiago Feleja, António Cleto, Carlota Lopes, Laura Anacleto, Júlia Silva e Maria Lobo mostraram um espírito de equipa e dedicação exemplares, refletidos nas medalhas obtidas em Kumite por equipas, representando os seus clubes.

Esses objetivos demonstram como o karaté pode contribuir positivamente para o bem-estar individual e para a harmonia social, reforçando o seu valor como uma prática de alta importância.

Este voto de congratulação é também dirigido aos treinadores Nelson Rego, Paulo Silva, Raquel Rego, Lorena Alemão e Cláudia Borges, cuja liderança e orientação foram fundamentais para o sucesso dos atletas e dos seus clubes de Karate Shotokan da Relva (CKSR), o Clube Karate Shotokan Rabo de Peixe (CKSRP) e o Centro Karate de Lagoa (CKL), que têm desempenhado um papel significativo na sociedade, com objetivos que vão além do simples aprimoramento físico, mas também a nível de desenvolvimento pessoal e disciplinar, saúde e bem-estar, e de autodefesa.

Esta competição, que reuniu cerca de 800 atletas de 42 países, coloca os Açores e Portugal em evidência no panorama internacional do karaté, provando a excelência e a qualidade dos nossos atletas. Assim, expressamos o nosso voto de reconhecimento pelo esforço, dedicação e mérito demonstrados por todos os envolvidos, enaltecendo a forma como dignificaram o nome dos Açores.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Associação de Karaté das 9 Ilhas dos Açores, do qual deve ser dado conhecimento à própria associação, bem como aos atletas e aos seus treinadores, e à Direção Regional do Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Este é mais um exemplo do quanto o desporto açoriano caminha em passos largos no reconhecimento de todas as associações e, acima de tudo, de todos os atletas que compõem o desporto regional.

Este é mais um feito de grande glória para os desportistas açorianos na área do karaté.

E essas associações que foram referidas no voto, e bem, pelo Partido Chega já demonstraram a sua capacidade de trazerem medalhas para o desporto açoriano. Assim, o PSD associa-se a este voto, informando que irá trazer também, ainda este plenário, um voto de igual teor.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista também se associa a este voto, com naturalidade.

O karaté é um desporto que motiva os jovens, não só na disciplina, mas também na capacidade motora e no desenvolvimento do trabalho de equipa, como é referido aqui no voto.

E, acima de tudo, este voto, este desporto e as medalhas que foram reconhecidas no campeonato mundial, no Japão, demonstram que o desporto açoriano tem muito para dar aos açorianos, a Portugal continental e a Portugal no seu todo.

Este voto demonstra também a capacidade dos clubes que foram mencionados neste voto de trabalharem os seus atletas, de trabalharem as suas comunidades e de trazerem aos Açores alegrias nas competições em que participam.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não existirem mais intervenções. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação aos atletas da Associação de Karaté das 9 Ilhas dos Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pelo 75.º aniversário da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

Deputada Ana Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

75.º aniversário da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico – Picowines

Neste ano de 2024, celebramos com grande júbilo os 75 anos da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, conhecida como Picowines.

Fundada em 1949, por 21 pioneiros, entre os quais se destacam os médicos Alberto Campos de Medeiros e Caetano Luís Mendonça, bem como o empresário António Tavares de Melo, a cooperativa conta hoje com cerca de 230 sócios, a quem enalteçemos e saudamos pelo seu trabalho, no presente voto.

Após um período de preparação e organização, seguido da construção da sua sede, a Adega Cooperativa iniciou a produção em 1961, utilizando as castas nobres Verdelho, Arinto e Terrantez do Pico. O primeiro vinho da CVIP, com o nome “Pico”, foi lançado no mercado em 1965.

Desde os primórdios do cultivo da vinha no Pico, este conheceu várias fases. O vinho licoroso, produzido na ilha, tornou-se famoso pela sua qualidade, começando a ser exportado no final do século XVII — primeiro para as restantes ilhas dos Açores e, no século XVIII, para a maioria dos países do norte da Europa. A fama dos vinhos do Pico é atestada pelo facto de que, até os czares da Rússia, foram consumidores regulares do vinho Verdelho do Pico.

A segunda metade do século XIX trouxe consigo o surgimento de doenças e pragas, como a filoxera e o oídio, que destruíram praticamente todo o vinhedo, levando muitos habitantes a abandonar o Pico para escapar à fome e à miséria. Os

que ficaram introduziram, nos "currais", o vinho morangueiro — ou “de cheiro” — que, apesar de não ter a mesma qualidade, foi fundamental para a subsistência económica da ilha durante esta fase.

Foi neste contexto, de recuperação de um passado de esplendor e glória, que surgiu a cooperativa do Pico, na Madalena.

Inicialmente, a cooperativa apostou na produção de vinho licoroso branco, utilizando as castas existentes, mas, a partir de 1972, tornou-se evidente que seria necessário produzir vinho também a partir de uvas tintas e castas americanas, por questões de rentabilidade.

Os chamados “vinhos de cheiro” acabaram por ser, não só um garante de subsistência para o Pico, mas também, durante décadas, o motor da Cooperativa. Surgiram novos vinhos que marcaram também a história do Pico: o Terras de Lava Branco, os vinhos Lajido, o Terras de Lava, o Basalto Tinto, o Frei Gigante, o Rosé Terras de Lava, o tinto Maroiço. Atualmente, a cooperativa conta com 18 referências de vinhos certificados comercializados.

A entrada do enólogo Bernardo Cabral, como consultor na Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, em 2017, marcou uma nova etapa na vida destes vinhos, desenvolvendo um trabalho assente na recuperação do terroir, orientado para as suas castas mais nobres — Verdelho, Terrantez e Arinto.

Importa sublinhar que Bernardo Cabral foi distinguido com o título de “Enólogo do Ano” pela Revista de Vinhos, em 2015.

Atualmente liderada por Losménio Goulart, a Cooperativa tem-se empenhado em fomentar o processo de produção do vinho, tornando-o cada vez mais uma referência de elevada qualidade.

A Cooperativa tem investido na qualificação, renovação e modernização das suas instalações, para continuar a garantir o nascimento de grandes vinhos, comprometendo-se a continuar a ser um pilar fundamental na promoção e valorização dos vinhos da nossa região, contribuindo significativamente para o

desenvolvimento económico, social e cultural da Ilha do Pico.

Ao longo destas sete décadas e meia, a Picowines tem demonstrado um compromisso inabalável com a qualidade e a inovação, mantendo sempre viva a tradição vitivinícola que caracteriza a nossa terra.

A cooperativa que atualmente representa 50 % dos vinhos certificados pela Comissão Vitivinícola Regional dos Açores, tem sabido conjugar a tradição com a modernidade, apostando na internacionalização e na conquista de novos mercados, sem nunca esquecer as suas raízes.

Além da produção de vinhos de excelência, a Picowines tem desempenhado um papel crucial na preservação do património cultural e natural da Ilha do Pico.

A cooperativa promove práticas agrícolas sustentáveis e a proteção das paisagens vitivinícolas, classificadas como Património Mundial da UNESCO, desde 2004. Este compromisso com a sustentabilidade e a preservação ambiental é um exemplo inspirador para outras regiões vitivinícolas.

A Picowines também tem investido na formação e capacitação dos seus associados, promovendo a inovação e a melhoria contínua dos processos de produção.

Ao longo dos anos, a Picowines recebeu várias distinções, incluindo múltiplas medalhas de bronze, prata e ouro, a nível regional, nacional e internacional.

Em 2024, para assinalar esta data especial, a Cooperativa lançou uma edição limitada de 1746 garrafas de Arinto dos Açores 2020. A este novo produto associar-se-ão outras novidades neste ano, que é um marco histórico de grande orgulho, pelo seu contributo inestimável para a vitivinicultura da ilha do Pico e dos Açores.

Que os próximos anos sejam repletos de sucessos, inovação e reconhecimentos, continuando a trilhar um caminho que conjuga tradição, inovação e excelência.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

reunida em sessão plenária no mês de setembro de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pelo 75.º aniversário da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico — Picowines.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais desta Cooperativa, à Comissão Vitivinícola Regional dos Açores, à Associação de Municípios da Ilha do Pico, às Assembleias Municipais dos Municípios da Ilha do Pico, à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação e ao Embaixador Digital da Cooperativa, Luís Filipe Borges.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 75.º aniversário da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico – Picowines foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sobre o mesmo tema, também apresenta um voto de congratulação o Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Pela comemoração dos 75 anos da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico

Fundada em 1949, a Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico (CVIP) resultou do esforço de um grupo de vitivinicultores que, conscientes da necessidade de uma estrutura que reunisse boas capacidades económicas e de produção, tentaram recuperar as castas nobres e a cultura da vinha em curral de pedra.

A primeira produção ocorreu em 1961 com a laboração exclusiva das castas nobres, sendo o primeiro vinho lançado no mercado no ano de 1965, com o nome “Pico”. A partir do início da década de 90, verifica-se a introdução de novas castas que substituíram espaços de cultura de produtores diretos, em paralelo com a renovação dos encepamentos das castas nobres tradicionais, beneficiando todas as produções com a introdução de novas tecnologias nesta Cooperativa, que vieram permitir a melhoria da qualidade de todos os vinhos.

Com a introdução de novas castas, criaram-se novos vinhos, como o Lajido, Terras de Lava, Frei Gigante, Basalto, Cavaco, entre outros, que aos poucos foram adquirindo prestígio nacional e internacional, conquistando diversas medalhas.

Atualmente, a Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, também designada por Picowines, representa 50 % dos vinhos certificados pela CVR Açores, contando com 18 referências comercializadas de vinhos certificados. Produz vinhos do tipo branco, tinto, rosé, espumante, licoroso e ainda aguardentes, contando com cerca de 270 associados, produtores das uvas que dão lugar aos vinhos que produz. Os seus vinhos são comercializados em 15 países, com particular destaque para os mercados americano e europeu.

A maior e mais antiga produtora de vinhos dos Açores continua a preservar a forma como os seus antepassados faziam o vinho, aliando-a aos novos conhecimentos. As uvas apanhadas à mão nas vinhas rochosas permitem preservar a cultura autêntica de outrora e, numa paisagem elevada ao estatuto de Património Mundial da Humanidade pela Unesco, os vinhos produzidos evidenciam a conjugação de fatores únicos do Pico, marcados pelo vulcão, as temperaturas

amenas, o mar e o sal.

Para comemorar os seus 75 anos de história, a Picowines acaba de lançar um novo vinho de edição limitada, com uma produção de apenas 1746 garrafas — o “Arinto dos Açores 2020 Garrafeira” — cujo rótulo destaca “os anos de vida da adega e enaltece a história construída”.

Esta Cooperativa tem, de facto, um património histórico e de marcas que valem por si só, assumindo como desafios e propósitos a modernização do seu atual edifício, a contínua divulgação dos vinhos do Pico e a conquista de novos consumidores com a aposta no digital, a dinamização do enoturismo e a criação de um produto diferenciado prestando todo o apoio aos vitivinizadores.

Mais do que uma congratulação, o presente voto é também um justo e merecido reconhecimento à dedicação e ao trabalho dos órgãos sociais, dos colaboradores, dos associados e dos vitivinizadores que, ao longo destes 75 anos, contribuíram para o papel determinante que esta Adega tem desempenhado na afirmação dos vinhos do Pico e no progresso do setor vitivinícola dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pela comemoração dos 75 anos da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico e à Associação de Municípios da Ilha do Pico.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não existindo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela comemoração dos 75 anos da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos então avançar para o último voto de congratulação, à Júlia Leal pela conquista de duas medalhas de bronze no Campeonato da Europa de Jovens de Ténis de Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À atleta Júlia Leal pela conquista de duas medalhas de Bronze no Campeonato da Europa de Jovens de Ténis de Mesa

O Grupo Parlamentar do CDS-PP congratula a jovem atleta Júlia Leal, do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pelas duas medalhas de bronze conquistadas, ao serviço da seleção portuguesa, no Campeonato da Europa de Jovens de Ténis de Mesa, realizado recentemente em Malmo, Suécia.

Após uma época desportiva de grande sucesso, em que se sagrou vice-campeã no Campeonato Nacional de Seniores de Equipas pelo GDCS Juncal, Júlia Leal continuou a demonstrar o seu imenso talento no cenário internacional. Ao arrecadar duas medalhas, uma na competição por equipas e outra na prova de pares, ao lado da sua colega romena Andrea Baiasu, a atleta deu um importante contributo para o sucesso da representação portuguesa, que trouxe três medalhas para o nosso país.

Ao destacar-se numa competição tão prestigiada, a atleta Júlia Leal não só eleva

o nome do desporto açoriano e nacional, como também contribui para o fortalecimento da visibilidade e importância da formação desportiva nos Açores e do ténis de mesa em Portugal.

O percurso da atleta é digno de apreço, sendo um exemplo de dedicação, trabalho árduo e espírito competitivo.

Apresentamos o nosso reconhecimento e desejamos uma boa prestação da atleta nos desafios que se avizinharem. Que o seu desempenho inspire as novas gerações de atletas a contribuir, também, para o desenvolvimento do ténis de mesa, a nível regional e nacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação à atleta Júlia Leal pela conquista de duas medalhas de Bronze no Campeonato da Europa de Jovens de Ténis de Mesa.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à atleta Júlia Leal, ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, com gosto, a este voto aqui apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP.

Quando eu aqui apresentei um voto de congratulação pelos títulos de campeã nacional de sub-15 e de sub-21 da Júlia Leal, em junho do ano passado, disse nessa intervenção que, certamente, esta câmara voltaria a ouvir falar da Júlia Leal.

E cá estamos, mais um sucesso da Júlia, por todo o trabalho e toda a dedicação que tem colocado neste desporto, em concreto no ténis de mesa.

A Júlia tem hoje 15 anos, disputa já títulos nacionais de seniores. Veja-se que foi vice-campeã nacional de seniores tendo ainda 15 anos. Está no Centro de Alto Rendimento de Vila Nova de Gaia desde os 12 anos. E é um caso muito sério de sucesso, de entrega, de empenho, que deve ser, na nossa opinião, seguido pelos jovens açorianos, por todos os açorianos, porque é uma grande inspiração.

E estou certo de que esta câmara vai, várias vezes, voltar a ouvir falar na Júlia Leal.

Portanto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fica aqui uma saudação à Júlia Leal, à sua equipa, à sua família, à sua mãe, a Anabela Leal, que coloca também muito empenho e dá muito apoio a este percurso da sua filha, da jovem atleta Júlia Leal. E, portanto, aqui fica uma saudação especial à Júlia por mais um grande feito, associando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao voto aqui trazido, e bem, pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As vitórias da atleta Júlia Leal são mais um exemplo do brilhantismo de atletas açorianos. Qualquer conquista é motivo de grande satisfação. No entanto, quando estas conquistas são conseguidas em provas de âmbito europeu, é um motivo de orgulho para todos nós, açorianos.

Portanto, dar os parabéns à atleta Júlia Leal, que continue a brilhar, que continue a conquistar, mas, acima de tudo, que continue a ser feliz naquilo que faz.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não existirem mais inscrições. Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação a Júlia Leal pela conquista de duas medalhas de Bronze no Campeonato da Europa de Jovens de Ténis de Mesa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos entrar nos votos de protesto. Deu entrada na Mesa um voto de protesto pelo encerramento das lojas da SATA, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Pelo encerramento das lojas SATA

No dia 19 de julho, o Grupo SATA publicou um comunicado no qual anunciava o encerramento das lojas SATA, “a transferência de serviços e dos recursos humanos das atuais lojas em centro urbano, para concentrar, sempre que possível, os meios físicos e humanos nos balcões de atendimento das estruturas aeroportuárias”, o que já tinha sido mencionado na audição do novo presidente da SATA, Dr. Rui Coutinho, na Assembleia Legislativa da Região dos Açores, no dia 5 de julho.

Após pressão pública que surgiu de vários quadrantes, o novo presidente da SATA anunciou um acordo com a RIAC que permitiria a venda de bilhetes da companhia aérea nas 55 lojas da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão.

Embora o presidente da SATA tenha afirmado que este acordo com a RIAC já estava previsto aquando da decisão de encerrar as lojas da SATA, esta informação apanhou os próprios trabalhadores da RIAC de surpresa, tendo sido a decisão condenada por parte de sindicatos, autarquias, agências de viagens e câmaras de comércio, sendo inclusivamente questionada a própria legalidade desta mesma decisão.

Desta vez, a pressão pública levou o Presidente do Governo a intervir diretamente no assunto, para anunciar então o recuo na decisão de venda de bilhetes da SATA nas lojas da RIAC.

No dia 8 de agosto, a SATA e a APAVT anunciaram a elaboração de “um plano de ação conjunto com o objetivo de minimizar os efeitos do fecho das lojas e otimizar a cooperação entre a SATA e as agências de viagens da APAVT.

Do acordo entre as duas entidades não saiu qualquer medida concreta para mitigar o impacto do encerramento das lojas da SATA e a situação voltou à “estaca zero”. Entretanto, os efeitos do fecho das lojas já se fazem sentir com constrangimentos nos balcões da SATA nos aeroportos, levando a uma grande sobrecarga para os trabalhadores da companhia aérea. O aeroporto de Ponta Delgada, por exemplo e em particular, tem tido “filas intermináveis”, como descreve o SINTAC.

Acresce a isso que as distâncias mais longas que os clientes têm agora de percorrer, a ausência de transportes públicos para muitos dos aeroportos da Região e os elevados preços do estacionamento penalizam desnecessariamente os passageiros.

A mobilidade é um direito essencial, principalmente numa região arquipelágica. Por isso, tomar uma decisão que agrava a dificuldade de acesso ao direito à mobilidade é um erro estratégico por parte da SATA.

É lamentável que a SATA tenha tomado uma decisão precipitada e irrefletida em vez de procurar um diálogo com todas as entidades envolvidas que permitisse encontrar soluções viáveis e benéficas simultaneamente para a companhia aérea

e para os seus clientes.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de protesto pelo encerramento das lojas SATA.

Do presente voto, propõe-se dar conhecimento ao Grupo SATA e ao Governo Regional.

Horta, 10 de setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições, dispondo cada grupo parlamentar de três minutos e as representações parlamentares de dois minutos para a reação ao voto.

Sr. Deputado Paulo Simões, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados:

É estranho este voto de protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda. Parece que o Bloco prefere o tempo em que o Governo Regional dos Açores e a SATA eram uma e a mesma coisa, com os resultados que se conhecem: uma companhia em falência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao contrário dos anteriores governos do Partido Socialista, este Governo cumpre o que sempre prometeu, não interferir nas decisões do conselho de administração do Grupo SATA, que, como convém não esquecer, tem autonomia de gestão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por isso é que voltaram atrás!

O Orador: Ao invés de um voto de protesto, deveríamos estar aqui a louvar o serviço prestado pela SATA Air Açores, que no Verão IATA de 2023

disponibilizou mais de 225 mil lugares do que em 2019, valores que deverão ser ultrapassados no decorrer deste Verão IATA, que só termina em outubro.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta do Bloco de Esquerda é aquela velha máxima, que é: seca na eira e chuva no nabal. Se nós queremos, de facto, uma privatização da SATA, que foi a questão da privatização da Azores Airlines, que toda a gente critica, e queremos uma gestão profissional e não política, como é que é possível sem um ato de gestão? Qual é o problema disso?

Portanto, há que acautelar determinadas zonas em que as pessoas ficam sem acesso, até das ilhas pequenas. Aliás, o Governo, creio, queria fazer um protocolo a RIAC ou eventualmente com as agências de viagens.

Mas é um absurdo nós andarmos a sustentar coisas que são insustentáveis. Quem é que vai pagar isso? Os contribuintes? Vamos pôr lojas desertas? Ou então vamos assumir aqui, e o Bloco de Esquerda tem que provar, que isso é uma decisão política, que é uma decisão antieconómica.

Se nós queremos uma gestão profissional, não podemos criticar um ato de gestão profissional. Isto é a nossa posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta oportunidade para cumprimentar todos neste regresso depois da nossa pausa para férias.

A questão que aqui nos traz o Bloco de Esquerda é, eu diria, mais grave do que a própria decisão do conselho de administração da SATA.

Nós passamos a vida a criticar a ingerência do acionista na gestão e nas decisões de gestão da companhia e, depois, queremos trazer para o Parlamento essas mesmas decisões, essas mesmas opções estratégicas da companhia. Por mais que elas sejam duvidosas, por mais que seja duvidoso o número de 1,5 milhões de euros de poupança...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é duvidoso, é falso!

O Orador: ... com o encerramento das lojas da SATA — que é um absoluto disparate, ninguém pouca 1,5 milhões de euros por ano com o encerramento de nove lojas, até porque vai ter de continuar a prestar o serviço e, portanto, vai ter de manter os recursos humanos noutras circunstâncias —, obviamente que não cabe ao Parlamento ingerir em atos de gestão de uma companhia aérea, de uma empresa do Setor Empresarial Regional.

E, nesse sentido, nós votamos contra esse voto do Bloco de Esquerda e, veementemente, rejeitamos qualquer tipo de tentativa, quer do Parlamento, quer do acionista diretamente, na gestão da companhia, por pior que ela seja. Demite-

se o conselho de administração, manda-se para casa e nomeia-se outro. Não é aqui que nós fazemos esse ato de gestão quase corrente de uma companhia aérea ou de qualquer outra empresa do Setor Empresarial Regional.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o voto de protesto que aqui é trazido pelo Bloco de Esquerda tem a virtude de trazer a debate um assunto que é importante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Debate?!

O Orador: Sim, debate, porque é um debate que se gera aqui...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é um debate?

O Orador: ... e que permite realçar algumas contradições que foram apresentadas, até pela própria administração da SATA, com a cumplicidade do Governo, para justificar uma decisão que, no nosso entender, foi precipitada, mal fundamentada e que revela uma enorme insensibilidade para com as populações mais frágeis e que necessitam de recorrer às lojas físicas em centros urbanos. Isso é factual.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A SATA na falência é que foi uma grande sensibilidade!

O Orador: Essa iniciativa do Bloco permite clarificar, uma vez mais, que foi um erro a decisão que foi tomada e os argumentos que foram invocados para tomar essa decisão. Obviamente, conforme já aqui foi referido pelo Deputado Nuno Barata, que não há qualquer poupança anual de 1,5 milhões de euros. É falso. É totalmente falso. E são os dados que o Governo divulga através de uma resposta a um requerimento do Partido Socialista que comprovam exatamente isso. Os pressupostos utilizados são falsos, a decisão foi precipitada, mal estudada,

insensível, não teve em conta o impacto que ela gera para as populações mais frágeis, mais idosas e que recorrem à loja física.

E nem todas as decisões que a SATA tem de tomar têm de ter, inevitavelmente, em vista a obtenção do lucro. E digo isso sem qualquer problema.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pois, é por isso mesmo que a SATA está como está!

O Orador: A SATA presta um importante serviço de proximidade. E negar isso é negar a própria essência da SATA, para a qual ela foi constituída.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Sejamos honestos. Eu tenho plena consciência que uma empresa tem em vista a obtenção de resultados positivos. Não é isso que está aqui em causa. Mas usar um pressuposto falso de uma poupança anual de 1,5 milhões de euros, que não existe, e que nós apenas comprovamos uma redução de custos com as rendas de 115 mil euros, diz muito sobre a decisão que foi tomada e a forma como ela foi tomada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se fosse só isso, já era bom!

O Orador: E, depois, Sr. Deputado Paulo Simões, vir aqui dizer que o Governo não interfere?! O Governo veio a correr tentar remediar o problema do envolvimento da RIAC. Afinal, não é assumir que foi uma decisão errada, precipitada e que não foi estudada? Não há problema nenhum em assumir os erros.

Deputado Flávio Soares (PSD): Pois não! O PS já assumiu os seus?

O Orador: Toda a decisão, o tempo em que ela foi tomada, os pressupostos que foram utilizados são todos errados. Não há nenhum mal em tomar decisões que visem a otimização dos gastos da empresa. Não há problema nenhum com isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já vai dizer o contrário!

O Orador: Mas vamos ter em conta também os impactos. Qual é que foi o impacto para as comunidades na Graciosa, nas Flores, em Santa Maria, em São Jorge, do encerramento dessas lojas? Foi estudado? Qual é que foi o impacto da

perda de receita das lojas físicas? Foi estudado?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não!

O Orador: Não, não foi. Vir aqui argumentar que se vai poupar com o ordenado de funcionários que se mantêm em funções é falso, é querer enganar os açorianos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vir aqui argumentar que vai haver um incremento de receitas em 300 mil euros sem ter em conta o impacto negativo da perda de receitas também é um argumento falso, é querer enganar os açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Não ter em conta o impacto para as populações mais frágeis é querer enganar os açorianos.

Dizer que a venda de edifícios, que ocorre apenas uma vez, vai contribuir para a poupança anual é também um argumento falso e que não pode ser aceitável.

Tudo isso, no fundo, revela que o Governo e a administração da SATA tomaram uma decisão precipitada, não auscultaram os trabalhadores, não auscultaram o departamento comercial, não auscultaram sequer a própria RIAC, que queria ser envolvida no processo. E a decisão revela a arrogância da nova administração, que começou mal, e a cumplicidade do Governo. Isso é factual. E a iniciativa do Bloco permite exatamente destacar isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem dois minutos.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento das intervenções que se seguiram, gostaria de destacar, em primeiro lugar, dois pontos: o Sr. Deputado Paulo Simões, do Grupo Parlamentar do PSD, refere que se trata de um ato de gestão e que não há ingerência do Governo nas decisões da SATA. Bem, então quem é que decidiu suspender o acordo com a RIAC? Não foi o Presidente do Governo que, logo a seguir, veio dizer que o acordo com a RIAC poderia não se concretizar? Não há aqui uma decisão de gestão, de interferência na gestão nas decisões da SATA, por parte do Governo?!

Mas era o que faltava que este Parlamento não se pudesse pronunciar e debater sobre decisões que afetam a vida das pessoas, que afetam um serviço que é público! A SATA, caso não se lembrem, presta serviço público, tem um contrato de obrigações de serviço público, não é uma qualquer empresa privada que presta um serviço que não está regulado e que não tem um contrato com o Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas falemos de gestão profissional. Vem o Chega e a Iniciativa Liberal muito indignados a dizer que isto é um ato de gestão profissional e que não é criticável e que nós não temos nada a ver com isso. Bem, eu recordo que, em outubro de 2022, o Chega apresentou neste Parlamento um Projeto de Resolução que diz o seguinte: “Recomenda ao Governo Regional a intervenção junto dos CTT contra o encerramento de lojas CTT”. Então, esse não foi um ato de gestão profissional dos CTT?!

E aí, como a decisão não tocava no Governo Regional, o Chega queria fazer barulho. Como é uma decisão deste Governo, que o Chega apoia, apoiando esta decisão contra os açorianos, o Chega já diz: não, esta é uma decisão de gestão

profissional e o Parlamento não tem nada a ver com isso.

Mas a Iniciativa Liberal, que também é muito liberal, votou a favor desta iniciativa do Chega, mas aqui está ao lado do Governo, a favor duma decisão que é contra os interesses dos Açores!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto pelo encerramento das lojas SATA foi rejeitado, com os votos contra do PSD (22), do Chega (4), do PPM (1) e da IL (1), com os votos a favor do PS (22), do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos avançar para o voto de pesar. O único voto que deu entrada na Mesa é pelo falecimento de Reginaldo Correia de Melo e Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para a sua apresentação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Reginaldo Correia de Melo e Silva

Partiu no dia 3 de setembro, aos 92 anos de idade, o graciosense Reginaldo Correia de Melo e Silva, que se notabilizou entre outras atividades pelo estúdio de fotografia que montou e dirigiu durante mais de 30 anos, em Santa Cruz da Graciosa.

Nascido a 5 de julho 1932, na freguesia de Guadalupe, rumou a Lisboa em 1954

para frequentar o curso de fotografia. Mas o amor à terra que o viu nascer falou mais alto e regressou à Graciosa pela conclusão dos estudos e montou o seu estúdio em Santa Cruz.

Viria a casar com Maria da Saudade Espínola Bettencourt com quem teve três filhos: Eurico, João Luís e Maria do Livramento.

Durante três décadas, dedicou-se aos retratos de família e aos registos fotográficos de festas na ilha, muito procurados sobretudo pela diáspora, encurtando distâncias e ajudando a matar as saudades.

Com a sua vasta obra, o Senhor Reginaldo cumpriu a missão de deixar para as futuras gerações um património histórico que preserva as raízes graciosenses, doando ao Museu da Ilha Graciosa um espólio fotográfico com cerca de 5000 registos de sua autoria, revelando o quotidiano da Ilha entre as décadas de 60 a 90 do século passado.

Mas a sua intervenção foi muito mais além do registo fotográfico, vindo a ser um grande promotor sociocultural, imprimindo uma atividade dinâmica junto da comunidade onde se encontrava inserido.

O Senhor Reginaldo Correia de Melo e Silva foi um dos cinco fundadores do Clube Central e Recreativo de Guadalupe, constituído em 1955, e que tinha como objetivo impulsionar a vida social da sua freguesia, através da organização de bailes e convívios dos sócios e cidadãos da freguesia de Guadalupe e que mais tarde deu também origem ao Sporting Clube de Guadalupe, em 1962.

A sua intervenção na sociedade foi também de grande destaque na música, com a criação da Filarmónica União Progresso de Guadalupe, em setembro de 1963.

Foi na Filarmónica que encontrou uma das suas grandes paixões, considerado um excelente executante de instrumentos de sopro e de cordas, mantendo-se ativo durante mais de 50 anos, sendo responsável pela formação musical junto de várias gerações.

Reginaldo Correia de Melo e Silva foi uma personalidade de grande destaque na

ilha Graciosa, deixando uma marca indelével junto de todos com quem se cruzou. Cidadão empenhado na sua comunidade, com um fino sentido de humor que a ninguém deixava indiferente, o Senhor Reginaldo deixa obra e memórias que merecem preservação e destaque.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de setembro de 2024, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Reginaldo Correia de Melo e Silva.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia de Freguesia de Guadalupe na ilha Graciosa, à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, ao Sporting Clube da Guadalupe e à Filarmónica União Progresso de Guadalupe.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Apresentado o voto, pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o Sr. Reginaldo foi uma personalidade incontornável na nossa ilha. A sua vida e as suas histórias não cabem num voto.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista é claro que se associa a este voto e ao seu teor e informa que tem um voto igual sobre esta matéria, que será apresentado neste plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não existindo, vamos então votar este voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Reginaldo Correia de Melo e Silva foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim a apresentação e votação de votos.

Vamos fazer um intervalo antes de entrarmos nas declarações políticas. Regressamos à 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 47 minutos.

Vamos avançar com os nossos trabalhos entrando nas declarações políticas. Está inscrito o Partido Socialista para uma declaração política. Para o efeito, dou a palavra à Sra. Deputada Inês Sá.

(*) Deputada Inês Sá (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciámos, ontem, na Região Autónoma dos Açores, um novo ano letivo. Por isso, permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas a toda a comunidade educativa açoriana. Em nome do Grupo Parlamentar do PS Açores, desejo a todos e a cada um de vós um bom ano letivo.

As escolas dos Açores abrem portas faltando mais de cem docentes, mais de duzentos assistentes operacionais e com a situação dos bolseiros ocupacionais por

resolver. Acresce, mesmo após sucessivos alertas, a falta de motoristas, que põe em causa o transporte escolar.

O acesso equitativo à escola, de forma regular e sem obstáculos, é também uma forma de prevenir o abandono precoce de educação e formação. E essa deveria ser uma preocupação superior do Governo Regional dos Açores.

Foi um abrir de portas apressado, uma semana antes das escolas do continente, e os resultados desta impreparação estão à vista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Até ao dia 16 de junho deste ano, estive em consulta pública um documento ao qual o Governo deu nome de “Estratégia da Educação 2030”, um documento que não veio a este Parlamento para ser debatido e discutido e que, até hoje, se desconhece a versão final, mas que ainda assim existe e sobre o qual, desde o fim da consulta pública, nada mais foi dito, comentado ou publicado. À beirinha do arranque de um novo ano letivo, sobre ele ou sobre a sua versão final não sabemos absolutamente nada. O que, convenhamos, é de estranhar.

Reconhecemos que o diagnóstico é importante e que as metas são fundamentais. Mas sem conhecermos a forma e as medidas concretas para atingirmos estas metas, de nada serve uma qualquer e alegada estratégia.

A aposta na educação tem de ser um desígnio regional, que, ao invés de se fechar num concelho coordenador do Sistema Educativo Regional, legalmente obrigado a reunir uma vez por ano, sem qualquer dever até de dar nota pública da sua atividade, deve convocar todos e cada um de nós, açorianos, para esta que é uma luta que não merece tréguas.

Só sairemos vitoriosos se formos capazes de envolver toda a sociedade e de aproximar os diferentes departamentos governamentais, com o intuito de colmatar eventuais barreiras burocráticas, articulando todos os atores do Sistema

Educativo, aproximando o Estado das famílias e as famílias do Estado.

Não basta socorreremo-nos dos habituais jargões de “elevador social” ou de “igualdade de oportunidades” ou até de “ensino básico universal obrigatório e gratuito”, porque, apesar de embelezar qualquer discurso, não se coaduna com o panorama atual do nosso arquipélago, que, nos últimos três anos, segundo o relatório “Portugal, Balanço 2023”, nos apresenta uma degradação dos indicadores sociais relativos à pobreza e à privação material, estando ainda no triste pódio da Região mais desigual do país relativamente à repartição de rendimentos.

É exatamente por isso e porque é inegável a correlação entre o nível de qualificação e o ganho médio mensal dos cidadãos que a educação tem de constar da agenda diária de todos aqueles que têm a responsabilidade maior de lutar por uns Açores verdadeiramente democráticos, por uma sociedade mais justa e mais coesa.

Feito o repto, não será de estranhar que, nesta que é a primeira sessão plenária após o arranque do ano letivo 2024/2025, a ele dediquemos particular atenção.

Sras. e Srs. Deputados, é inegável que a escassez de docentes no Sistema Educativo Regional não é um exclusivo da Região. Aliás, já em abril deste ano, a UNESCO alertava os governos para a crise global da falta de docentes, estimando que atualmente são precisos 69 milhões de professores em todo o mundo.

Há menos de uma semana, em Portugal continental, faltavam mais de oitocentos docentes. Nos Açores, segundo declarações da Sra. Secretária Regional de Educação, Cultura e Desporto, havia 88 vagas por preencher na sexta-feira passada. As vagas abertas no BEPA eram 112, e hoje já são 125.

Notícias recentes publicadas na imprensa nacional dão conta de que 120 professores abandonaram as ilhas. Uma das razões para que estes professores tenham deixado a Região deve-se ao facto de, este ano, muitos docentes terem ficado colocados no continente, perto de casa, cenário que era impensável se

recuarmos apenas alguns anos. O problema não é novo e a solução também não. Aliás, foram inúmeras as vezes que o PS alertou, reivindicou e propôs medidas concretas, como aquela que os senhores chumbaram no plenário de julho, que tinha como objetivo exatamente evitar agora esta saída de professores.

Não será, por certo, difícil de perceber que, se a escassez de docentes é um problema à escala mundial, que coloca em causa o direito constitucional à educação e ao ensino de qualidade para todos, esse problema, à semelhança de tanto dos outros, toma proporções muito maiores numa região insular como a nossa, com maior impacto nas ilhas mais pequenas.

A Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto já nos vem habituando a dizer uma coisa e o seu contrário. Por isso, não será de estranhar que a 18 de fevereiro de 2024 tenha sido público o anúncio de incentivos para a fixação de docentes, também mais tarde, em maio, e depois, recentemente, tenha dito que não os podia cumprir, porque o Orçamento tinha sido chumbado. A desculpa serve para tudo, mas não convence.

A definição de incentivos à fixação devia ter sido uma prioridade. Estamos a dizê-lo desde o dia em que aqui votámos as alterações ao Estatuto da Carreira Docente. E desde esse dia que o Governo de coligação empurra com a barriga para a frente a aplicação de um instrumento que poderia ser diferenciador para os Açores e para o Sistema Educativo Regional.

Por tudo isso, no momento em que as escolas se veem a braços com a dificuldade de encontrar pessoal docente e pessoal não docente, a única coisa que a Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto sabe fazer é empurrar os assuntos para 2025. Incentivos à fixação de docentes? Para 2025. Bolsa para recrutamento de assistentes operacionais, prometida em 2023? Para 2025. Os senhores são uma espécie de Governo adiado, mas não contem connosco para adiar o futuro dos Açores e o futuro dos açorianos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A educação é um assunto que nunca termina, não só pela sua abrangência, como pela importância que esta tem na construção da sociedade de hoje e daquela que desejamos num amanhã não muito longínquo.

Mas não me permito terminar esta intervenção sem me referir aos alunos com necessidades educativas especiais e o lugar que lhes é devido dentro das nossas escolas. Uma escola não passa a ser uma escola inclusiva apenas por decreto, nem tão pouco por sua própria vontade. Uma escola verdadeiramente inclusiva obriga-se a uma transfiguração e a uma adaptação de espaços e recursos que não são passíveis de serem quantificados nem em números nem em euros.

Segundo a Declaração de Salamanca, a “inclusão pressupõe que todas as crianças e alunos tenham uma resposta educativa em um ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades”. E se atentarmos apenas a este pressuposto, dúvidas não restam do enorme desafio que a inclusão acarreta, não só para a escola, como para o próprio indivíduo e para a sociedade onde este se insere.

Não há, por isso, rácios capazes de justificar quantos psicólogos devem existir numa escola com x número de alunos, ou quantos assistentes operacionais, ou quantos docentes de educação especial, porque os números não correspondem a pessoas exatamente iguais, com as mesmas necessidades e com as mesmas características.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputada Marta Matos (PS): Muito bem!

A Oradora: Os números, neste contexto em particular, são apenas a melhor forma de justificar aquilo que não é justificável. E não é de todo justificável a triste constatação de que iniciámos mais um ano letivo sem que as nossas escolas

estejam devidamente apetrechadas de equipamentos e de recursos humanos, até da adequação das suas próprias infraestruturas, capazes de cumprir na sua plenitude com aquilo que foi definido no DLR n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva na Região Autónoma dos Açores. E essa responsabilidade, tal como tantas outras, é da exclusiva responsabilidade do atual elenco governativo.

Esta é uma situação que também não é nova, basta recuarmos exatamente um ano, exatamente no mesmo mês, e lembrar que já nessa altura os encarregados de educação de alunos com necessidades educativas especiais denunciavam na comunicação social regional a inexistência de assistentes operacionais para acompanharem os seus educandos, obrigando-os a ficar com os filhos em casa ou a deslocarem-se à escola durante o horário de trabalho para prestar o apoio necessário. Já dizia Santo Agostinho: “Errar é humano, permanecer no erro é diabólico.”

Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo de trabalho, anunciado pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública no dia 10 de julho último, já chegou a alguma conclusão sobre a figura do bolseiro ocupacional? É que as aulas começaram ontem e há bolseiros ocupacionais que ainda não sabem em que escola ficarão ou sequer se ficarão. A única coisa que sabem até ao momento é que o Governo Regional prorrogou a portaria que permite a contratação de bolseiros ocupacionais, mas não se sabe absolutamente mais nada.

E o que nos chega é a preocupação de cada vez mais pais e encarregados de educação, que se queixam da ausência de bolseiros ocupacionais para cuidar dos seus filhos, na escola, com necessidades educativas especiais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Espero que esta nossa declaração política não suceda o habitual discurso dos 24 anos de governação socialista, até porque, ao fim de quatro anos de governação,

há responsabilidades que já não têm como não serem assumidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A gente devia fazer em quatro anos o que os senhores não fizeram em 24!

A Oradora: Um miúdo que hoje entrou para o 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico nem nascido era quando o PS ganhou as eleições em 1996. Eram os seus pais, que tiveram muito melhores oportunidades do que os seus avós. Os jovens que começam hoje a frequentar o 12.º ano nas nossas escolas dos Açores não eram nascidos em 1996. O vosso discurso de que os senhores em 24 anos não fizeram isto e aquilo não diz nada aos jovens da geração de hoje.

Na verdade, o que é fundamental é atrair jovens para a carreira docente e acelerar a formação dos nossos professores para fazer face às aposentações.

Quanto à necessidade de criação de cursos de mestrado para ensino online, defendido inclusivamente por sindicatos e ansiada por inúmeros licenciados que não conseguem fazer a formação via ensino presencialmente, sendo que alguns já estão a lecionar nas nossas escolas, infelizmente, é matéria que parece não merecer qualquer tipo de reação por parte da tutela da educação.

Citando Pedro D'Orey da Cunha e subscrevendo a sua visão sobre a importância dos nossos docentes, é verdade que “todos podemos aprender, em princípio, sem a assistência de um docente, mas também devemos reconhecer que, sem a relação com um docente, a possibilidade de aprendermos e de aprendermos bem é extremamente reduzida”.

Em 31 de agosto do corrente ano, através da imprensa regional, ficámos todos a saber aquilo que todos já sabíamos. Dizia a capa de um jornal regional, em letras vermelhas, o seguinte: “Faltam cerca de duzentos assistentes operacionais nas escolas.” No ano passado, por esta mesma altura, eram 217. Devo confessar que tive aqui aquela estranha sensação de *déjà vu*, aquela reação psicológica de transmissão de ideias de que já estive neste lugar, algures no passado mês de julho, rodeada exatamente das mesmas pessoas, a falar deste mesmo assunto.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Constava também do corpo da notícia a afirmação: “A Sra. Secretária Regional da Educação já deu autorização às escolas para recorrer aos programas ocupacionais para colmatar as necessidades.”

Quero crer que o advérbio de tempo “já” foi lapso de escrita, porque a verdade dos factos é que já todos sabíamos há muito tempo que o desfecho iria ser este e que já deveria ter sido solucionado o problema muito antes do ano letivo começar. Chegados ao tema da inovação, importa por isso relembrar que no decorrer do ano letivo transato, de 2023/2024, o projeto de implementação de manuais digitais nas escolas da Região, iniciado em 2021/2022, foi alvo de inúmeras críticas que não podem nem devem ser ignoradas e muito menos menosprezadas. E, neste contexto, o Partido Socialista continua convicto de que é urgente que se leve a cabo um estudo sério, rigoroso e aprofundado relativamente aos resultados deste projeto, por motivos de diversas ordens.

Muito fica por dizer. Certo é que, à data de hoje, início do ano letivo, a realidade desmente a propaganda do Governo, ou seja, faltam docentes, faltam assistentes operacionais, faltam bolseiros ocupacionais, faltam manuais digitais, faltam equipamentos... E outras tantas provas de que afinal não está tudo bem.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos abrir as inscrições, ao abrigo do artigo 74.º: “Concluída a declaração política, os grupos parlamentares e o Governo Regional têm direito a usar a palavra até ao máximo de cinco minutos e as representações parlamentares até três minutos.”

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser curioso que o Partido Socialista, passados 24 anos de governação, venha aqui trazer este assunto, que não deixa de ser um assunto importante de se trazer a esta câmara, mas do qual o Partido Socialista, obviamente, não pode declinar responsabilidades, porque estas são questões que não se resolvem de um dia para o outro e estes são problemas que foram criados... E, sim, Sra. Deputada Inês Sá, é um facto que é transversal a todo o mundo ocidental, não é um problema só nosso, daí também não se poder aqui exigir soluções mágicas de um dia para o outro.

Mas não deixa de ser facto, e isto também não pode deixar de ser dito, que este foi o pior início de ano escolar das últimas décadas nos Açores. Não deixa de ser facto que este foi o início de ano escolar onde existiu falta de maior número de professores nas nossas escolas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe que não!

O Orador: Não deixa de ser facto que duzentos assistentes operacionais fazem falta nas nossas escolas. E não deixa de ser também facto que este é o maior número de sempre das últimas décadas nos Açores.

Não deixa de ser facto que, passados três anos da implementação dos manuais digitais, esteja outra vez a correr mal. Não consigo entender, Sra. Secretária Regional, com três anos de experiência com manuais digitais, ainda assim não se conseguiu identificar os erros e as soluções para estes mesmos erros. Se calhar, o erro foi mesmo implementar manuais digitais. Mas isto fica para os pedagogos,

não fica para mim, que disso não percebo nada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, ao menos isso!

O Orador: Não deixa também de ser facto que as nossas escolas estão a cair aos bocados. E também não é desculpa ter caído o Governo e não ter havido orçamento. Os senhores tiveram tempo suficiente para trabalhar nos processos, nos concursos públicos e para, assim que tivessem orçamento, os terem lançado, mas nós ainda não vimos nada. Parece que ficaram numa letargia durante o período em que não tiveram orçamento. Podiam ter aproveitado esse tempo em que geriam a Região por duodécimos para ter pensado essa mesma Região de forma estratégica. Não o fizeram. Temos pena.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E perdoem-me a analogia, mas, em tempo de vindimas, quanto à educação, o Governo Regional é muita parra e pouca uva!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não, não é! Superámos a média nacional dos exames do ensino secundário, uma coisa impensável para o Partido Socialista!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nem o senhor acredita nisso que está dizendo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuo abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora, o Partido Socialista traz, pela voz da Deputada Inês Sá, a matéria em apreço, o início do ano letivo e o estado da educação, pese embora este assunto mereça mais debate do que apenas uma declaração política, não desvalorizando a

figura, como é evidente.

Nós teremos muito mais conhecimento do real estado do início do ano letivo durante esta semana, porque os relatos que nos vão chegando, para além das notícias que já foram sendo publicadas nas últimas semanas, são extremamente preocupantes.

E sobre a falta de professores, teremos a oportunidade de debater com mais a profundidade esta matéria logo à tarde.

Mas não posso deixar de dizer que os concursos que estão lançados na BEPA estão em curso, Sra. Secretária, não estão concluídos. E vir dizer para a comunicação social que está tudo colocado nas escolas não é verdade, porque os professores não estão nas escolas, e as escolas estão a cortar nos apoios educativos.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*): A primeira fase!

O Orador: No contexto atual de falta de professores que existe, aqueles que vão sofrer são os alunos com mais dificuldades, porque não vão ter os apoios educativos que tiveram nos últimos anos.

Mas também sabemos que, relativamente aos assistentes operacionais, aquelas que foram as soluções do Governo simplesmente não saem do papel. O Governo e a maioria que o suporta recusaram integrar os assistentes operacionais que em julho estavam nas escolas. E, hoje, esses assistentes operacionais saíram das escolas.

E não é por estar na comunicação social ou porque se ouviu dizer, são os relatos dos pais, dos encarregados de educação, que aqui nesta sala também existem, que sabem que nas escolas dos seus filhos não há assistentes operacionais, em que saíram metade e que a segurança das crianças está em risco, porque eles não estão nas escolas, porque o Governo não quis que estivessem nas escolas, porque a direita não quis que estivessem nas escolas no dia 1 de setembro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso!

O Orador: Recusaram a proposta que apresentámos para a sua integração nos quadros!

Deputado José Pacheco (CH): Seja sério!

O Orador: O problema é da responsabilidade de quem o criou, do Governo e de quem o apoia e votou contra essa proposta.

O mesmo acontece com os bolseiros ocupacionais. Criou-se um grupo de trabalho, para quê? Para criar uma portaria que é quase idêntica àquela que existia?! Para, na sexta-feira, ao fim do dia, serem chamados para se apresentarem ao serviço nas escolas na segunda-feira?! Foi para isso que recusaram a sua integração nos quadros?! Mas que gestão é essa? Que falta de respeito pelas pessoas, pelos trabalhadores, pelos pais, pelas crianças com necessidades educativas especiais!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Transporte escolar, Sra. Secretária. Tem de nos dizer o que é que se passa com o transporte escolar, com os relatos de que há escolas que têm dificuldade em garantir o transporte escolar para trazer os alunos às escolas.

Deputado Nuno Barata (IL): E vai ficar pior!

O Orador: O que é que se passa? Há, Sra. Secretária, ou não, uma empresa que se recusou a assumir o transporte escolar na ilha de São Miguel? Vai, ou não, esclarecer esta situação? É fundamental que se saiba o que é que vai acontecer.

Os manuais escolares digitais não chegam. Não sabiam que seriam alargados a mais anos neste ano letivo?! Não sabiam?! Porque é que não os contrataram atempadamente? Porque é que não garantiram manuais em papel em alternativa? Bem, a quantidade de problemas, de trapalhadas, é sinal de que este Governo simplesmente está a desistir da educação, está a desistir de resolver os problemas.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Pelo contrário!

O Orador: Continua com a lengalenga dos 24 anos do Partido Socialista.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não é lengalenga, é a realidade!

O Orador: Bem, esta parte, nós já percebemos.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino.

Sabemos as responsabilidades que o Partido Socialista teve no passado, mas há problemas que o Governo da direita não resolveu e há problemas que o Governo da direita está a criar, muitos deles ainda mais graves.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz-nos, aqui, na sua declaração política, um tema central, que já seria de esperar porque é um tema na ordem do dia: o arranque do ano letivo. E é legítimo que, obviamente, se concentre nesta questão, neste momento. Desperta muitas atenções, muitas críticas, mas o que é demagógico é a forma como apontam as responsabilidades ao Governo Regional atual...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora vem falar de demagogia, não é?

A Oradora: ... por tantas falhas que decorrem daquilo que foi a vossa ação no passado. Portanto, não se podem ilibar daquela que é a vossa responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que é certo é que esta declaração política mais pareceu aqui uma mea-culpa daquilo que foi a vossa ação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

Membros do Governo)

A Oradora: Mas ainda bem que, desde 2020, os açorianos deixaram de contar com o PS para podermos avançar realmente na educação. Eu digo avançar, sim, com dados concretos. E é disso que nós vamos falar.

A Sra. Deputada, daquela tribuna, fala na falta de professores. Ó Sra. Deputada, vamos recordar que esta crise decorre não de uma ação dos últimos anos...

Deputado Carlos Silva (PS): Também!

A Oradora: ... mas do desinvestimento que houve ao longo de vários anos do vosso partido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É preciso lembrar, talvez não se recorde disso, mas sabe que a formação de professores demora cinco anos? Há quantos anos está este Governo de coligação no poder? Quatro anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, Sra. Deputada, não vai imputar agora as responsabilidades a este Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): E os incentivos à fixação?

A Oradora: E eu pergunto mais: qual foi o planeamento que houve da parte do Partido Socialista para acautelar as reformas que iam acontecer de 2020 a 2024. Estamos a falar de mais de trezentos professores. Não acautelaram. O Governo Regional, quando chegou à Secretaria, não tinha absolutamente plano nenhum, estratégia nenhuma, planificação nenhuma para o futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não venha falar da falta de professores como responsabilidade deste Governo, sabe porquê? Porque este Governo já fez muito devido a esta questão da falta de professores e para atrair novos profissionais para esta área.

Deputado João Vasco Costa (PS): Nota-se!

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso é que não há incentivos!

A Oradora: Ora, por um lado, tornaram a carreira mais atrativa. Não se esqueçam que foi com o Governo Regional atual que os estágios passaram novamente a ser remunerados e a contar como tempo de serviço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

A Oradora: Não se esqueçam que passaram a existir bolsas de apoio às propinas para os alunos via ensino em áreas de maior carência, nos grupos de docência.

Foi este Governo que também implementou os apoios para compensar os sobrecustos com os estágios na Região, permitindo que outros alunos viessem a estagiar aqui nos Açores, fazendo o pagamento daqueles que eram os custos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E à conta dos mestrados abertos, há 57 alunos de mestrado que estão este ano nas escolas a lecionar. Portanto, se não fosse também por esta medida do Governo Regional, teríamos menos 57 docentes nas nossas escolas, ainda menos do que aquilo que tínhamos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Lembrar também que foram introduzidas aqui alterações profundas ao Estatuto da Carreira Docente, com a recuperação integral do tempo intercarreiras, com a equidade dos horários dos professores do pré-escolar e do 1.º ciclo. Também se pôs termo a situações de docentes que eram mais penalizados em termos de condições laborais do que a restante função pública.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós não negamos a existência de dificuldades,

existem realmente. E nós não estamos a dizer que está tudo perfeito, porque não está. Agora, este Governo tem trabalhado incansavelmente para reverter esta situação que encontrou e para dar resposta às necessidades. Tem feito um trabalho exímio nesta matéria. E não têm ignorado aquilo que são os desafios.

Quando falam aqui nos incentivos à fixação, sei que não gostam, mas é a realidade, chumbaram o Orçamento e isso impediu que os incentivos fossem colocados em marcha já este ano letivo. Portanto, para o próximo haverá incentivos, estão previstos.

Enfim, quanto aos incentivos, temos de analisar isso em profundidade, porque também acabam por ser uma responsabilidade conjunta. E temos exemplos, na semana passada ou há duas semanas, saíram nos noticiários nacionais exemplos de Oeiras, Cascais, que também ajudam a conseguir, por exemplo, habitação para os professores deslocados. Portanto, a cooperação de todos é essencial em tempo de crise.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mais, falam da falta de assistentes operacionais e de bolseiros.

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora disse que eram duzentos!

A Oradora: Ora, que eu saiba, os bolseiros foram contactados, começou tudo dentro da normalidade, estão nas escolas.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

A Oradora: Nós sabemos que há falta de assistentes operacionais, já foi reconhecido, mas não se esqueçam que há uma série de baixas, de não comparências por licenças, por doenças, por condição parental e outras.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo não aceita, não autoriza!

A Oradora: E isso exige, obviamente, a reafectação de recursos. É uma situação que é acompanhada, naturalmente, pela tutela, com as escolas que vão reportando as suas necessidades.

Sabemos que os programas ocupacionais não são a solução ideal. Nós

reconhecemos isso, porque nós não somos como o Partido Socialista, nós queremos acabar com a precariedade.

Deputado Carlos Silva (PS): O programa “ESTAGIAR+” é que é a solução, não é?

A Oradora: E nós queremos dar estabilidade às escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que significa que, a pensar nesta questão da estabilidade dos profissionais e nas necessidades das escolas, o Governo Regional também tem em marcha aquilo que é a Bolsa de Ilha para os assistentes operacionais, que entrará em vigor num futuro próximo.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, é preciso destacar que este Governo está a trabalhar para o presente, para o futuro, está a acautelar aquilo que são as necessidades, está a avaliar diariamente as necessidades das escolas.

As críticas da oposição... É natural que haja críticas, porque estamos aqui num debate democrático, mas é preciso ter a clareza e o bom senso de reconhecer aquilo que tem sido o trabalho feito por este Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os investimentos e as reformas que o Governo tem promovido visam construir um sistema educativo mais forte, mais inclusivo e, obviamente, mais preparado para os desafios do século XXI.

E gostaria de terminar a dizer que, de facto, o Partido Socialista, dito pelo líder do partido, decidiu eleger aqui a educação como prioridade. É um reconhecimento claro daquilo que foi o falhanço das políticas educativas do Partido Socialista no passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E termino só a desejar a todos os alunos, às famílias, aos professores, ao pessoal da ação educativa, a toda a comunidade escolar, um excelente ano

letivo.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

Sejamos absolutamente claros: o problema crítico que enfrentamos hoje com a falta de professores no Corvo e nas Flores é resultado direto e exclusivo da má gestão dos governos socialistas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Estas crianças, que merecem uma educação igual às das outras ilhas, estão a ser prejudicadas por políticas desastrosas que ignoram as necessidades das nossas comunidades mais isoladas.

Como o PPM vem a alertar há muitos anos, foi o Partido Socialista que, em 2018, tomou a decisão irresponsável de extinguir iniciativas fundamentais, como a prioridade de colocação para docentes que se comprometiam a ficar pelo menos três anos nas escolas das ilhas mais pequenas. Essa decisão enfraqueceu ainda mais o sistema educativo em ilhas como o Corvo e as Flores, deixando estas comunidades sem os professores de que tanto precisam.

Este é o verdadeiro legado do Partido Socialista: um sistema educativo que falhou nas suas responsabilidades, especialmente nas ilhas mais pequenas.

A falta de professores não é fruto de políticas recentes, como tentam fazer crer, mas sim de anos de negligência e decisões erradas que comprometeram o futuro das nossas crianças.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Inês Sá traz-nos aqui um tema premente e atual. É incontornável, no início do ano letivo, falarmos sobre o ano letivo que vai agora começar. Não negamos que, eventualmente, possa haver alguma dificuldade aqui ou acolá. Nada é perfeito, nós também não somos perfeitos na nossa governação, mas os resultados da nossa governação são incomparavelmente melhores àqueles que foram os resultados da governação do Partido Socialista, até à vitória das eleições em 2020 por parte desta coligação.

A Sra. Deputada não quer que falemos dos 24 anos de governação do Partido

Socialista. E vou-lhe fazer essa vontade, não preciso de falar dos 24 anos do Partido Socialista. Basta ir a 2019, quando o Partido Socialista negava a necessidade de mais recursos humanos na educação. Isso foi há cinco anos. Cinco anos depois, a Sra. Deputada Inês Sá vai aqui à tribuna reclamar mais recursos humanos, mais professores para o sistema educativo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem sabe se saíram professores, assim por acaso?

O Orador: Sra. Deputada, isto é uma contradição política por parte do seu partido. Ainda há cinco anos dizia que não era preciso mais professores, agora é preciso mais professores. Mas, Sra. Deputada, foi este Governo que contratou, entre 2021 e 2023, integrou no quadro, mais de quinhentos professores. Professores que, no tempo da vossa governação, andavam aos caídos, estavam numa situação precária.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É este ano letivo que começa com mais 134 professores no quadro. E foi a nossa coligação que contratou para o quadro mais 134 professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A senhora vem ali reclamar mais professores, mas só o nosso Governo de coligação, em quatro anos, já contratou para o quadro, deu estabilidade, a mais de seiscentos professores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Setecentos, para se ser mais preciso.

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, nós estamos fazendo, e estamos fazendo

bem, obviamente, o que é possível fazer. O ponto de partida era muito mau! O ponto de partida era péssimo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas há aqui uma questão que é importante salientar neste início de ano letivo: sempre que se fala em educação, fala-se em recursos humanos, em carreiras, se é a carreira dos professores ou a carreira dos assistentes, em contratação, mas nunca se fala nos alunos nem nunca se fala no aproveitamento escolar. Pois, já é hora de politicamente centrarmos a nossa atenção nisso, porque o objetivo do sistema educativo é formar. Mas nós nunca falamos dos resultados da formação. E, pela primeira vez, este ano, os alunos açorianos tiveram, nos exames nacionais, médias excelentes, superiores à média nacional.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Significa que, nos Açores, finalmente, o sistema educativo está a ter rendimento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

A Sra. Deputada Andreia Cardoso está indignada. O aproveitamento escolar dos alunos indigna a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Pois, a nós não indigna, é um motivo de elogio ao esforço dos alunos, ao investimento das suas famílias e ao empenho da comunidade educativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Da mesma maneira, Sra. Deputada, que este ano se verifica uma redução no abandono escolar. É uma vergonha falarmos em abandono escolar no século XXI.

Isso não devia acontecer, mas, infelizmente, ainda há quem abandone o ensino obrigatório. Que futuro é que essas pessoas esperam ter? Que futuro é que as famílias das crianças que abandonam o nosso sistema educativo obrigatório, até ao 12.º ano, esperam que os seus filhos venham a ter no futuro quando forem adultos? E, portanto, felizmente, este ano, verificou-se uma redução. Estamos a começar a caminhar no bom sentido.

E a Sra. Deputada Inês Sá quer acelerar a formação de docentes. Foram suas as palavras naquela tribuna: “Acelerar a formação de docentes.” Eu não sei como é que pretende materializar isso, se é por decreto, se é fazer uma lei que obriga os professores universitários... Tal como no tempo do seu grande líder José Sócrates, em que acabaram com o chumbo dos alunos. Não sei se querem fazer para as universidades também algo desse género, para, em vez de demorar cinco anos um curso de formação de professores, passar a demorar seis meses. Não sei o que é que pretende com essa aceleração da formação. Há coisas que demoram o seu tempo.

E se a carreira docente não tivesse sido desacreditada em 2010 pelo seu partido, talvez, durante todos estes anos, houvesse mais pessoas, mais famílias, interessadas em seguir a carreira docente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem!

O Orador: E foram os senhores que destruíram a carreira docente com as medidas que tomaram lá atrás, há vinte anos, em 2010.

Portanto, o resultado está-se vendo agora. E disso nós temos que falar. Portanto, o ponto de partida foi mau, mas nós, finalmente, estamos colocando a educação nos Açores no bom caminho!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do

Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, tem a palavra, faça favor.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto *(Sofia Ribeiro):*

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Inês Sá, “Governo adiado”?! Diga isso aos mais de 1300 trabalhadores, entre o pessoal docente e pessoal de ação educativa, que entraram nos quadros da Região, num reforço claro e num investimento claro que fizemos na educação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sim, é verdade, numa área que é tão dinâmica, em que há sempre uma série de circunstâncias, ao longo de um ano letivo, em especial no arranque de um ano letivo, que podem pôr em causa todo o funcionamento do sistema, mas é esse o trabalho que a gente faz em contínuo, é dar resposta a estas questões.

Por exemplo, sim, é um facto, temos um problema, que nós vimos a evidenciar desde o primeiro dia em que tomámos posse, há quase quatro anos, com medidas muito específicas para darmos resposta a um problema generalizado: a falta de professores. Esse é um problema que mereceu algumas das medidas que já foram

aqui evidenciadas, não vou repeti-las. Mereceu de imediato a ação do Governo. E precisamente por isso é que nós temos de acompanhar, face a este cenário, anualmente, qual é a taxa de colocação de docentes que nós conseguimos colocar nas nossas escolas logo ao início. E daí termos anunciado que 98,3 % dos docentes foram colocados na primeira fase. Remanesceram 88, dos quais remanescem ainda três vagas por colocar.

Mas o problema é que a situação não para aqui, seria ótimo, mantém-se em contínuo. Nós, neste momento, temos mais 179 substituições temporárias que estamos a prover, num conjunto de 238 novas vagas que já foram lançadas. Isto acontecia e aconteceu este ano, quando tivemos um remanescente de 460 professores que não foram colocados porque não concorreram a todas as vagas. E, portanto, quando queremos enquadrar o que é que se passa em termos da existência de professores ou não, também tem de ver que isso tem a ver com as próprias opções dos docentes. Neste momento, temos apenas 94 docentes que concorreram a horários de substituição temporária, que é o que vai começar a aparecer cada vez mais a partir daqui, porque a gente resolve o embate inicial e, depois, a partir de uma certa altura, são as substituições na sequência das doenças. Ora, quando temos apenas 94 docentes que se habilitaram à substituição temporária, isso é, para nós, muito preocupante.

E faço aqui um apelo aos professores: para que possam equacionar candidatarem-se à Bolsa de Emprego Público, porque correm o risco de não conseguirem uma colocação se não fizerem candidatura a essas colocações, vão perder tempo de serviço e vão perder graduação, com prejuízo para o resto da sua carreira.

Em relação ao pessoal de ação educativa, temos 218 ausências. É preciso dar resposta. Temos, atualmente, nas nossas escolas, 101 programas de emprego. E temos autorizações já em curso, a decorrer, para mais 188. A Sra. Deputada fez menção à bolsa recrutamento, que está a ser criada e que já foi negociada pelo Sr. Secretário Regional das Finanças com as associações sindicais, algo que não

existia e que vem dar estabilidade e celeridade num processo de colocação de pessoas de ação educativa, com transparência e através de um concurso público. A Estratégia da Educação Açores 2030, pois, se nós fizéssemos como no passado, em que nem sequer se sujeitava à auscultação pública ou não se fazia caso das auscultações públicas, era só termos no dia a seguir apresentado em Conselho do Governo e estava terminado. Houve uma auscultação pública, estamos a fazer a adaptação na sequência dos contributos que recebemos.

Quanto ao Conselho Coordenador do Sistema Educativo da nossa Região, longe vão os tempos da opacidade, longe vão os tempos em que era um órgão unilateral, em que o membro do governo apenas dizia às escolas o que tinham para fazer. Os nossos membros, hoje, votam no Conselho Coordenador do Sistema Educativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E acabou por ser o Sr. Deputado António Lima, no que respeita àquilo que eram bolseiros ocupacionais, que são os coadjuvantes no apoio extraordinário a alunos com deficiência, que reconheceu que, já na sexta-feira, tínhamos feito a notificação às escolas relativamente à legislação que nós alterámos.

Deputado António Lima (BE): Reconheci?! E acha que isso é atempadamente?

A Oradora: Quanto a transporte escolar, tivemos um problema...

Deputado António Lima (BE): Tivemos ou temos?

A Oradora: ... com o transporte escolar, Sr. Deputado António Lima, com uma empresa que numa fase inicial nos disse que não fazia o transporte, não comprava, no fundo, os passes que as escolas queriam comprar. As escolas apresentaram-se com o número de alunos e os itinerários que necessitavam. Houve uma escola que

se recusou, numa primeira fase, a apresentar preços. Houve uma negociação com as escolas presentes, em articulação com a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e a própria empresa, no sentido de se ver que adaptações eram necessárias ser feitas. Foram feitas e foi contratualizado o transporte escolar. É uma medida que nós continuamos a seguir, mas as respostas estão, na sua grande maioria, dadas. Há uma situação ainda numa escola, hoje, que nós estamos a acompanhar, cujo ano letivo até começa amanhã.

Quanto aos incentivos à fixação, tenho dado nota pública do que é que nos propomos a fazer face à impossibilidade de o termos feito, uma vez que o Estatuto da Carreira Docente obriga a que eles sejam implementados aquando do concurso interno e externo. Ele foi em fevereiro, o Governo tinha caído, não tínhamos Orçamento, não pudemos fazê-lo. Queremos implementá-lo em 2025.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo não podia trazer uma iniciativa a este Parlamento?

A Oradora: Mas deixem-me dizer, Sras. e Srs. Deputados, o seguinte: há uma série de outros incentivos à fixação que são, quiçá, os mais importantes.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Eu lembro-me, por exemplo, nas Flores, os Srs. Deputados que se arrogam e que tanto fazem, e bem, a defesa da EBS das Flores, o Governo também o faz, mas, se calhar, esqueceram-se da altura em que exigiam a uma professora, para poder fazer uma contratação, que tivesse uma criança ao colo, exigiam que ela não pusesse a sua licença de maternidade, para ir às Flores assinar um contrato, sob pena de não ter um contrato. Ora, isso é, ou não, uma medida que desincentiva qualquer professor a poder candidatar-se às Flores?

Outro exemplo: o estatuto do trabalhador-estudante. Foi com o vosso Estatuto da Carreira Docente que os senhores impediam professores, nas ilhas onde não havia universidade, de poderem usufruir do estatuto do trabalhador-estudante, porque limitavam esse estatuto apenas à sua componente não letiva.

Presidente: Sra. Secretária, tem de terminar, se faz favor.

A Oradora: Portanto, inviabilizando a formação contínua e acrescida de qualquer trabalhador. Isso são incentivos que nós fizemos.

Não se pode dizer nem estou a dizer que nós estamos a fazer aquilo que o governo socialista não fez em 24 anos, nós estamos a reparar uma série de asneiras que foram feitas. Eu peço desculpa, mas foi assim, não foram devidamente anunciadas e foram feitas para prejudicar a classe docente, com estes efeitos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para terminar, Sr. Presidente, é precisamente para isso que nós estamos a trabalhar, porque, depois, o reflexo, o princípio e o fim de tudo isto são os nossos alunos. É por isso que nós prosseguimos nesta ação, prosseguindo bons resultados, que já foram também aqui anunciados, com uma série de projetos novos.

Presidente: Tem de terminar, Sra. Secretária.

A Oradora: Temos o “Pensamento Computacional” a trabalhar a boa velocidade, o ensino artístico com crescimento, o ensino bilingue nas nossas escolas, entre outros.

Continuaremos a prosseguir. Agradeço a toda a comunidade educativa o apoio, o trabalho e o empenho sentido no lançamento deste ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é nenhum segredo, todos nós temos elegido a educação como uma prioridade. Também não é nenhum segredo e nem vale a pena vir para aqui dizer que não vamos falar do passado. Vamos falar do passado, porquê? Ainda não há muitos dias, e vou dar um pequeno exemplo, na ilha de Santa Maria, em Vila do Porto, observámos uma escola em que a Sra. Presidente dizia: se calhar, já não é reparar, é arrasar e fazer de novo. Os senhores, neste tempo todo, trataram a educação assim: banda de música para inaugurar, mão de tinta um dia há de se dar. Até fiz, agora, aqui, uma rima sem querer. Mas foi assim que aconteceu. Foi assim que trataram a educação.

Ainda há dias, estive a falar com a Sra. Secretária, tínhamos uma escola com uma caldeira avariada. Avariou, quando? 2020? 2021? 2022? Não, vai avariando. As coisas têm sido tratadas assim.

A carreira dos professores? Vamos endireitar algo que não estava direito, vamos remediar. Mas aconteceu, quando? Ontem?

Vamos falar de outras coisas, vamos falar de baixas fraudulentas, que nos estão a suprimir trabalhadores, sejam professores, sejam funcionários. Isto é preciso dizer com as letras todas.

Vamos falar da obrigação de ter crianças fechadas nas escolas, que não querem estudar, porque há uma lei que diz que eles têm de estar até aos 18 anos, caso contrário os pais não recebem o RSI. Nós temos de dizer as coisas com a

frontalidade que temos. E isso está a atacar o nosso sistema de ensino.

Depois, vamos ao liceu e é ver aquilo a cair. Vamos a Ponta Garça, está a cair. Vamos aqui, vamos acolá, está a cair. É isto que nós temos.

A qualidade do ensino também está em causa quando nós andamos aqui com essas modernices dos manuais digitais. Sra. Secretária, acabe imediatamente com os manuais digitais! Acabe com essa coisa toda! O “Vitorino Nemésio II” ou o “Camões III” não vão aparecer num manual digital. Nós temos é gente dependente da tecnologia que já nem escrever sabe, nem falar sabe, nem pensar sabe. Nós temos de acabar com isto. Se nos outros países isto acabou, nós não somos mais espertos do que eles, garantidamente. Nós não podemos é ir atrás das modernices, quando alguém já está a recuar. Acabe-se imediatamente com isto!

E quanto a bolsas, a integrações e não sei quantos, eu vou ser muito direto, concursos, sim, porque no dia em que nós cairmos na asneira de integrar diretamente estas pessoas, na terça-feira ou na quarta-feira a seguir estão arrançando um médico por telefone para lhes dar uma baixa. Esta é a realidade. E não é assim que se tem a educação, não é assim que nós temos uma sociedade. Ou começamos a filtrar tudo, ou começamos a endireitar isto, caso contrário nós vamos ter um problema muito grave e os Açores deixam de ser dos Açores, passam a ser de alguém que eu desconheço e que não sei quem é. Isto vai ser a maior bandalheira, perdoe-me, Sr. Presidente, daqui para a frente.

A educação é fundamental para nós organizarmos a nossa sociedade. Reconheço o trabalho que tem feito e o seu mérito, mas há muito para fazer. E eu espero que a Sra. Secretária, bem como todo o Governo, tenha consciência disto.

As vozes do além já nós as conhecíamos, são as vozes dos fantasmas do passado, que não querem que isto avance. Eu quero que isto avance. E vamos para a frente com a educação, porque está em causa os nossos filhos.

Eu tenho um filho que me disse: “Eu não quero ser professor. Não tenho condições para ser professor. Não é uma carreira que eu goste.” E eu fiquei muito triste no

dia em que ele me disse isto, porque eu gostava que o meu filho fosse também um inspirador de outras crianças. Mas isto não vai acontecer, porque estragaram aquilo que seria a carreira de um professor, que devia ser um inspirador. E a senhora disse isto aqui uma vez.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Parecendo não haver, eu dou a palavra à Sra. Deputada Inês Sá para encerrar a declaração política. Tem cinco minutos, Sra. Deputada.

(*) Deputada Inês Sá (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais, constato e registo, com alguma satisfação até, que nenhuma das bancadas aqui presentes conseguiu desmentir aquilo que foi dito daquela tribuna.

Deputado José Eduardo (PS): Muito bem!

A Oradora: Quando disse, e reitero, que faltam docentes, faltam bolseiros, faltam assistentes operacionais, faltam manuais digitais, faltam infraestruturas, nenhum dos discursos me conseguiu convencer de que não faltasse, ou seja, faltam, continuam a faltar.

Agora, o Governo tem duas hipóteses: é continuar esta propaganda de que está tudo bem, vamos para a frente e que o PS é que tem culpa de todo o passado; ou então tem outra hipótese, que é olhar para a frente. O que o PS pretende fazer com educação é exatamente isso. E está aqui, obviamente, para dar os seus *inputs*

naquilo que puder relativamente à educação.

Deixem-me dizer que ainda me fazem alguma confusão vários discursos. Pelo menos dois Deputados nesta sala referiam que “estamos a começar, estamos finalmente a fazer”. Meus senhores, passaram quatro anos de governação, não há nada para começar, há tudo para continuar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não queremos continuar o que os senhores estavam fazendo!

A Oradora: Os incentivos à fixação de docentes poderiam perfeitamente ter sido definidos aquando da aprovação do decreto do Estatuto da Carreira Docente e não foi.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: E a verdade é que, hoje, um professor não concorre, naturalmente, para uma ilha pequena, onde a habitação é escassa e caríssima, sem qualquer tipo de incentivo. É óbvio que iríamos ter este resultado. Falámos disto antes de férias. Não iria ser diferente o cenário.

Por outro lado, relativamente aos bolseiros operacionais, sinceramente, ficamos a saber que um grupo de trabalho foi criado, ficamos a saber que vai ser legislada a situação dos bolseiros, mas ficamos a saber essencialmente que, hoje, faltam duzentos bolseiros operacionais nas escolas.

E as crianças com necessidades educativas especiais não têm como ficar dentro da escola. E é isto, hoje, aqui, agora, que importa relevar, é aquilo que está mal na educação, hoje, aqui e agora, não obstante o PS ter muito orgulho no seu passado. Fez coisas boas, fez coisas más, como o PSD também no seu tempo. Faz parte. O que interessa neste momento e o que estamos a falar é do início do ano letivo hoje. E, ontem, o início do ano letivo foi ruinoso.

Quando me dizem que faltam três vagas para preencher, eu fico estupefacta, porque a uma das minhas filhas falta-lhe três professores. Devem ser, coincidentemente, os três que faltam preencher.

Dito isto, acho que não restam dúvidas que a educação é um desígnio que nos devia mover a todos.

E relativamente a demagogia, só tenho a dizer: deixo de falar de demagogia no dia em que contradisserem aquilo que eu disse daquela bancada, coisa que não foi feita ainda hoje. Fico à espera.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está assim encerrada esta declaração política.

Sr. Deputado José Pacheco, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

É para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Está concedido. Vamos encerrar assim os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas, com a agenda.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento, a Representação Parlamentar do PAN solicita a apresentação em plenário do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII — “Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação. Tem até dez

minutos, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As notícias de casos de abandono, maus-tratos e violência praticada contra animais têm vindo a acentuar-se, representando um problema comunitário que exige a implementação de políticas públicas dotadas de instrumentos e mecanismos concretos, transversais e multissetoriais que combatam este flagelo de forma eficaz: uma aposta real no bem-estar animal.

A problemática do abandono animal é alarmante, estando intrinsecamente ligada à reprodução irrefletida de animais de companhia, traduzindo-se, salvo raras exceções, em ninhadas indesejadas e, conseqüentemente, em animais a viverem na rua ou em condições de negligência, sujeitos à fome, sede e morte prematura. Acresce a carência da execução de iniciativas que promovam o respeito e valorização pelos direitos dos animais, levando a uma cultura de negligência que se reflete na prática de atos de delinquência, como os maus-tratos, o abandono ou a violência.

O escasso acesso a cuidados médico-veterinários, bem como as campanhas de castração e esterilização, compõem o cerne da questão, que se acentua em virtude das especificidades arquipelágicas, fruto da significativa dispersão territorial e periferias, não permitindo que todo o território regional possua fácil acesso a recursos de saúde animal.

Ademais, uma percentagem destes abandonos são também fruto do peso que os animais ainda representam para os orçamentos familiares, especialmente de agregados familiares carenciados, não lhes permitindo assegurar os cuidados básicos, sendo que muitos acabam também a ser entregues a centros de recolha animal — caracterizados pela falta de investimento do poder local e regional — e a associações de proteção animal, com poucos recursos e sujeitas a um enorme stress financeiro.

É premente não só a necessidade de democratizar o acesso a cuidados veterinários, dando aos tutores e associações de proteção animal a possibilidade de salvaguardar a saúde dos seus animais, como também repensar o modelo de castração e esterilização por forma a ter sucesso nos objetivos a que se propõe, afirmando-se como uma efetiva política de proximidade com a população local.

Dito isto, o PAN/Açores pretende implementar na Região um projeto-piloto que prevê a criação de um serviço de atendimento veterinário itinerante, destinado à castração e esterilização de animais de companhia em todo o arquipélago, sobretudo em áreas mais vulneráveis devido à escassez de recursos veterinários, bem como aliviar a pressão sobre os centros de acolhimento e associações de proteção animal e fomentar também a promoção da literacia animal, através de ações de sensibilização para a saúde animal que promovam uma cultura de responsabilidade e respeito pelos animais.

Crê-se que aproximadamente metade dos lares açorianos têm, pelo menos, um animal de companhia e a tendência é para que esse número aumente, demonstrando a importância que os animais de companhia e o seu bem-estar têm nos agregados familiares, reconhecidos como membros da família, aos quais assiste o direito a cuidados adequados.

Este projeto não se circunscreve apenas a uma questão de bem-estar animal. É uma questão de justiça social, atuando como facilitador da promoção da saúde animal e garante do acesso a cuidados veterinários, assegurando que nenhum açoriano seja excluído ou discriminado em função da sua condição financeira ou localização geográfica.

A proposta do PAN/Açores é parte de uma ampla visão sobre a luta pela proteção dos direitos dos animais e o fortalecimento da conscientização da sociedade para com o bem-estar animal.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Dispõe o nosso Regimento que existem dez minutos agora para pedidos de esclarecimento. Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria, de facto, ser esclarecido, em relação a esse projeto do PAN, se, de facto, fizeram as contas de quanto é que isso custava e como é que seriam as fontes de financiamento e de manutenção desse projeto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para responder.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A essa pergunta, obrigatoriamente, eu vou responder na comissão, como é normal e natural. Eu não tenho os dados neste preciso momento, na altura da apresentação, quando à partida nós vamos discutir de uma forma bastante morosa na nossa comissão de especialidade.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Está assim apresentada a iniciativa.

Entramos no ponto 1 da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII — “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho — Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do Chega e do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos para este debate já estão espelhados no nosso ecrã de controlo dos tempos: o PSD tem 25 minutos; o Governo e o PS, 20 minutos; o Chega, 19 minutos; o CDS, 19 minutos; o PPM, 15 minutos; as Representações Parlamentares do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN, 10 minutos cada.

Não sei se há necessidade de apresentar a iniciativa...

Sr. Deputado Joaquim Machado, para nova apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Os Açores têm falta de professores. Esta realidade, que hoje todos confirmamos, era previsível há muitos anos, bastava atentar na idade dos docentes para identificar, até com relativa segurança, as necessidades ao longo dos anos, no mínimo, pelo efeito da aposentação.

De 2020 a 2024, reformam-se, nos Açores, 319 educadores e professores, mais os que, por circunstâncias da vida, ficam impedidos de exercer a docência.

Um professor demora, no mínimo, cinco anos para fazer a sua formação. Daqui resulta que só pode entrar hoje, dia 10 de setembro, pela primeira vez na rede de ensino público da Região, um professor que tivesse iniciado a sua formação em 2019 ou em ano anterior. Se lembro esta evidência é por duas ordens de razão: primeiro, porque nada foi feito pela governação socialista para acautelar estas previsíveis necessidades; em segundo lugar, porque importa tornar mais atrativa a profissão docente nos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Só assim conseguiremos captar novos recursos, tendo consciência das dificuldades face à falta de professores em todo o país, com contornos de grande gravidade.

Não temos tempo a perder!

O PSD, CDS, PPM e Chega comprometeram-se, no último plenário, a resolver mais um problema dos docentes dos Açores. Aqui estamos a cumprir. Na verdade, estamos a resolver mais um problema deixado pela governação socialista, no caso a recuperação de até três anos de serviço perdido na transição entre carreiras.

Queremos, com esta medida, garantir que os professores dos Açores, abrangidos pela medida que o PSD, CDS, PPM e Chega, agora, aqui, trazem, possam atingir o topo da sua carreira profissional, no máximo, em 34 anos, que se lhes faça justiça, que se lhes faça a recuperação de um dano moral e profissional.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, nesta oportunidade legislativa, quisemos ir ainda mais além nesta tarefa complexa e difícil de tornar atrativos os quadros da escola pública dos Açores. E, assim, também garantimos a recuperação do tempo de serviço congelado aos professores e educadores que ingressaram na rede de ensino pública dos Açores ou venham a ingressar, vindos do continente e da Região Autónoma da Madeira, em rigor até com vantagem relativamente ao modelo, agora, finalmente, iniciado pelo Governo de Luís Montenegro, curiosamente também um Governo do PSD, do CDS e do PPM.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo

Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Digo “com vantagem”, porque, de facto, propomos a recuperação de todo o tempo de serviço sem qualquer condicionante, ou seja, os docentes que tenham a haver menos de 2923 dias de tempo congelado concluem a recuperação desse tempo de serviço, efetivamente prestado e não contabilizado, em menos de quatro anos, porventura poderão até recuperá-lo num só ano.

Nos Açores, todos contam!

Queremos professores respeitados, dignificados, motivados.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Estas são condições primordiais para assegurar o sucesso educativo que tanto ambicionamos.

Disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Chega, a Sra. Deputada Olivéria Santos. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Há uns meses, os professores estavam com um problema. Os sindicatos pediram para falar com o Chega, disseram e revelaram qual era este problema. O Chega assumiu um compromisso com os professores e com o sindicato. E cumpriu e honrou este compromisso e a sua palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Este diploma, que regressa hoje a esta Assembleia, é o culminar de um trabalho que tem e teve unicamente por objetivo colmatar esta lacuna que foi identificada na lei. Esta primeira alteração ao Estatuto da Carreira Docente vem assim repor justiça a centenas de professores, que, de forma faseada, vão ver a reposição do seu tempo de serviço intercarreiras.

É uma proposta que vem assim dar resposta ao que nos foi pedido, ao que foi pedido ao Chega, que, em coligação com os partidos da coligação, irá permitir dar mais estabilidade — que é o que precisamos — ao Setor Educativo Regional.

Esta alteração vem introduzir medidas que tornam a profissão de professor mais atrativa, do mesmo modo que, a nosso ver, também vem dignificar a profissão de docente.

É sabido, todos nós sabemos, há uma grave falta de professores. Temos vindo a assistir a esta falta de professores a nível nacional, mas também na Região. E esta proposta vem assim também abrir a possibilidade de atrair docentes do continente para os Açores, mas também de manter os docentes que já cá estão.

Com a aprovação deste diploma, o Chega acredita que todos saem a ganhar, desde logo os professores, todos os açorianos e, principalmente, a nossa comunidade educativa, os nossos alunos, os nossos professores e todos os assistentes, todas pessoas que fazem parte do Sistema Educativo Regional.

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Continuo abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este processo legislativo, que hoje culmina com a apreciação e votação do diploma do PSD, CDS-PP, PPM e Chega, é bem indicador daquela que é a importância não só do Parlamento, mas também a importância da pluralidade deste mesmo Parlamento e da não existência de maiorias absolutas.

Na verdade, eu arriscaria dizer que, depois do primeiro diploma aprovado, não fosse esse Parlamento uma maioria relativa, provavelmente tudo ficaria na mesma.

Na verdade, esse processo legislativo, que hoje culmina com a discussão e votação deste diploma, foi reiniciado pelo Partido Socialista e pela Iniciativa Liberal com a apresentação de dois diplomas ainda antes deste. E que a maioria do Governo, coadjuvada pelo Chega a reboque, veio, como eu bem disse na altura, melhorar esses mesmos documentos.

Não há muito mais a dizer sobre este assunto. O assunto foi já debatido nesta Casa em período legislativo anterior. Já todos aduzimos argumentos. Já todos utilizamos a nossa verborreia. E obviamente que nesta altura cumpre apenas ressaltar aquilo que já disse: viva ao parlamentarismo e à pluralidade neste Parlamento!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Podemos avançar para a votação?

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, começar por dizer que esta proposta, em grande medida, foi debatida, como já foi referido, na sessão plenária de julho. E reafirmamos aquilo que disse na altura. Existir uma carreira de 34 anos tinha sido o compromisso do Governo Regional. Este Parlamento aprovou uma alteração à carreira com esse objetivo. Mais tarde, veio-se a perceber que não era assim. Daí a necessidade de terem sido apresentadas várias propostas, que nós acompanhámos com o voto favorável, de garantir que essa carreira era mesmo de 34 anos para todos os docentes.

Aquilo que nós ainda não tivemos foi a explicação para esse... vou-lhe chamar erro, que foi a apresentação de uma proposta a este Parlamento que não cumpria o principal objetivo a que se propunha. E da parte do Governo não tivemos uma explicação. O Parlamento não detetou esse erro, é verdade. Mas o Governo, que apresentou, não disse uma palavra sobre isso. E julgo que era essencial que o Governo dissesse exatamente o que é que se passou afinal com esta alteração ao estatuto.

Em segundo lugar, aproveito também a oportunidade para referir e reforçar aquilo que já foi abordado durante a manhã no que diz respeito à carência de professores nos Açores. Há carência de professores nos Açores, há carência de professores no país.

Foi divulgado agora um relatório da OCDE sobre as remunerações dos professores na OCDE. Em Portugal, os professores, nos últimos anos, perderam 4 % de poder de compra real, apesar dos aumentos salariais que existiram nos últimos anos. Isso foi insuficiente para que haja aumentos reais salariais. Enquanto a nível da OCDE, na média da OCDE, houve um aumento salarial de 4 %. Ou seja, em Portugal, por responsabilidade dos sucessivos governos do PS,

governos do PSD, os professores têm sido desvalorizados não só do ponto de vista da remuneração, mas também da sua carreira e do seu reconhecimento público.

Aqui nos Açores, eu recordo-me muito bem, há duas legislaturas, já se debateu nesta Casa o que aí vinha, um cenário diferente do que aquele que se vivia em 2018 e 2019, que era um cenário em que não existia propriamente uma falta de professores, mas que já se antevia essa falta de professores.

Mas ao antevermos essa falta de professores, esperaríamos que aqueles que diziam que essa falta de professores estava a chegar, aqueles que agora estão no Governo, assim que chegassem ao Governo, procurassem tomar medidas para a resolver. E as medidas que têm sido tomadas não chegam, não são suficientes, estão longe de serem suficientes.

E aquilo que era proposto tantas vezes aqui pelo PSD, a implementação dos incentivos à fixação... Imagine-se, em 2018 e em 2019, propunham a aplicação. Hoje, estão no Governo e escudam-se num chumbo do Orçamento para 2024, quando estão no Governo desde 2020!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só um pormenor!

O Orador: E esta matéria está prevista nos estatutos há décadas! Só não aplicam porque não querem.

E há notícias extraordinárias nos últimos dias. Nós ouvimos o Ministro da Educação a anunciar a criação de um subsídio, de um apoio, para o pagamento do alojamento dos professores no continente, em algumas zonas do país, que até não são as zonas mais periféricas, mas são aquelas onde há problemas sérios com a habitação, como Lisboa e Algarve, por exemplo. Ora, os sindicatos estão insatisfeitos com a proposta, porque ela cria injustiças, um subsídio que vai até 450 euros para habitação. Mas aqui nos Açores vemos alguém insatisfeito com a injustiça que se criou? Não está ninguém insatisfeito, porque não há injustiça, porque não há apoio para a habitação para os professores. Por isso, este Governo, em vez de perceber o problema que tem entre mãos, não percebe que há

professores que não concorrem para longe da sua área de residência, para ilhas mais periféricas, mas não só, porque não têm como pagar a casa ou porque simplesmente ela não existe. E esse problema é real, não de agora, mas de há três, quatro, cinco, seis anos. O Governo é lento a resolver o problema.

Do ponto de vista da recuperação do tempo intercarreiras, não vou repetir este debate. No que diz respeito à proposta em concreto que estamos a debater, a recuperação do tempo de serviço dos professores que têm tempo de serviço que agora foi descongelado no continente e que têm tempo de serviço a recuperar que foi prestado no continente, é preciso ter em atenção a uma questão: se o objetivo da Região é fixar ao máximo docentes nos Açores, evitar ao máximo que eles saiam dos Açores e vão para o continente ou para a Madeira, para garantir que cada criança tem professor a todas as disciplinas em todo o ano letivo, então nós temos de fazer mais, temos de fazer melhor e temos de ser mais céleres a fazer essa recuperação do que aquilo que está a ser feito no continente, motivando os professores também a permanecerem nos Açores. Isso tem um custo? Certamente que tem um custo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Já temos vantagens!

O Orador: Mas o custo de não o fazer é certamente muito maior. E esse custo não é mensurável em euros, em termos financeiros, é um custo de desenvolvimento, é um custo de direito à educação, é um custo muitíssimo maior. Por isso, nós apresentámos uma proposta de alteração que prevê a recuperação dos primeiros dois anos, daqueles que tiverem dois anos a recuperar, já em 2025. E para que todo o tempo de serviço seja recuperado no caso destes docentes em dois anos, não em quatro anos como a coligação inicialmente propunha e, agora, com a sua proposta de alteração também mantém, como foi aprovado a nível nacional.

Por isso, nós temos de, efetivamente, fazer mais nos Açores, porque, de outro

modo, uma região periférica como a nossa, com a escassez de professores que há no país, corre o sério risco de ter um gigantesco problema, muito maior do que aquele que já temos, que já é efetivamente muito sério e muito grande. Por isso, temos mesmo de fazer mais. Este diploma poderá ser um pequeno contributo, mas, sem os incentivos à fixação e sem efetivamente uma valorização da carreira e da profissão de professor, nós não vamos lá.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar e iremos votar uma proposta para que um conjunto significativo de docentes, que ficaram excluídos em 2023 da recuperação do tempo de serviço porque não se encontravam aqui nos Açores, possam, finalmente, recuperar o seu tempo de serviço.

E quem está fazendo isso não é uma força política de esquerda, não é um governo de esquerda, é exatamente o centro-direita. Compreendemos que isto possa ser um engulho político aos partidos de esquerda, mas é o que é. Cabe-nos a nós governar, enfrentar os problemas. E é isso que a coligação está fazendo. E está, dentro do possível, a resolver os problemas paulatinamente. E esta é mais uma medida de dignificação da carreira docente.

Se de manhã debatíamos o problema da educação e da falta de docentes, ora aqui está uma medida que vem valorizar os docentes e vem contribuir para a sua fixação aqui nos Açores.

Há, no entanto, outras medidas que a coligação já tomou. Desde logo, os Açores são a região do país com os impostos mais baixos. Só por isso é um fator de atratividade para quem se quiser vir cá instalar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

Deputado Carlos Silva (PS): Já era!

O Orador: E, portanto, não é só reclamar mais e mais medidas, porque, muitas vezes, com a multiplicação de medidas, estamos a criar desigualdade entre os vários trabalhadores do Estado. Nós temos de considerar também o equilíbrio entre as várias profissões que servem a Região e servem o Estado. E, portanto, não podemos criar medidas avulso para resolver problemas pontuais.

Sabemos bem qual a causa da falta de professores. Essa falta tem de ser colmatada pelo aumento da formação, pelo aumento de vagas nas universidades. Só dessa maneira é que poderemos ter mais professores. E, portanto, é por essa via que nós temos de trabalhar e incentivar os alunos, os nossos jovens, a quererem seguir a carreira docente.

E uma das maneiras de incentivar é valorizar, é reconhecer o mérito e o valor dessa profissão. E é isso que estamos fazendo, estamos recuperando o tempo de serviço para um conjunto significativo de professores que ficaram excluídos das medidas anteriores de recuperação do tempo de serviço.

E, portanto, refutamos a acusação de que o Governo é lento a resolver a situação. Esta coligação governa os Açores há quatro anos. E nos últimos quatro anos, já muito foi feito não só pela classe docente, mas também por muitos trabalhadores do setor público. E, portanto, estamos enfrentando os problemas um a um, paulatinamente, com metodologia, para trazermos ordem à nossa sociedade açoriana e, por essa via, contribuirmos para o progresso dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à proposta de alteração aqui em causa, eu gostaria de começar por lembrar que 50 % desta proposta foi debatida em julho, por proposta do Partido Socialista, chumbada pelos partidos da coligação, mas que versava exatamente sobre o mesmo objeto e que diz exatamente a mesma coisa. No fundo, o que se pretende é que seja recuperado o tempo perdido intercarreiras dos docentes, um problema que surgiu do novo Estatuto da Carreira Docente. Era essa a proposta que tínhamos em julho e continuamos a achar agora.

Relativamente à recuperação do tempo dos docentes, naturalmente que o Partido Socialista acha que, na Região, o tempo dos docentes tarda em ser recuperado. Tivemos de esperar, pelos vistos, por legislação nacional para conseguirmos fazer uma coisa que começou por ser semelhante, mas hoje passou a ser igual. Não consigo, sinceramente, entender o intuito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esse é o seu problema, é não perceber nada disto!

A Oradora: O que interessa, de facto, aqui, ao Partido Socialista é repor a dignidade à carreira docente, é repor a justiça à carreira docente, é devolver à carreira docente aquilo que lhe é devido há algum tempo.

Portanto, obviamente, na situação em que estamos, em que não temos professores na Região para colmatar as nossas falhas e necessitamos, obviamente, de ir ao continente e à Madeira, não podíamos de todo ter uma lacuna que não permitisse que o tempo desses docentes fosse recuperado.

Sobre esta proposta, é aquilo que nos apraz dizer neste momento.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

Hoje, discutimos uma proposta de grande relevância para o futuro da educação nos Açores. A alteração ao Estatuto da Carreira Docente, mais do que uma mera atualização legislativa, representa um passo decisivo para melhorar a carreira docente nos Açores.

Desde que foram implementadas as últimas reformas, em junho de 2023, o diploma trouxe avanços para a carreira docente, dignificou a profissão e garantiu a equidade entre professores de diferentes níveis e ciclos de ensino.

No entanto, persistem questões importantes que precisam de ser resolvidas. É precisamente isso que esta proposta de alteração visa corrigir: garantir a justa contabilização de todo o tempo de serviço prestado pelos docentes e eliminar lacunas que ainda penalizam, injustamente, aqueles que transitaram entre diferentes territórios educativos da Madeira, Açores e do território continental.

Os benefícios desta proposta são evidentes. Para os professores, as alterações agora propostas representam o pleno reconhecimento das suas carreiras e a valorização do seu trabalho, de maneira ainda mais vantajosa do que no território continental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nos Açores, já não há quotas nem limites temporais, permitindo uma progressão mais ágil e contínua na carreira, com efeitos retroativos a março deste ano.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

O Orador: Como bem sublinhou o presidente do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA), esta proposta “corrige desigualdades na

contagem do tempo de serviço e garante que nenhum professor tenha uma carreira superior a 34 anos”.

Visa introduzir um critério justo, fixar os docentes nos Açores e atrair novos profissionais para a Região, uma vez que aqui a carreira docente é muito mais atrativa e o diferencial fiscal existente significa uma remuneração muito mais vantajosa.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

O Orador: Para os nossos alunos, esta proposta é uma garantia de que terão professores motivados e valorizados, o que terá um efeito direto e positivo na qualidade do ensino que recebem.

A Sra. Secretaria Regional da Educação sublinhou, recentemente, a necessidade de enfrentar os problemas estruturais herdados de 24 anos de governação socialista, marcada por decisões falhadas na área da educação.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Um dos exemplos mais graves é a taxa de abandono escolar precoce, que chegou aos 27 % durante os governos socialistas, e que, graças às políticas da coligação, foi reduzida para 21,7 %, o valor mais baixo de sempre.

Além disso, os resultados dos alunos açorianos têm melhorado significativamente, superando as médias nacionais em dez disciplinas, incluindo disciplinas tão nucleares como português e matemática. Estes resultados demonstram que estamos a seguir o rumo certo.

Recordo ainda que, em 2018, a tutela socialista terminou com a atribuição de prioridade de entrada aos professores que concorriam e se fixavam por pelo menos três anos nas nossas escolas, uma medida que permitiu fixar professores nas ilhas mais pequenas. O que está a suceder, por exemplo, na ilha das Flores é da exclusiva responsabilidade do PS. Mas a memória é curta, bem sei.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo*

Estêvão): Muito bem!

O Orador: Refira-se ainda que a falta de professores está a ser abordada de forma proativa, restaurando-se os estágios profissionais remunerados que o governo socialista eliminou.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esta medida permite que os professores em formação contabilizem esse tempo de serviço e sejam remunerados pelo trabalho que realizam nas escolas.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Secretário, o senhor já escreveu melhor do que isso!

O Orador: Também criámos bolsas de estudo para alunos de mestrado em ensino, particularmente nas áreas de maior carência, atraindo novos profissionais para a Região. Note-se que, a este respeito, só este ano, 57 alunos de mestrado realizarão estágios nas escolas dos Açores.

Temos a responsabilidade de corrigir o passado e construir um futuro mais justo, mais eficiente e mais promissor para a educação nos Açores. E é o que estamos a fazer!

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção da bancada do Partido Socialista suscita, naturalmente, algumas

considerações a fazer. E a primeira delas é de que o Partido Socialista tentou passar a ideia aos açorianos, que porventura estejam a acompanhar estes nossos trabalhos, de que a proposta que, agora, aqui, temos é a proposta que o Partido Socialista tinha no mês de julho, como se fosse o autor daquilo que nós pretendemos, hoje, aqui, fazer depois da votação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ai, Sr. Deputado Joaquim Machado, tenha paciência!

O Orador: Isso não corresponde à veracidade dos factos, desde logo pela circunstância de, nesse mesmo mês, estarem no Parlamento outras duas propostas, uma da coligação com o Chega e outra da Iniciativa Liberal, que versavam exatamente esta matéria.

Portanto, primeiro equívoco do Partido Socialista ou, melhor dizendo, primeira tentativa de enganar os açorianos: o Partido Socialista...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Menos um bocadinho! Não ponha na boca dos outros a vossa prática!

O Orador: ... é que tinha feito uma proposta, e que nós chumbámos a proposta em julho para hoje apresentarmos outra. Nada mais falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É sempre esse registo, paciência!

O Orador: Em segundo lugar, reconhecer que o Partido Socialista numa coisa foi rigoroso ao fazer esta abordagem, é que era 50 % daquilo que nós hoje temos para aprovar. Bom, 50 % em termos de ensino, porque é de ensino que estamos a tratar, é para um aluno mediano. Nós não queremos ficar pela média, queremos ficar

pela excelência. E, portanto, a nossa proposta não é os 50 % do PS, é os 100 %, é aquilo que hoje é preciso para dignificar a classe docente nos Açores!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em terceiro lugar, a parte que o Partido Socialista queria resolver, e só essa, mas que o PSD, o CDS, o PPM, o Chega e a Iniciativa Liberal também o faziam e continuamos a fazê-lo hoje, é recuperar o tempo perdido entre carreiras. Que tempo perdido entre carreiras é esse? Quem é que fez perder aos professores dos Açores, a algumas centenas de professores dos Açores, tempo entre carreiras? Esta pergunta tem de se fazer e tem de ter a sua resposta. Quem é que fez perder esse tempo aos professores dos Açores? Não é o tempo congelado, isso é da responsabilidade dos Primeiros-Ministros José Sócrates, Passos Coelho e António Costa. Repito: José Sócrates, Passos Coelho e António Costa. Estamos a falar de uma outra coisa: tempo entre carreiras perdido nos Açores. Quem é que provocou esse prejuízo à classe docente dos Açores?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem é que assumiu o compromisso?

O Orador: Diga o Partido Socialista quem foi!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não foi 50 %!

O Orador: Foi a governação do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, tenha paciência!

O Orador: Em 2007 e 2015, fizeram alterações ao Estatuto da Carreira, passaram de dez para sete escalões e depois de sete novamente para dez. E é essa transição entre carreiras que faz algumas centenas de professores dos Açores perderem até

três anos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E qual não é o nosso espanto, quando, em junho, na altura em que o PSD, o CDS, o PPM, o Chega, a Iniciativa Liberal e o Partido Socialista apresentam uma proposta para recuperar esse tempo, o Partido Socialista emite um comunicado a dizer que isso resulta das alterações ao Estatuto da Carreira Docente que nós fizemos em 2023.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): De uma!

O Orador: Pelo amor de Deus! Isto é um insulto inadmissível que fazem à classe docente, àqueles professores que, durante anos, no mínimo desde 2015, perderam tempo de serviço!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não é, não, senhor! Santa paciência!

O Orador: E, portanto, tinham como horizonte para a sua carreira profissional 37 anos em vez dos 34 que estão no Estatuto da Carreira Docente.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Isso é a resolução do compromisso que foi assumido aquando da alteração do último estatuto e que não viu o reflexo no texto proposto pelo Governo. Essa é que é a realidade!

O Orador: Portanto, os senhores é que são os autores morais e materiais do tempo perdido entre carreiras.

E quem se comprometeu, durante muito tempo, quando era oposição, quando se candidatou em 2020 e, depois, quando assumiu os destinos dos Açores a recuperar esse tempo para os professores, foi a coligação. Fizemo-lo numa tentativa em 2023, que acabou por não ser bem sucedida, mas cá está outra vez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah!

O Orador: E nós é que recuperamos. Mas o problema não é de 2023, o problema vem de 2007 e vem de 2015, da vossa responsabilidade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, por uma questão de respeito à classe docente, jamais deveriam ter dito o que disseram.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O quê?

O Orador: Que a responsabilidade era do Governo Regional, que tinha provocado.

Sra. Deputada, agora, aproveito para lhe dar os parabéns e desejar muito bom trabalho como presidente do seu grupo parlamentar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não faça isso, não lhe fica bem. Dispensamos, Sr. Deputado.

O Orador: Bom, a senhora não aceita, isso também poderá dizer muita coisa de quem não aceita a cordialidade dos cumprimentos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Passe à frente.

O Orador: Mas o que a senhora diz é: “A alteração de 2023 fez com que um conjunto alargado de professores que prestou serviço entre 2005 e 2007 fora da Região fique agora, ao contrário do prometido, sem acesso à carreira de 34 anos.” Eu estou a ler um comunicado do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E então?

O Orador: Os senhores é que mentem! Mentiram com todas as letras, maiúsculas, aos professores e aos açorianos!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é mentira, já tivemos essa discussão em julho! Podemos reproduzi-la agora, não é mentira!

Deputado João Vasco Costa (PS): Os senhores é que são mentirosos!

O Orador: Mas, mais do isso, insultando não só a inteligência dos professores, mas a dignidade daqueles que estavam sujeitos a fazer mais três anos na carreira, por vossa responsabilidade, nomeadamente do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que está agora sentado na última fila, que era Presidente do Governo Regional quando se fez a última alteração no Estatuto da Carreira. E os sindicatos chamaram a atenção.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A última alteração já foi com este Governo!

O Orador: Pelo amor de Deus, a senhora pelo menos seja séria, politicamente falando!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então, não é? É factual! Pelo amor de Deus!

O Orador: Estou a dizer que a alteração do Estatuto da Carreira com o número de escalões é de 2007 e de 2015, ponto final! Mais ninguém fez alterações, no Açores, na estrutura da carreira. Número de escalões, é disso que estamos a falar, Sra. Deputada. Portanto, seja politicamente séria se quer discutir isto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Só é sério aquilo que o senhor diz!

O Orador: Já percebi que o Partido Socialista gosta de fazer uns apartezinhos para desviar a atenção daquilo que é fundamental.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim, sim... Claro, claro...

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro era Presidente do Governo Regional quando se fez a última alteração do Estatuto da Carreira ao nível da estrutura de escalões e de remuneração.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foram todas as alterações para beneficiar a carreira docente na Região!

O Orador: E, como há dias, no mês de junho, lembrou o Sr. Presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores, na altura quando foi chamada a atenção do Sr. Secretário Regional, Professor Doutor Avelino Meneses, para esse

facto, ele disse: “Os senhores têm razão, mas não há dinheiro.” Isto está no relatório da comissão, portanto, não é a minha opinião. Eu estou-me limitando a reproduzir aquilo que foi dito aos Deputados na Comissão de Política Geral e que está no relatório. É tão simples quanto isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Memórias curtas!

O Orador: Portanto, o tempo perdido entre carreiras é da vossa responsabilidade. Tiveram o tempo todo.

Aliás, tiveram tempo para mais uma coisa. Há instantes, dizia a Sra. Deputada Inês Sá que é preciso recorrer aos professores do continente e da Madeira. E, portanto, sim senhor, é preciso que eles também recuperem o tempo de serviço. Ó Sra. Deputada, eu já tive várias vezes a oportunidade de reconhecer que o Partido Socialista fez uma coisa boa em 2019: iniciou a recuperação do tempo congelado. E repito, disse-o novamente.

Deputada Inês Sá (PS): Fala baixinho quando diz isso.

O Orador: Mas, nessa altura, também entravam aqui na Região professores vindos do continente e da Madeira. O Partido Socialista, por acaso, dignou-se a fazer uma alteração ao estatuto para permitir que esses professores recuperassem tempo de serviço nos Açores? Não fez. Cá está ela, que nós fazemos agora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Houve alguma alteração ao Estatuto da Carreira Docente prejudicial aos professores? Quer dizer, isto é uma coisa inacreditável! Todas as alterações visaram melhorar a carreira dos professores, todas!

O Orador: Cá está ela. Vamos permitir. Isso são os outros 50 % que o Partido Socialista jamais se dispôs a fazer.

E repito o que já disse há instantes: vamos fazê-lo de forma até mais vantajosa do que no continente, não limitando a recuperação. Ou seja, quem tiver tempo a recuperar vai recuperar 599 dias já com efeitos no dia 1 de setembro deste ano de

2024, portanto, há uma semana, fará mais 598 dias no dia 31 de julho de 2025, outro tanto no dia 31 de julho de 2026 e terminará em 2027. Qual é a vantagem em relação ao continente? É que no continente, quem tiver menos de 2923 dias, a recuperação faz-se com uma percentagem de 25 % anual, independentemente do número. Em tese, se alguém tivesse duzentos dias, demoraria quatro anos a recuperar esses duzentos dias.

Deputado António Lima (BE): Isso não é verdade!

O Orador: Aqui, nós vamos recuperar enquanto o docente tiver tempo a haver. E, portanto, essa é uma vantagem e é mais um fator de atratividade que nós introduzimos no Sistema Educativo Regional.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi dito aqui até pelo Sr. Deputado do PPM que isto corrigia uma desigualdade, o que não é verdade, isto corrige é um erro, uma trapalhada. E temos de fazer essa correção o mais rapidamente possível.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Aqui também devia haver um pedido de desculpas, mas não há. Apenas corrigimos uma desigualdade. Não, essa desigualdade já existe há bastante tempo, então vamos corrigir. E não é um erro nem uma trapalhada feita por nós. E então estamos aqui nós, obviamente, no nosso pedestal a dizer que

vamos corrigir uma desigualdade.

Contudo, o PAN é favorável, obviamente, a esta alteração, mas é muito pouquinho, continua a ser muito pouquinho. Nós estamos, por cada ano que passa, a perder cada vez mais professores.

E não, Sr. Deputado Pedro Pinto, não precisamos de mais vagas nas universidades. Temos professores formados que estão a abandonar a carreira.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E porquê?

O Orador: Porque é que vamos formar outras pessoas se não há atratividade nem competitividade dentro desta carreira docente. Não há absolutamente nada.

Isto é muito pouquinho. Se nós não dermos um apoio robusto, tanto aos ordenados, como aos apoios pecuniários e não pecuniários aos professores já existentes neste preciso momento, a nossa educação a nível nacional será muito má.

E andar a reboque também do nacional, nos Açores não será bem melhor. Damos mais um pouquinho para tentarmos ir buscar alguns continentais para virem aqui para os Açores.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não estando para intervir neste debate, até porque o teor técnico e aquilo que nós estamos a debater tem a ver com alterações até bastante técnicas, de contagem de tempo de serviço e de introdução de algumas alterações que já em tempo foram

devidamente esclarecidas desta Casa, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, que dispensava toda esta discussão sobre o assunto, mas os Srs. Deputados, nomeadamente aqui o Sr. Deputado João Mendonça veio falar das Flores. Como aludiu as Flores, eu não poderia deixar de me referir também às Flores e não só. Pedia ao Sr. Deputado para verificar a profunda preocupação com o início do ano letivo escolar, marcado pela falta de professores, marcado pela falta de assistentes operacionais. Isso reflete apenas e só a inação e a falta de planeamento deste Governo.

E há uma coisa: há pouco, na declaração política da manhã, foi falado que “não tinha havido tempo ainda para fazer tudo”. Mas, há pouco, ainda neste debate, e podemos depois registar, “já se fez muito”. Bem, ou ficamos de uma maneira ou ficamos de outra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É exatamente a mesma coisa, Sr. Deputado! Se perceber bem o que é que diz, é exatamente a mesma coisa!

O Orador: Ou seja, acabou de dizer que não tinha tido tempo durante quatro anos de fazer tudo o que era necessário fazer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas já fez muito!

O Orador: ... mas, depois, adiantou, Sr. Deputado, que muita coisa tinha sido feita.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exato! É a mesma coisa!

O Orador: Falta fazer muito. E falta também desmentir um pouco aquilo que, no fundo, a Sra. Secretária, ontem... Eu recebi uma mensagem logo a seguir às suas declarações...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Também tenho aqui algumas, Sr. Deputado!

O Orador: ... e vou ler, claro que omitindo o seu remetente: “A Secretária está a enganar o povo, não faltam nada preencher só três vagas nos Açores. Das 22 que nas Flores estão a concurso, só estão três ocupadas.” Isto foi ontem às 20h43,

depois das suas declarações no telejornal.

Se há uma coisa que eu tenho para dizer é: por um lado, o PS iniciou esta sequela de diplomas que apareceram, também junto com a Iniciativa Liberal e, a seguir, a coligação com o Chega. E apresentou propostas. Neste momento, estamos a apresentar propostas à vossa proposta, não deixando o que despoletou desde o início as vossas propostas, na minha opinião, o correr atrás para fazer algo, para tirar o mérito àquilo que o PS estava a fazer. Numa primeira fase vem a reboque, agora também.

Mas isso só me leva a deixar aqui uma frase: o PS fez e está a fazer bem o seu papel naquilo que é o melhoramento da carreira dos professores dos Açores.

E esperemos que não volte a acontecer no próximo ano letivo, como já foi por diversas vezes avisado e deixo já, estamos a um ano, que se faça devidamente o planeamento, para que, em vez de 48 professores fantasmas, que agora são 56, não voltemos a ter nas Flores aquilo que está a acontecer: os alunos, neste momento, estão na escola sem professores e sem aulas.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, podemos avançar para a votação deste diploma?

Sr. Secretário, quer usar da palavra? Para uma intervenção, tem a palavra, Sr. Secretário. Eu fiz vários apelos a que se inscrevessem. Faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Sr. Presidente, tendo já terminado e estando no momento da votação, eu prescindo do pedido. O Sr. Presidente informou-me que já está num outro momento. Portanto, da parte do Governo, prescindimos.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos então votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII — “Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho — Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores”. Estamos a votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade.

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo** (*PS*): Sr. Presidente, uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, para o Grupo Parlamentar analisar as propostas que deram entrada durante a discussão na generalidade.

Presidente: Muito bem. É regimental. Está concedido.

Regressamos às 16 horas e 28 minutos.

Eram 15 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, relembro que vamos iniciar uma votação.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra, Sr. Presidente, para uma interpelação e um requerimento à Mesa, no sentido de dar conta que, do Partido Socialista, como é conhecido de S. Exa., deu entrada uma proposta de alteração a esta iniciativa. Esta proposta de alteração, no fundo, tinha como propósito melhorar a iniciativa que está agora em discussão, conformar a iniciativa com aquelas que foram as recentes alterações da carreira docente a nível nacional e tornar, senão melhor, pelo menos igual e equiparar aquilo que acontece a nível nacional à nossa Região, resolvendo aquilo que eram até agora ou que são ainda desigualdades na carreira dos docentes.

Esse aspeto foi aquilo que motivou o Partido Socialista a apresentar a primeira proposta de alteração ao Estatuto da Carreira Docente na Região, que nos levou a ouvir os sindicatos, a apresentar a proposta, que foi seguida por outros partidos, nomeadamente pela coligação e pela Iniciativa Liberal.

Entendemos que agora era também importante dar mais um passo, apresentámos propostas de alteração de forma responsável. Também, tendo outros partidos, nomeadamente a coligação e o Bloco de Esquerda, seguido o Partido Socialista e conformado a alteração que ocorreu a nível nacional a esta proposta agora regional, entendemos que a proposta da coligação corresponde na íntegra àquilo que eram os nossos propósitos iniciais e, portanto, retiramos a nossa iniciativa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito bem, Sra. Deputada.

Refere-se à iniciativa na íntegra?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, peço desculpa, eu disse iniciativa, mas estava, naturalmente, a referir-me às propostas de alteração que

foram apresentadas à Mesa, por volta do meio-dia.

Presidente: Sim, senhora.

Sr. Deputado Joaquim Machado, pediu a palavra?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Vamos então não considerar as propostas de alteração feitas a este diploma pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

(Pausa)

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma intervenção, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu não vou fazer uma saudação ao Partido Socialista pela atitude que tomou, porque, há instantes, querendo saudar a Sra. Presidente do Grupo Parlamentar pela sua eleição, ela recusou essa cordialidade e, portanto, vou passar adiante.

Deputado João Vasco Costa (PS): Nossa Senhora!

O Orador: Mas dizer que foi uma atitude inteligente do Partido Socialista. De facto, a proposta que tivemos, por alguns instantes, aqui, de alteração ao diploma ficava muito aquém daquilo que é objetivado na proposta que a coligação, conjuntamente com o Chega, faz para melhorar.

E confirmando o que dissemos em julho, era sensato, oportuno e determinante esperar pela publicação do Decreto-lei...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... para que aqui se pusesse fazer igual ou melhor, como efetivamente vamos fazer.

Dito isto, quero sublinhar o seguinte: o PSD, CDS, PPM e Chega apresentam uma

proposta que é melhor do que o modelo de critérios que vai vigorar no continente, porque, não existindo a recuperar 2923 dias, aqui a recuperação faz-se no ritmo que nós definimos agora, em dias, sem mais qualquer circunstância.

Eu espero que o Bloco de Esquerda, que também é autor de uma proposta de alteração, possa fazer a apresentação da sua proposta, para depois então podermos decidir entre a proposta do Bloco de Esquerda e aquela que é a proposta da coligação e do Chega.

Deputado António Lima (BE): Já fiz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta, agora, a propósito do debate na especialidade, talvez não tenha sido clara na intervenção em que requeri a retirada das nossas propostas de alteração, que o nosso propósito, quer com a proposta inicial, quer com a retirada da iniciativa, é sempre o de melhorar o Estatuto da Carreira Docente.

Desde a primeira iniciativa de alteração que apresentámos aqui, às quais se seguiu um conjunto de outras, o nosso propósito inicial foi sempre este e mantemos. Tem o mérito de ter conduzido um conjunto de outros partidos a tomar iniciativa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que eu já não concordo, porque factualmente não é verdade!

A Oradora: E mais, Sr. Deputado, não querendo arrastar este debate, há uma questão que tenho de lhe dizer: V. Exa. não altera o artigo 2.º. Não tem qualquer alteração ao artigo 2.º da iniciativa. E o artigo 2.º era aquele que correspondia à proposta que o Partido Socialista viu chumbada em julho.

E, portanto, Sr. Deputado, não lhe resta razão nenhuma na abordagem inicial que fez, porque, de facto, como tive oportunidade de dizer na altura, a proposta do

Partido Socialista podia ter sido votada, não desmerecia minimamente a proposta do PSD, antes pelo contrário, aguardaríamos agora então a votação do artigo 3.º. E tudo teria sido possível fazer sem politiquice à mistura.

Para nós, o que esteve sempre em primeiro lugar e aquilo que nos motivou e preocupou foi resolver um problema sinalizado e identificado pelos professores e pelos sindicatos. Foi isso que conduziu à apresentação da iniciativa inicial e às propostas de alteração que agora acabámos por retirar.

Ao Partido Socialista, volto a repetir, o que interessa é que a solução encontrada seja aquela que melhor responde às necessidades dos docentes e aquela que, sobretudo, melhor responde às lacunas criadas antes e agora por iniciativas legislativas que não corresponderam àquilo que foram os compromissos assumidos com a classe docente. Este é um aspeto que foi por nós evidenciado em julho e é por nós evidenciado agora.

Tenho também a dizer, conforme dissemos na altura e repito agora, que, sendo esta a nossa motivação, não temos qualquer problema em votar favoravelmente as iniciativas da coligação, ao contrário daquilo que a coligação fez em relação à iniciativa do PS. Já na altura disse e digo agora, é isto que nos diferencia, Sr. Deputado Joaquim Machado, é só isto: nós somos não só capazes de fazer elogios, como também de votar em conformidade.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos então iniciar a votação na especialidade.

Os dois primeiros artigos do diploma não têm propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação o 1.º e 2.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 1.º e 2.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação as propostas de alteração ao artigo 3.º-A, apresentadas pelo PSD, CDS-PP, PPM e Chega, em conjunto.

Estão à votação as propostas de alteração, que incluem os aditamentos, ao artigo 3.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração e de aditamento ao artigo 3.º-A foram aprovadas, com os votos a favor do PSD (22), do PS (22), do Chega (4), do CDS-PP (1), do PPM (1) e da IL (1), com o voto contra do BE (1), e com a abstenção do PAN (1).

Presidente: Estão assim prejudicadas as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao mesmo artigo.

Vamos votar o artigo 3.º-A com estas propostas que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 3.º-A com as propostas introduzidas foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 4.º e 5.º não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação os artigos 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 4.º e 5.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Tal como nos comprometemos nas eleições de 2020, a recuperação do tempo de serviço entre carreiras era um objetivo indeclinável do PSD, que foi acompanhado nesta matéria então pelo CDS e pelo PPM e desta vez também pelo Chega.

Há exatamente um mês, comprometemo-nos fazê-lo, mas não ficar por aí, não ficar pelos 50 %, mas ir à procura da excelência. E a excelência é abrir a recuperação do tempo de serviço congelado para os docentes que, sendo originários da administração educativa do continente e da Região Autónoma da Madeira, tendo vindo para os Açores ou podendo vir futuramente para os Açores, também aqui poderem fazer a recuperação dos tempos de serviço, conforme agora se faz também na República e desde 2020 na Região Autónoma da Madeira.

Estamos a cumprir e a fazer melhor.

Como disse na intervenção inicial de apresentação do diploma: nos Açores, todos contam!

Queremos professores respeitados, dignificados e motivados, porque essa é a condição para prosseguirmos a excelência educativa, que tanto ambicionamos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções para declarações de voto.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve a oportunidade, ao longo destes últimos três meses, quer com as estruturas sindicais, quer nesta Assembleia, de manifestar, de reforçar e de trazer aqui a debate uma matéria que era sensível e que tinha a ver com a duração da carreira dos docentes e tornar este processo de tempo de carreira igual para todos os docentes.

Este era um aspeto que era essencial, que era urgente corrigir e que, por diversas vias, fomos trazendo a debate, sendo que o último momento decorreu exatamente no mês de julho, quando aqui debatemos a iniciativa com urgência e dispensa de exame em comissão.

E foi esse o sentido, foi aquilo que nos motivou, foi exatamente o sentido de responsabilidade e de iniciativa, que ficou claro e transparente na iniciativa que apresentámos e nas propostas de alteração que aqui também apresentámos. Ou seja, a nossa intenção inicial foi sempre a de melhorar o Estatuto da Carreira Docente e torná-lo mais justo para todos os docentes dos Açores.

É claro que a questão da carreira docente é central no Sistema Educativo Regional. Este é um aspeto crítico, já abordado aqui esta manhã e trazido a debate pelo Partido Socialista. Foi isto que motivou o Partido Socialista ao longo dos anos e foi por isso que tivemos sempre uma carreira mais atrativa na Região do que aquela que existia no continente, porque é determinante este aspeto, que é um aspeto crítico do Estatuto da Carreira Docente para a fixação de professores na Região.

Esta é uma parte do processo, mas não é a totalidade do processo, há questões que importa avançar de forma determinada. Deixar de adiar a questão da definição de incentivos à fixação é crítico. Este aspeto fica hoje resolvido, mas há outros

aspectos que ainda estão por resolver. A questão da fixação de incentivos é determinante, não podemos continuar a adiar. O Governo tem adiado. E este aspeto não é saudável para o Sistema Educativo Regional.

Fica, por isso, e aproveito esta declaração de voto para deixar ou reforçar, naturalmente, o apelo que já fizemos esta manhã, para que o Governo Regional deixe de adiar um problema, que é um aspeto crítico de sucesso para o Sistema Educativo Regional, que é a definição dos incentivos à fixação.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente e fomos proponentes desta proposta para uma recuperação responsável do tempo de serviço que dignifique a carreira docente nos Açores.

Trata-se de fazer justiça aos professores naquilo que é a recuperação do tempo de serviço intercarreiras, aos professores que são oriundos dos sistemas educativos do continente e da Madeira e que, apesar de efetivamente exercerem as funções nos Açores, não reuniam as condições para a recuperação do tempo de serviço ao abrigo dos normativos legais previstos até ao momento.

Com esta nossa proposta, estamos a corrigir uma desigualdade e dá-se um sinal muito claro de que, nos Açores, valorizamos a carreira docente.

Temos o desafio de fixar e atrair educadores e professores para o Sistema Educativo Regional, atendendo, sobretudo, às particularidades do nosso arquipélago.

E este é um dos mecanismos que temos ao nosso dispor para tornar a carreira mais atrativa nos Açores.

Sublinhamos a importância desta recuperação do tempo de serviço dos docentes, num quadro alargado de uma estratégia que visa dignificar a carreira e promover a sua atratividade, na esperança de que haja consequências positivas para o Sistema Educativo Regional, tal como já evidenciei esta manhã, que é o aproveitamento escolar dos nossos alunos, que se materializa pelos resultados nos exames nacionais e pelo abandono do sistema educativo precocemente.

E, portanto, este é o nosso contributo para a valorização dos professores nos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente esta proposta de alteração da coligação do Governo e do Chega, tal como dissemos na decorrência da retirada da nossa proposta e que deu origem ao debate que se seguiu, porque entendemos que esta proposta do Partido Social Democrata, do CDS, do PPM e do Chega, de facto, era mais abrangente do que aquela que nós tínhamos apresentado.

No entanto, dizer também que esta proposta corrige aquilo que o Sr. Deputado Pedro Neves classificou de “uma trapalhada”, que foi a aprovação do diploma que deixou de fora cerca de trezentos professores da Região Autónoma dos Açores. Eu não queria usar o mesmo adjetivo “trapalhada”, mas diria que foi pelo menos

um lapso do Governo Regional e de nós todos e dos sindicatos. Não foi só do Governo Regional, porque nós aprovámos por unanimidade o Estatuto da Carreira Docente.

E, portanto, reiterar a importância do voto favorável, por unanimidade, deste diploma, hoje, aqui, que vem regularizar uma situação que por todos nós foi descuidada, e o termo é mesmo este, foi descuidada pelo Governo e também pelos sindicatos.

Por isso, o nosso voto favorável e o nosso aplauso a que, finalmente, fique esclarecido aquilo poderia ter ficado anteriormente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Chega assumiu um compromisso, honrou a sua palavra, cumpriu.

Parabéns àqueles que também se associaram ao Chega em trazer esta proposta aqui a esta Assembleia. Este é um dos problemas que foi detetado. Está resolvido.

Outros se seguirão. Sra. Secretária, é preciso fazer muito mais, é preciso continuarmos a trabalhar pela dignificação da carreira docente, pela dignificação do setor da educação. Um passo de cada vez, mas cá estamos para trabalhar e para levar a bom porto este setor muito importante e fundamental da nossa sociedade.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a presente iniciativa, porque ela, de facto, veio corrigir um erro, um erro com gravidade, erro esse que não foi até hoje reconhecido pelo Governo, erro esse que também já poderia ter sido corrigido em julho passado. Por isso, não poderíamos deixar de votar favoravelmente, como votámos em julho passado, uma proposta que procurava corrigir o mesmo erro.

Ora, ter professores nas escolas é fundamental. Não há nada que substitua os professores. Por muito que agora também pareça que há o novo paradigma de termos estabelecimentos de ensino ou creches, por exemplo, sem educadores, não vamos permitir que haja escolas sem professores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas quem é que disse isso?

O Orador: Por isso, termos professores nas escolas é absolutamente fundamental. E para termos professores nas escolas é preciso que a carreira seja atrativa, que não haja subterfúgios àquilo que é prometido, àquilo que é acordado.

E que não fiquemos também pelos mínimos, é preciso ir mais além do que aquilo que outros, por exemplo, vão. E é preciso ir mais além seja no que respeita, por exemplo, à questão que estamos aqui a falar, do tempo de serviço, e é preciso ir mais além noutras matérias como a questão dos incentivos à fixação, é preciso ir mais além na valorização da carreira e é preciso ir mais além em todo o sistema de ensino.

Não há escolas sem professores, como não há escolas sem todos os intervenientes numa escola: assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores, toda a gente que faz uma escola funcionar e que é essencial.

Por isso, votámos favoravelmente esta proposta, porque ela vem, efetivamente, corrigir uma injustiça, um erro. Mas é preciso olhar para todo o sistema de ensino, para os alunos e para tudo aquilo que o faz funcionar. E temos, efetivamente, muitas preocupações às quais é preciso responder neste momento.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

(Pausa)

Não havendo, vamos prosseguir com a nossa agenda para o ponto 2: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII — “Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para a sua apresentação. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Segundo dados do próprio Governo Regional, entre 25 de novembro de 2020 e 31 de agosto de 2021, foram contratados 671 profissionais de saúde na Região ao abrigo de várias modalidades de emprego público e programas de inserção socioprofissional. Destes, 79 % tinham contratos precários, mais de quinhentos. Mais de um ano depois de ter sido declarado o fim do estado de alerta na Região devido à pandemia covid-19, a maioria destes trabalhadores mantiveram-se nos serviços, mas com vínculos precários.

Integrar estes trabalhadores nos quadros é justiça que tarda!

Foram eles que suportaram o Serviço Regional de Saúde durante a pandemia. Continuaram em funções após o período mais crítico e após declarado o seu fim. A sua integração nos quadros, pondo fim à incerteza e à precariedade, já devia ter acontecido pelo menos desde 2022!

A 6 de setembro de 2022, debateu-se neste Parlamento esta mesma proposta que agora apresento. Após um empate na primeira votação, ela foi rejeitada na

segunda votação, com os votos contra do PSD, do CDS, do PPM, do CH e da Iniciativa Liberal e com a abstenção do deputado independente.

Assim, foi rejeitado pela direita o fim da precariedade de centenas de trabalhadores do Serviço Regional de Saúde.

Só na passada semana, exatamente dois anos depois do chumbo desta mesma proposta, foram tomadas decisões administrativas que começam a ir no sentido da concretização daquilo que o Bloco de Esquerda sempre defendeu e propôs: a integração no Serviço Regional de Saúde dos trabalhadores precários contratados para dar resposta à pandemia.

Os responsáveis por manter a precariedade e a incerteza na vida de centenas de trabalhadores durante dois anos estão bem identificados, são os partidos da direita que chumbaram essa mesma proposta: PSD, CDS, PPM, CH e Iniciativa Liberal e o Governo Regional.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Apenas em outubro de 2023, com a apresentação da proposta de Orçamento da Região para 2024, o Governo Regional começa a dar sinais de reconhecer a justiça da integração dos trabalhadores contratados ao abrigo da legislação covid.

Não satisfeito por ter impedido a integração desses trabalhadores em 2022, o Governo Regional usou estes mais de quinhentos trabalhadores como mera arma de arremesso político.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

O Orador: Ou o orçamento da direita era aprovado ou a precariedade no Serviço Regional de Saúde era para continuar — uma chantagem sobre a oposição, uma chantagem utilizando a vida de mais de quinhentas pessoas.

Se o Governo Regional quisesse mesmo integrar esses trabalhadores em 2022,

tinha aprovado a proposta do Bloco de Esquerda.

E no caso dos trabalhadores dos hospitais, trabalhadores com contrato individual de trabalho, relembro, ou contrato de prestação de serviços, bastaria autorizar os conselhos de administração dos três hospitais da Região a integrarem esses trabalhadores, convertendo os seus contratos de trabalho precários em contratos permanentes.

Os hospitais não precisavam de esperar por legislação excecional para integrar os seus trabalhadores com contratos covid, só o fizeram porque o Governo assim o quis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje, sabemos que, por despacho do Secretário Regional das Finanças, de 26 de agosto, o processo de integração no Serviço Regional de Saúde dos trabalhadores com contratos covid iniciou-se. Por exemplo, o Hospital de Ponta Delgada decidiu, na passada semana, a conversão dos contratos a termo incerto em contratos permanentes.

O aproximar desta sessão plenária e o debate desta proposta, apresentada logo no início da legislatura, foi o motor para que o Governo agisse.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Mas que imaginação!

O Orador: Fica provado que, se não fosse esta iniciativa e a insistência do Bloco de Esquerda, se não fosse pela luta permanente dos trabalhadores e dos sindicatos, não seria pelo Governo Regional de direita que estes trabalhadores teriam estabilidade.

Mas não esquecemos aqueles que, durante este período, perderam o emprego, foram despedidos, e o Governo abandonou-os.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

O Orador: E de igual modo não esquecemos que a legislação em vigor para a integração dos trabalhadores precários do Serviço Regional de Saúde abrange apenas os trabalhadores ao abrigo de contratos covid!

Será inadmissível que existam trabalhadores precários que, por não terem sido contratados ao abrigo da legislação covid, fiquem de fora do processo de integração. Não sabemos, neste momento, quantos são ou quantos poderão ser. É por isso que já entregámos um requerimento ao Governo a solicitar um levantamento desses possíveis casos. Mas o Governo Regional, aqui presente, pode começar desde já a esclarecer.

Apesar disso, este debate serve também para que o Governo esclareça dúvidas e preocupações dos trabalhadores e contradições que têm surgido neste processo nos últimos dias.

Por isso, questiono diretamente o Governo Regional:

Quantos trabalhadores com contratos não permanentes há no Serviço Regional de Saúde, contratados à margem da legislação covid?

Quanto aos trabalhadores dos hospitais, qual será o procedimento que deve ser adotado para a integração dos trabalhadores ao serviço nos hospitais?

Será a conversão dos contratos a termo em contratos permanentes, ou será um processo concursal?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): O que é que acha?

O Orador: Quando é finalizado o processo de integração desses trabalhadores?

No que respeita à remuneração complementar, no caso dos trabalhadores dos hospitais ainda, por força dos acordos coletivos de trabalho existentes nos hospitais, foi, ou não, paga a remuneração complementar aos trabalhadores com contratos covid atualmente em funções?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje, temos uma certeza: ao mesmo tempo que começam a ser regularizadas situações de precariedade antigas, devido à luta dos trabalhadores e às propostas que o Bloco Esquerda aqui tem trazido, o Governo Regional promove novas situações de precariedade no Serviço Regional de Saúde e não só. Assim o demonstra o recente anúncio de contratação de trabalhadores a recibos verdes pelo

Hospital de Ponta Delgada. Parece que não aprenderam nada.

Com este Governo, a precariedade continua no Serviço Regional de Saúde. E este anúncio é prova disso mesmo.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, dizer-vos que esta iniciativa em nada belisca o Governo face às palavras que foram utilizadas pelo Sr. Deputado daquela tribuna. E, naturalmente, não nos revemos com termos como “chantagem” e “utilizar a vida dos trabalhadores”. Acho que é um assunto demasiado sério para o Sr. Deputado vir aqui a esta câmara e utilizar isso como argumentário político. Nisso, contudo, não nos revemos.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em segundo lugar, e como bem disse, fez questão de anunciar, o Governo já deu indicações às instituições para que, de uma forma consecutiva, se iniciasse todo este processo dos trabalhadores que foram contratados ao abrigo da pandemia.

Falou no despacho que fizemos chegar às instituições no dia 26 de agosto. Também, na semana passada, foram notificados os trabalhadores que são elegíveis para serem contratados ao abrigo deste regime excepcional. E claro que este é um processo que já está a decorrer e que prevemos que abranja cerca de

quinhentos trabalhadores.

Dizer-vos também ainda que, apesar de ser um processo excecional, há regras que não podem ser dispensadas, desde já a Lei do Orçamento, em que não é possível fazer uma conversão automática e dispensar um procedimento concursal, mesmo que nós estejamos a falar de uma franja de trabalhadores bem identificados e que tenham estado a prestar funções ao abrigo da pandemia, mas que o Governo Regional identificou como sendo necessidades permanentes desses serviços.

Das dez instituições que à data de hoje têm trabalhadores elegíveis, quatro dessas instituições já remeteram à Direção Regional da Saúde as declarações e as próprias habilitações literárias destes trabalhadores, que têm de estar em conformidade para poderem ser integrados na Administração Pública Regional. É um processo que está a ser avaliado pela Direção Regional da Saúde. E ultrapassada esta fase, naturalmente, essas listagens terão de ser submetidas à Secretaria Regional das Finanças para que se dê por concluída essa primeira fase. Após a aprovação dessas listagens, há um período de cinco dias para que a entidade empregadora possa abrir, portanto, o processo concursal, sendo que terá de estar concluído até 45 dias após todos esses passos.

E, portanto, Sr. Deputado, é certo que o Governo já iniciou o processo e também é certo que esse processo, finalmente, até ao final deste ano, seguramente, estará concluído e todos os trabalhadores elegíveis serão, naturalmente, integrados na Administração Pública Regional.

Também como já tive a oportunidade de dizer noutras circunstâncias, o método de seleção será a avaliação curricular. E após a abertura do procedimento concursal, o trabalhador terá cerca de dez dias para submeter a sua candidatura.

Portanto, é, finalmente, um processo que queremos ver concluído, que devolve justiça e esperança aos trabalhadores que, efetivamente, durante o período da pandemia, ajudaram, e bem, o Serviço Regional de Saúde a ultrapassar um conjunto de dificuldades, para as quais ninguém estava à espera, mas que

superámos com mérito. E é claro que não é um prémio, é algo que de forma justa é devido a estes trabalhadores. E, portanto, seguramente, até ao final deste ano, este processo ficará, finalmente, concretizado, concluído, e integraremos todos estes trabalhadores.

Portanto, em relação ao facto de me ter questionado qual é o procedimento a ser adotado, pois, será, naturalmente, um procedimento concursal, do qual não podemos fugir. E também temos de dar cumprimento àquilo que é a Lei do Orçamento, que foi votada nesta câmara, que, naturalmente, não abdica de uma série de pressupostos.

Só para lhe dar algumas respostas a algumas das perguntas que fez, queria só dizer ao Sr. Deputado que, se compararmos o Serviço Regional de Saúde do ponto de vista de recursos humanos à data de hoje, é muito diferente daquele que encontramos em 2020, quando tomámos posse. Basta ver e visitar a evolução do número de trabalhadores do Serviço Regional de Saúde.

E também, para terminar esta minha primeira intervenção, Sr. Deputado, em relação aos programas ocupacionais, em 2019, a 31 de agosto, no Serviço Regional de Saúde, existiam 196 trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais; atualmente, temos cerca de 80. Portanto, isto é uma redução de mais de metade do uso e do recurso abusivo destes trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, este Governo está no bom caminho. Não podemos resolver as situações todas de uma vez só. Vamos integrar os trabalhadores covid. E, seguramente, chegará ao tempo de todos os outros que estão em condições de serem integrados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Chega, desde sempre, tem defendido que a estabilidade laboral é essencial em qualquer setor de atividade. Neste caso em particular, vamos falar no setor da saúde, em que também é fundamental ter profissionais motivados e dedicados. Isso só se consegue, todos sabemos, com melhores condições de trabalho.

A pandemia foi um período complicado, em especial nas unidades de saúde dos Açores, cujos profissionais não mediram esforços em prol de um bem maior.

Na altura, foi necessário reforçar equipas. E hoje é também desses profissionais que estamos aqui a falar. Nunca é demais reconhecer e enaltecer o precioso e importante trabalho que é exercido por médicos, enfermeiros, técnicos e tantos outros profissionais de saúde, que todos os dias oferecem trabalho e cuidados de saúde de alta qualidade a todos os cidadãos dos Açores.

É preciso assegurar a continuidade dos serviços de saúde. É fundamental melhorar as condições de trabalho e os incentivos oferecidos aos profissionais de saúde.

Ainda recentemente o dissemos após uma reunião com a Ordem dos Médicos: o setor da saúde precisa de salários mais competitivos, precisa de mais oportunidades de progressão na carreira, precisa de formação contínua e precisa de condições de trabalho adequadas. Só assim vamos ter profissionais motivados e um serviço de saúde mais estável e mais eficiente.

Todos estes trabalhadores, sem exceção, são necessários e, como é óbvio, devem ser integrados.

O Governo Regional, acabou de dizer a Sra. Secretária, já está a dar passos neste sentido. É preciso, Sra. Secretária, não baixar os braços e continuar a regularizar, de forma faseada, não colocando em risco as finanças públicas.

Quando o BE vem aqui falar em equidade e justiça e depois traz esse diploma, não percebo, porque a aprovação deste diploma vem trazer uma injustiça para muitos trabalhadores, porque vem beneficiar uns, não beneficiando outros, porque uns entram diretamente para o quadro e outros têm de ir por concurso público. Para nós, isto não faz sentido. Tem de haver equidade e justiça para todos, portanto, concursos para todos.

A questão dos mais de quinhentos trabalhadores contratados no âmbito da pandemia está a ser resolvida, a Sra. Secretária acabou de dizer, até porque esta foi uma verba inscrita no Orçamento, aprovado em maio. Mas o BE não quer só beneficiar esses quinhentos trabalhadores inscritos no âmbito do covid, quer ir mais além, para tantos outros trabalhadores. E, então, é assim que o BE diz que vai fazer e que vai levar justiça, mas não, vai levar injustiça e discriminação para esses outros trabalhadores.

Sem dúvida, e o Chega tem toda a certeza disso, é fundamental reforçar a contratação de novos profissionais de saúde para preencher as lacunas existentes, que são muitas, mas que se faça com abertura de concursos públicos, com justiça e com equidade para todos.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado José Miguel Toste tinha-se inscrito, mas eu posso falar agora e falar a seguir a ele na mesma.

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado, a Mesa não registou o seu pedido de intervenção.

Faça favor, Sra. Deputada.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que ouvi com muita atenção a intervenção na tribuna do Sr. Deputado António Lima. E, naturalmente, à semelhança do Governo Regional, também não me posso rever em expressões como “fazer chantagem” ou “andar aqui a brincar com a vida das pessoas”. Mas posso, eventualmente, dizer, com toda a certeza, que não devemos criar ilusões na vida das pessoas e muito menos trabalhar para títulos de jornal, sem consequência.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Ora bem!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do PSD, acredito que a coligação e este Governo Regional, desde o Orçamento de 2021, tem vindo a fazer uma integração faseada e progressiva, em vários setores da sociedade, de trabalhadores precários. O que não se pode esperar também é que programas extraordinários aconteçam todos os anos, porque aí passam a ser ordinários e uma obrigação anual. Mas, por exemplo, em 2022, foram 465 os trabalhadores integrados, num processo extraordinário, esse sim, nas áreas da educação, cultura, agricultura e também, poucos, na saúde, de facto.

E porque é que agora é a prioridade os da saúde? Exatamente porque no ano passado a prioridade foi outra. E, neste momento, há, de facto, estas injustiças para corrigir com estes trabalhadores, nomeadamente os que têm contratos feitos

no âmbito da pandemia.

No que diz respeito ao procedimento a adotar, naturalmente, a Sra. Secretária Regional disse o óbvio, nem entendo bem essa pergunta vinda de si, porque sabe perfeitamente que tem de se abrir um procedimento concursal para que estas pessoas sejam integradas.

Deputado António Lima (BE): Já vou explicar.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é preciso.

Deputado António Lima (BE): A Sra. Secretária sabe.

A Oradora: Mas também dizer-lhe, Sr. Deputado António Lima, que, no que diz respeito ao Bloco de Esquerda especificamente, eu não sei se o Bloco de Esquerda sabe, e por cada tempo que passa fico ainda com mais dúvidas, que a Administração Pública Regional não é o único empregador no planeta. E, portanto, não é: acontece uma coisa, abrem-se vagas na Administração Pública Regional; acontece outra coisa, abrem-se vagas na Administração Pública Regional...

Deputado António Lima (BE): Não se abrem, já estão lá!

A Oradora: Por si, a Administração Pública Regional seria o regente da Região, sem outras oportunidades de negócio, sem que as pessoas pudessem construir as suas vidas à parte da Administração Pública Regional, Sr. Deputado António Lima. A Administração Pública Regional não é, de facto, o único empregador. E espero que possa, eventualmente, ter essa visão no futuro.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Depois, achei muito interessantes algumas expressões que o senhor

usou na apresentação da iniciativa, como por exemplo: “Integrar estes trabalhadores no quadro é justiça que tarda.” Nós estamos a falar de uma representação parlamentar que votou, não uma vez, mas duas vezes, contra o Orçamento que comportava a integração destes trabalhadores.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, se tarda a justiça de integrar estes trabalhadores, o Bloco de Esquerda foi para isso um dos principais promotores ao chumbar o Orçamento.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Exatamente!

A Oradora: E, depois, não me venha com o argumento de que votou a favor deste ponto especificamente, porque, na hora da verdade, o senhor chumbou, não uma, mas duas vezes, os Orçamentos Regionais que integravam esses trabalhadores.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): A senhora votou contra esta proposta! Tenha vergonha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Depois, dizer que por causa da aproximação desta sessão plenária é que o Governo Regional já começou efetivamente a transformar esta medida numa realidade, vou-me escusar de dizer adjetivos, porque, normalmente, não me saem muito bem e depois fico rotulada a eles. Mas, quer dizer, esta medida está inscrita nos Orçamentos Regionais desde novembro de 2023. E, portanto, dizer que isto só se está a fazer porque estava a chegar a sessão plenária de setembro de

2024 é, no mínimo, uma grande desfaçatez.

Deputado António Lima (BE): Foi coincidência!

A Oradora: Portanto, obviamente, o Governo Regional está no bom caminho. Sra. Secretária, naturalmente, não terminará aqui a necessidade de uma preocupação constante no combate à precariedade nos Açores, mas, naturalmente, com a integração justa destes quinhentos trabalhadores é mais um passo que se dá neste sentido.

Obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Miguel Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que agora se encontra em discussão nesta câmara é uma iniciativa que, em certa medida, se sobrepõe a uma norma que foi aqui aprovada no Orçamento. E digo em certa medida, porque a sua sobreposição não é total. Existe aqui um âmbito de aplicação da iniciativa do Bloco de Esquerda que vai além daquilo que se encontra previsto no Orçamento, especificamente no artigo 11.º.

É verdade que a iniciativa surge no contexto da regularização de trabalhadores e de contratos celebrados no âmbito daquilo que ficou designado por contratos covid, contratos covid estes que nascem de uma iniciativa da ação governativa, que muito úteis foram no combate da covid naquele período. E, portanto, junto-me também a todos aqueles Deputados que aqui já louvaram o trabalho destes profissionais.

No entanto, este trabalho e a luta à covid-19 não foi feita apenas e só por esses profissionais e por esses trabalhadores que se encontravam numa situação precária, existiam também pessoas e trabalhadores que estavam numa situação precária em momento anterior, que tinham um contrato de trabalho ou um contrato de prestação de serviços que foi celebrado em momento anterior à data de 13/03/2020. Isto acontece com prestadores de serviço com contratos a termo mínimos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era a regra! A precariedade era a regra!

O Orador: Não, mas ocorreu. E, portanto, podemos estar perante uma situação de injustiça de termos trabalhadores que têm um contrato de prestação de serviço...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Quem é que contratou?

O Orador: Mas não interessa quem é que contratou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Interessa, sim!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Interessa, sim!

O Orador: Não, o que interessa agora é que a norma do Orçamento pode ter criado uma situação de injustiça em relação a pessoas que foram contratadas a termo e a prestação de serviços em momento posterior e que veem a situação regularizada, enquanto ao seu lado têm trabalhadores contratados em momento anterior que não veem a sua situação regularizada.

Portanto, a minha questão, e aqui a questão é colocada o Governo, é de saber quantos contratos de prestação de serviço existem celebrados em momento anterior à data de 13/03/2020, contratos esses que são necessários regularizar.

Deixe-me dizer que os trabalhadores que agora estão a ser regularizados também foram contratados em 2020 ao abrigo de uma norma da iniciativa do governo

socialista, que permitiu o combate à covid de uma forma célere e correta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Uma outra questão que é importante, à boleia da discussão deste diploma, que também importa aqui o Governo esclarecer, que tem que ver com os contratos individuais de trabalho, ou seja, existe um conjunto de trabalhadores nos hospitais que celebraram um contrato individual de trabalho a termo e que, passados três anos, já deviam ter visto o seu vínculo consolidado e já devia ter ocorrido uma consolidação automática do vínculo, porque estão contratados ao abrigo do Código do Trabalho. Esta é uma norma imperativa. Ao contrário do que acontece com os trabalhadores contratados ao abrigo de um contrato de trabalho em funções públicas, que aí, sim, é necessário haver um procedimento concursal, para os trabalhadores contratados nos Hospitais EPE, com contrato individual de trabalho, não é obrigatório por lei a existência de um procedimento concursal. O que é obrigatório por lei é a consolidação do seu vínculo e a transformação automática de um contrato de trabalho a termo num contrato de trabalho sem termo. E isto decorre por força de lei.

E a pergunta que coloco é a de saber se os trabalhadores que se encontram nesta situação, quando celebrarem um contrato de trabalho, no seguimento do tal procedimento concursal que se diz que vai criar na norma do Orçamento, que é ilegal porque contraria o que está previsto no Código do Trabalho, se esses trabalhadores vão ter a sua antiguidade contada à data em que perfizeram três anos do seu vínculo de contrato a termo ou à data da assinatura do contrato, no seguimento do tal procedimento concursal, que é obrigatório para um contrato de trabalho em funções públicas, mas não é obrigatório para um contrato individual de trabalho, porque o contrato individual de trabalho rege-se pelo Código do Trabalho, é uma norma imperativa e a conversão é automática.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de recolocar algumas das questões e também contrapor algumas das respostas da Sra. Secretária, eu não posso deixar de dizer à Sra. Deputada Sabrina Furtado que a sua memória, pelos vistos, termina em 2023, porque a senhora estava aí sentada em 2022 quando chumbou esta mesma proposta. E vir dizer que o Bloco de Esquerda é responsável pela não integração dos trabalhadores, quando embrulhou esta proposta num péssimo Orçamento para a Região, que está a deixar, por exemplo, as escolas numa situação gravíssima, dizer que o Bloco de Esquerda é responsável é de uma enorme hipocrisia, quando chumbou esta mesma integração em 2022, a senhora, o PSD e os restantes partidos. Por isso, quem é responsável efetivamente por as coisas estarem como estão e estarmos hoje a debater este assunto novamente é a coligação, principalmente a coligação, mas não só.

Vamos àquilo que interessa, que é saber o que é que será a vida dessas pessoas nos próximos tempos. Eu coloquei uma questão muito concreta, que foi aqui também reforçada pelo Sr. Deputado José Toste.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Oh, que coincidência!

O Orador: Ora, a Sra. Secretária respondeu ou disse que todos os trabalhadores terão de passar por um processo concursal, como determina a norma do Orçamento. Ora, a norma do Orçamento não se pode sobrepor à Lei Geral. E há aspetos e há decisões que já foram tomadas. Eu pergunto se a Sra. Secretária tem conhecimento, julgo que deve ter, de uma deliberação do conselho de administração do Hospital de Ponta Delgada, comunicada aos trabalhadores do Hospital de Ponta Delgada nesta situação, com contratos de covid, que diz o

seguinte, comunicação essa datada de 5 de setembro: “Vem o conselho de administração informar que deliberou, em reunião de 4 de setembro de 2024, a conversão automática para contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, de todos os trabalhadores vinculados por um contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, celebrado ao abrigo das normas de contratação da pandemia covid-19.” Ora, isto contraria aquilo que a Sra. Secretária disse.

E o que eu quero saber e que esses trabalhadores querem saber é o que é que vai acontecer. Terão de passar pelo concurso, ou esta decisão do conselho de administração vale de alguma coisa? Vai ser ultrapassada por uma ingerência política do Governo nas decisões do conselho de administração, ou não? É fundamental perceber se esta decisão foi metida no caixote do lixo. É que ela está tomada, é uma deliberação do conselho de administração. E é fundamental perceber o que é que vai acontecer.

Por outro lado, perguntei também, ainda no que respeita aos hospitais, a aplicação da remuneração complementar aos trabalhadores contratados ao abrigo da legislação covid. Foi, ou não, paga a remuneração complementar a esses trabalhadores? E se não foi paga, quando é que pagam os retroativos? Também é fundamental perceber, porque a legislação e os acordos coletivos nos hospitais, apesar de os hospitais não serem Administração Pública direta, preveem o pagamento da remuneração complementar. Por isso, é importante, para não dizer fundamental, perceber todas essas questões, todos esses aspetos. Este debate serve também para esclarecer as muitas dúvidas e contradições que vão surgindo, para os trabalhadores serem esclarecidos, porque não estão a ser esclarecidos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Mendonça (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e

Membros do Governo:

Estamos, hoje, a discutir uma proposta do Bloco de Esquerda, que ignora o trabalho que o Governo Regional já está a realizar nesta área.

Com a aprovação do Orçamento, o Governo já desbloqueou o processo de regularização de cerca de trezentos trabalhadores contratados ao abrigo dos contratos covid.

Estes profissionais, que já desempenharam um papel essencial no dia a dia dos hospitais de Ponta Delgada, Angra e Horta e em várias unidades de saúde da Região, estão a ser integrados de forma definitiva no Serviço Regional de Saúde, garantindo assim a sua estabilidade e continuidade nos serviços prestados à população.

O Governo tem trabalhado em estreita colaboração com os sindicatos, como o SINTAP, para assegurar que os direitos dos trabalhadores são respeitados e que a nova carreira de técnico auxiliar de saúde seja implementada com a maior brevidade possível. Este reconhecimento vai ao encontro da necessidade de valorizar os assistentes operacionais, garantindo que sejam devidamente integrados e valorizados no novo enquadramento profissional.

Este Executivo tem dado passos firmes no sentido melhorar as condições dos profissionais de saúde e fortalecer o sistema de saúde pública.

Entre as medidas já previstas no Orçamento para 2024, destaco:

O alargamento da mobilidade intercarreiras nos hospitais;

A valorização da carreira médica, promovendo a progressão e valorização dos profissionais médicos;

A contagem do tempo de serviço e a progressão nas carreiras de enfermagem;

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

O Orador: Incentivos à fixação de médicos e enfermeiros no Serviço Regional de Saúde;

O aumento de 15 % no valor das diárias atribuídas aos doentes deslocados e aos seus acompanhantes, bem como a atualização do complemento especial para o doente oncológico.

Estas medidas representam um plano claro e estruturado para reforçar o setor da saúde, promover a valorização profissional e garantir melhores condições de atendimento à população.

É importante salientar que muitos destes avanços já podiam estar em andamento se não tivesse havido a rejeição de orçamentos anteriores, que previam estas mesmas medidas, tal como acabou de ser referido pela Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora bem!

Deputado Carlos Silva (PS): É a cassete do costume!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Deputado Carlos Silva, é a realidade!

O Orador: Em novembro de 2023, o Orçamento, que incluía a regularização extraordinária dos controlos covid e outros investimentos críticos no setor da saúde, foi chumbado, atrasando a resolução de questões que já estavam identificadas e que agora estamos a retomar com determinação.

Disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, apenas para informar, há pouco

esqueci-me, que farei chegar à Mesa a deliberação do conselho de administração do Hospital de Ponta Delgada que há pouco referi, para distribuição por todas as Sras. e Srs. Deputados e o Governo ter conhecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem. Assim que a Mesa rececionar, fá-la-á distribuir pelos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta-nos um projeto de decreto para que se crie mais um mecanismo extraordinário de integração de trabalhadores na Administração Pública. Ou seja, o que o Bloco nos apresenta e coloca à consideração deste Parlamento é a vulgarização dos mecanismos extraordinários. Bom, de mecanismo extraordinário em mecanismo extraordinário, qualquer dia isto torna-se a regra e não a exceção, e a Região fica “sem rei nem roque”. Isto será a anarquia total, porque será possível invocar o mesmo princípio para outras tantas coisas onde seja previsível que um mecanismo extraordinário resolva os problemas mais facilmente do que cumprindo a lei. E, portanto, é isto que temos aqui à consideração deste Parlamento: criar mais uma exceção.

Mas isto tem aqui uma particularidade muito interessante, que é: o Bloco de Esquerda chumbou o Orçamento dos Açores, que tinha uma norma para regularizar...

Deputado António Lima (BE): Extraordinária! E o senhor não quer!

O Orador: ... os trabalhadores contratados ao abrigo da covid-19.

E, agora, tendo chumbado essas normas e tendo chumbado a verba correspondente à aplicação dessa norma, quer criar um mecanismo extraordinário, sem verba no Orçamento para contratar essas pessoas. E, portanto, isto é uma contradição política, Sr. Deputado. O que V. Exa. está a fazer é uma artimanha política muito

interessante, que é: estar sempre contra tudo...

Deputado António Lima (BE): Nota-se. Há bocado, até aprovámos uma iniciativa vossa!

O Orador: ... e, em vésperas de o Governo fazer qualquer coisa, vem o Bloco de Esquerda propor que, rapidamente e de um modo extraordinário, se faça aquilo que o Governo vai fazer daí a uns tempos, para que pareça que, se o Governo fez, foi porque o Bloco propôs, senão o Governo não ia fazer.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou se votarmos contra a iniciativa do Bloco, somos uns mauzões, porque não queremos admitir que o Bloco tem razão e, portanto, queremos ficar nós com a bicicleta. E, portanto, é isto que o Bloco, sistematicamente, nos apresenta neste Parlamento. E esta é mais uma iniciativa.

Bom, uma palavra de reconhecimento do esforço e da dedicação de todos os profissionais de saúde, não só daqueles que estão nos quadros, mas também daqueles que, não tendo uma situação laboral estável com um contrato sem termo, prestam serviço aos açorianos nas diversas unidades de saúde. A sua dedicação, o seu esforço à causa pública e ao serviço ao próximo merece o nosso reconhecimento. E é por merecer o nosso reconhecimento que a coligação fez a proposta que fez no Orçamento da Região.

E, portanto, paulatinamente, área por área, com metodologia, a coligação, de acordo com aquelas que são as disponibilidades financeiras da Região, está tentando resolver as situações pendentes que herdamos. E muito já fizemos nestes quatro anos de governação nas mais diversas áreas. Mas, por exemplo, só na saúde:

Em 2021, a contabilização do tempo de serviço da carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica;

Em 2022, o descongelamento dos trabalhadores farmacêuticos e a contabilização do tempo de serviço;

Em 2023, a contagem do tempo de serviço dos enfermeiros e a regularização de situações pendentes desde 2019;

Agora, o Orçamento de 2024, que V. Exas. chumbaram e fizeram a Região marcar passo durante seis meses, porque isto tem que ser dito, só em julho é que tivemos Orçamento, até julho estivemos governando com duodécimos e, portanto, houve muitas medidas que já haviam sido propostas em novembro e que só agora é que vão poder ser materializadas, porque V. Exas. chumbaram o Orçamento e puseram os Açores a marcar passo, na esperança de virem a ganhar as eleições e a derrotar a coligação. Essa é que era a vossa tática. E, portanto, se as coisas estão atrasadas, não é responsabilidade da coligação ou deste Governo, foi porque, legalmente, não foi possível materializar o que estava no Orçamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, quanto aos contratados que estão no Serviço Regional de Saúde e para os quais ainda não está prevista qualquer regularização por não serem contemplados por esta norma do Orçamento dos contratos covid, nós estamos ao lado desses funcionários. E obviamente que estamos atentos e a trabalhar em soluções para atender também a essas pessoas. Não podemos é atender a todos ao mesmo tempo, até porque, se fosse tão fácil assim, essas pessoas provavelmente nunca estariam em situações precárias, tinham era sido logo à cabeça contratadas para o quadro. E, portanto, se não o foram, foi porque não havia condições.

E muito temos feito, temos valorizado sobretudo as pessoas. E a grande marca da governação desta coligação tem sido exatamente essa, tem sido a área social e tem sido os trabalhadores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar a minha intervenção pegando aqui em termos que foram utilizados e que me parecem muito sensatos, nomeadamente no âmbito da responsabilidade e do rigor financeiro que uma aplicação direta de todos os trabalhadores precários seria mais visível naquilo que é pago, no âmbito dos vencimentos dos trabalhadores do Serviço Regional de Saúde. E dou como exemplo só um gráfico.

(Neste momento, a oradora mostra um gráfico à câmara)

Gosto de trazer gráficos, porque acho que o impacto visual às vezes é bastante significativo, para ver aquilo que era a despesa com pessoal em 2018 e aquilo que é em 2023. E, portanto, de 173 milhões de euros passámos para 222 milhões de euros. Quem é que esteve a governar maioritariamente durante este período? Foi

o Governo da coligação. Quantos trabalhadores foram integrados durante este tempo? Nós passámos, em 2019, de 4999 trabalhadores no Serviço Regional de Saúde para 5896 trabalhadores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): E a dívida na saúde, tem o gráfico? E as listas de espera?

A Oradora: E, portanto, este é um salto quantitativo e qualitativo no Serviço Regional de Saúde.

E, claramente, tudo isto, apesar de reconhecer que existem problemas, mas os maiores beneficiados com tudo isto são os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, é para isto também que este Governo Regional cá está, para governar, para escolher, para fazer opções, que nem sempre são fáceis, mas, sobretudo, foi nosso apanágio desde o primeiro momento, valorizar de forma digna os nossos profissionais.

Há situações que não estão concluídas, sabemos disso, mas é notória a evolução que ao longo destes quatro anos os Governos de coligação deram aos profissionais.

Existem carreiras em que, desde 2008, não há qualquer tipo de progressão. Isso é inadmissível. E foi este Governo que teve a coragem política de assumir o compromisso com os profissionais de saúde e proceder ao descongelamento e ao devido reposicionamento dos profissionais de saúde, face àquilo que diariamente oferecem aos nossos utentes.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Essa é uma marca deste Governo e vai continuar a ser, naturalmente.

Dizer-vos também que o Governo Regional está do lado dos trabalhadores. E por aquilo que eu acabei de dizer, apesar de reconhecer que não está tudo feito, é efetivamente uma marca desta governação pelas medidas que já foram implementadas, pelas outras medidas que fazem parte do programa do XIV Governo Regional que ainda não estão implementadas, mas que, naturalmente, serão. E, portanto, isso é factual.

Como também já tive oportunidade de dizer, não estão resolvidas, e assim serão ao longo da legislatura, mas há algo que me parece muito claro, é que o Governo Regional não anda a reboque do Bloco de Esquerda para resolver estas situações.

Deputado António Lima (BE): Pois não! Infelizmente, não!

A Oradora: O Governo Regional toma as suas decisões e, atempadamente, cumprindo o rigor financeiro, naturalmente, tem e terá de implementá-las.

Em relação a algumas considerações que o Sr. Deputado António Lima aqui disse, não há ingerência da parte do Governo Regional nos conselhos de administração, na medida em que eles têm autonomia administrativa e financeira. E, portanto, se houvesse ingerência, a deliberação do conselho de administração poderia ter sido anulada e não foi. E, portanto, essa é uma prova clara que o conselho de administração tem a sua autonomia. Já com as unidades de saúde de ilha, como bem sabe, o estatuto já não é o mesmo. E, portanto há, naturalmente, uma diferença.

A recomendação do Governo Regional que consta no despacho do Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública, agora não sei de cor, mas está lá escrito, recomenda a implementação do procedimento concursal. Essa foi a recomendação do Governo Regional. Em relação às atitudes ou à forma como serão integrados, como acabei de lhe dizer, o Governo não ingere sobre os conselhos de administração. A recomendação foi que existisse um procedimento concursal, até para não criar injustiças entre os próprios trabalhadores. E, portanto, Sr. Deputado, essa afirmação não colhe, naturalmente que não me revejo e não

posso permitir que passe em claro sem fazer este reparo.

Em relação à remuneração complementar, como bem sabe, nem todos os trabalhadores têm direito a essa remuneração complementar. Nos casos em que esses trabalhadores têm direitos, nomeadamente os assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, sendo que o valor difere com base naquilo que é o valor mensal, a informação que tenho é que estão a ser pagas. Por exemplo, em relação aos médicos que estavam contratados ao abrigo destes contratos, não têm direito e, naturalmente, a remuneração complementar não foi paga.

E, portanto, como vê, nós estamos a trabalhar de forma a garantir as condições aos profissionais do Serviço Regional de Saúde. Tem sido esse o nosso desígnio e, naturalmente, assim continuará.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um projeto de decreto legislativo regional que pretende prever uma regularização extraordinária de trabalhadores em funções públicas.

É sempre bom lembrar que a entrada de trabalhadores na Administração Pública tem regras e que uma dessas regras é precisamente o processo concursal, que deve existir.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo

Estêvão): Muito bem!

O Orador: E, por parte da Iniciativa Liberal, até porque defendemos o princípio de que se deve valorizar os melhores, estas regras devem ser cumpridas, seja em que circunstância for, não obstante no caso dos Hospitais EPE exista alguma autonomia dos conselhos de administração para o fazerem de outra forma.

Mas essas regularizações extraordinárias são inclusivamente um perigo para a democracia, porque isto abre aqui portas, como disse o Sr. Deputado Pedro Pinto por outras palavras, que, de hoje para amanhã, se meta quem se quer e apetece. E, depois, temos quarenta ou cinquenta... Aqui-d’el-rei, que eles fazem a falta! Aqui-d’el-rei, que é preciso regularizar essa precariedade toda que por aí está!

Ora, eu não quero que isto aconteça. Eu não quero que, de hoje para amanhã, o PSD meta cinquenta amigos numa unidade de saúde e, depois, o Bloco de Esquerda venha dizer: não, são precários, coitadinhos, é preciso regularizar.

E estar aqui com procedimentos extraordinários de regularização é criar uma espécie de caciquismo do emprego. Isto é que é grave! Isto é que o Bloco de Esquerda devia estar preocupado, em garantir que as regras de entrada na Administração Pública são cumpridas e não estar a regularizar extraordinariamente através de um projeto de decreto legislativo regional uma situação desta natureza.

Mas ainda sobre os números que a Sra. Secretária Regional nos trouxe, e ainda bem que os trouxe para ficarmos mais esclarecidos, eu arrisco-me a usar um ditado popular que diz: “Quantos mais gatos, mais ratos.” É que 50 milhões de euros depois e 1400 trabalhadores a mais depois, as unidades de saúde de ilha e o HDES continuam um caos autêntico!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Tem de materializar isso!

O Orador: E não sou eu que digo, são os utentes que dizem.

E, portanto, é preciso olharmos também para esses números com alguma

parcimónia. Isto não é gastar, gastar, gastar, meter, meter, meter e a consequência para os utentes não se ver a olhos vistos. Este é que é o problema!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Isso não é verdade!

O Orador: E, portanto, temos de olhar para isso com muita seriedade. E, de uma vez por todas, também responsabilizar, quer as administrações de hospitais, quer as administrações das unidades de saúde, para obviar as necessidades das populações, nem que seja obrigando esses 1400 trabalhadores a mais, que nos custaram 50 milhões de euros, a trabalharem mais qualquer coisinha ou a fazerem mais um esforço.

É muito bonito nós chegarmos aqui todos, porque queremos agradar a todos... E eu sei que alguns querem agradar a todos. Mas a Iniciativa Liberal tem essa vantagem, como não tem 33 % de votos, não vai governar e não tem de agradar a todos, nem estamos aqui para agradar a todos. Nós todos fazemos grandes elogios quando as pessoas reagem num momento trágico como foi a covid, ou num acidente como foi o incêndio no HDES, mas depois vamos esquecendo. Não, é preciso ser exigente todos os dias, com toda a gente, como somos connosco aqui nesta Casa, porque todos nós exigimos de todos nós mais empenho no nosso trabalho. Corrigimos uma vírgula, corrigimos um artigo, apresentamos propostas de alteração ao trabalho dos outros. E isso faz de nós melhores e traz melhores resultados para a governação dos Açores.

E, portanto, temos também de ter essa pedagogia e esse trabalho de alerta com todos os trabalhadores da Administração Pública Regional.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra...

Permita-me que dê a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para uma interpelação.

Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18 horas e 04 minutos.

Eram 17 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 11 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado José Toste, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate desta iniciativa mostra-se um bocadinho confuso, uma vez que temos uma iniciativa que é praticamente igual àquilo que se encontra positivado no artigo 11.º do Orçamento da Região para 2024, artigo 11.º que foi votado na especialidade penso que por unanimidade desta câmara. Portanto, não se percebe o desenrolar do debate com objeções a que haja aqui um regime excecional de integração, quando o que está em discussão é um regime excecional de integração absolutamente igual e que abrange a totalidade dos trabalhadores que se encontram abrangidos pelo artigo 11.º, com exceção dos trabalhadores que tenham um vínculo a termo nas unidades de saúde anterior a 13/03/2020 e os prestadores de serviço dos Hospitais EPE com contratos de prestação de serviço celebrados em momento anterior a 13/03/2020. E, portanto, não se percebe o porquê de haver aqui uma grande objeção a um regime excecional, regime

excecional este que já existe, está em vigor, inclusive até está a ser implementado pelo Governo Regional.

No âmbito desta implementação é que se gera aqui um conjunto de dúvidas. E a sua implementação é passível de criar um conjunto de injustiças. E como não houve resposta por parte da Sra. Secretária Regional, insisto e questiono novamente a Sra. Secretária Regional no sentido de saber se os contratos individuais de trabalho a termo com os hospitais, que já têm uma duração de mais de três anos e que foram sucessivamente renovados, se há uma transformação automática do vínculo de contrato a termo em contrato sem termo.

Já foi aqui referido que existe uma orientação do Sr. Secretário Regional no sentido de sugerir a existência de um concurso e que uns hospitais podem acatar, ou não, no âmbito da sua autonomia. Isto não faz grande sentido, porque teremos situações de hospitais que aplicam a transformação automática do vínculo e outros que aplicam o procedimento concursal.

E a outra questão que se coloca é a de saber se, não havendo a transformação automática do vínculo, a antiguidade que conta para efeitos de carreira desses trabalhadores, nomeadamente dos enfermeiros, se os três anos que estiverem no contrato a termo contam para efeitos de antiguidade e se essa antiguidade com o contrato sem termo se inicia no momento em que se verificam três anos de execução do mesmo, ou não, se perdem aqui seis, sete, oito meses aguardando o procedimento concursal.

E também é necessário saber quantos são os trabalhadores que têm contrato de prestação de serviço com as unidades de saúde e com os hospitais, com data anterior a 13/03/2020.

Não houve resposta, mas houve aqui um conjunto de apartes que deram a entender que estes trabalhadores não relevam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Conjunto de apartes é muito vago! Quais foram os apartes e de onde é que vieram?

O Orador: Porque os contratos foram celebrados ainda nos tempos da governação socialista e não têm direito a ver a sua situação consolidada, ao contrário de outros trabalhadores que celebraram os seus contratos, por sorte, dentro do período que é abrangido pela norma do Orçamento.

A pergunta que se coloca, Sra. Secretária, é de saber se considera, ou não, injusto que haja um conjunto de trabalhadores que celebraram e que têm um vínculo contratual, seja um contrato a termo com as unidades de saúde, seja um contrato de prestação de serviço com as unidades de saúde ou com os Hospitais EPE, que, por ter sido celebrado antes de 13/03/2020, não veem a sua situação regularizada. Se considerem injusto, ou não, que trabalhadores que estão numa situação precária há mais tempo não veem a sua situação regularizada, enquanto outros trabalhadores que foram contratados em momento posterior veem, e bem, a sua situação regularizada.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, o debate vai longo. O Sr. Deputado José Toste queixa-se de prolongar o debate com interrogações, mas, na verdade, é o senhor que desvia aquele que é o âmbito, não é? Efetivamente, aquilo que estamos aqui a apreciar é

um diploma proposto pelo Bloco de Esquerda e, portanto, até, provavelmente, se tem dúvidas, as dúvidas deveriam ser sobre aquele que é o âmbito e a operacionalidade do diploma que estamos aqui a apreciar.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bem!

A Oradora: De qualquer forma, e falando de saúde, é, de facto, uma matéria sensível, é um direito inalienável. E a eficácia dos cuidados de saúde que são prestados, sem sombra de dúvida, dependem muito do seu capital humano. E, portanto, esta é uma matéria que não podemos, nunca, fugir à discussão dela.

Agora, eu gostaria de ressaltar, até porque a matéria esgota-se em si própria, efetivamente, que estamos aqui a discutir um diploma que é, neste momento, extemporâneo, em virtude daquilo que foi um compromisso que o Governo Regional já assumiu e vai concretizar.

Neste momento, o artigo 11.º, que aqui foi votado, também não mereceu da parte sequer bancada da esquerda a sua total concordância.

Deputado José Miguel Toste (PS): Isso é falso!

A Oradora: Portanto, a Sra. Secretária anunciou já em outubro. Virem dizer que andamos agora a correr atrás do prejuízo e que queremos anunciar uma coisa rapidamente para nos anteciparmos é falso. Desde outubro que a Sra. Secretária anunciou nesta Casa que iria regularizar os contratos dos trabalhadores contratados no âmbito da pandemia e que vieram colmatar as necessidades daí decorrentes.

Estes trabalhadores foram contratados, todos eles, na verdade, ainda no tempo da governação socialista, e bem, uma contratação excecional para fazer face àquilo que se pensava que seriam necessidades pontuais. A verdade é que a carência de profissionais também existia àquela data. Tanto existia, que depois ficaram a assegurar necessidades permanentes, também muito em resultado daquilo que já falámos várias vezes, não foram devidamente acauteladas as substituições das ausências que se previam num intervalo de tempo e que a boa gestão assim manda

acautelar com antecipação.

A verdade é que os senhores tentam vir sempre dar a entender que o Serviço Regional de Saúde funciona muito mal. Queremos que funcione muito melhor. Estamos a falar de um Serviço Regional de Saúde que, depois de uma pandemia, retomou a sua atividade normal, superou aqueles que eram os atrasos resultantes da paragem, necessariamente, obrigatória. Ainda assim, conseguiu alargar a sua atividade.

Já falámos disto tantas vezes, mas parece que é preciso dizer mais uma ou duas vezes para que os senhores entendam e ouçam: alargou-se a atividade; houve um aumento de consultas de nutrição, de psicologia; deslocações de médicos; ainda assim avançou-se com a implementação de projetos-pilotos, que vão, em muito, contribuir para a melhoria dos cuidados de saúde.

Ainda recentemente, em virtude do incêndio do HDES, mais uma vez os profissionais do Serviço Regional de Saúde tiveram de se superar, dando uma prova da sua capacidade.

O compromisso de regularizar esta situação foi assumido em outubro pela primeira vez. Teria acontecido muito mais cedo, não tivessem os senhores chumbado o Orçamento.

É verdade, estamos a falar de centenas de profissionais dos hospitais e das unidades de saúde. Estamos a falar não só de profissionais de saúde, de médicos, enfermeiros, técnicos, farmacêuticos, estamos a falar de outras categorias e de outras classes que fazem parte das equipas de saúde, que são fundamentais para o bom funcionamento, estamos a falar de assistentes operacionais, um grande grupo profissional, fundamental para os cuidados de saúde, estamos a falar de variadíssimas pessoas que, quando foram contratados, em 2020, não tinham expectativa nenhuma. E, portanto, aquilo que o Serviço Regional de Saúde na altura lhes ofereceu foi um vínculo precário e não tiveram expectativa nenhuma. Mantiveram-se no Serviço Regional de Saúde. Há mais de seis meses que têm a

expectativa de que a sua situação vai ser regularizada.

Os senhores trazem este problema como se ele fosse novo e não estivesse a ser resolvido. Ele não é novo e está a ser resolvido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Desde que tomou posse, em 2020, o Governo Regional tem valorizado e dignificado as carreiras.

A Sra. Secretária já mostrou os gráficos que apontam para um aumento de profissionais de saúde, acompanhado de um aumento de custos com o pessoal. Portanto, estamos a falar de um aumento, entre 2015 e 2022, de 27 % de profissionais de saúde.

Relativamente aos valores, estamos a falar efetivamente de aumentos. É um investimento, é um esforço financeiro que o Serviço Regional de Saúde faz, quando, na verdade, também tem outras prioridades a par da saúde.

E, portanto, essa curva ascendente e esses gráficos que a Sra. Secretária aqui mostra são bem prova do investimento que o Governo Regional tem feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quanto à insistência relativamente aos vínculos, não nos parece levantar questão nenhuma. O próprio SINTAP, recentemente, há poucos dias, em resposta àquilo que foi o anúncio do despacho das finanças, deixou bem claro que para situações diferentes poderia haver tratamentos diferentes. Estamo-nos a cingir hoje à contratação dos trabalhadores contratados ao abrigo dos contratos covid. Se há outros, que os há, nós sabemos, a Sra. Secretária já disse que a seu tempo vão ser identificados e vão ser criadas medidas para essa situação.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quando insiste em falar hoje de profissionais que não estão abrangidos pelo artigo 11.º, o senhor tenta causar a confusão...

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas estão na proposta do Bloco!

A Oradora: ... e fazer crer que o artigo 11.º, ao contrário de ser uma coisa boa que estes profissionais aguardam, parece que é assim uma coisa maléfica.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado José Toste, o Governo comprometeu-se, está a cumprir. E os próprios sindicatos, inclusive, já enaltecem esta medida.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção, eu julgo que me cabe dizer e sumarizar de certa forma aquilo que foi o debate e retirar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, apesar de algumas respostas que foram dadas pelo Governo sobre esta matéria, ficam questões por responder.

Não sei, Sra. Secretária, se vai responder às questões que não foram respondidas, e eu calo-me já, sento-me e dou a oportunidade de responder.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): O senhor não fez um requerimento?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): É tudo respondido!

O Orador: Mas o que é facto é que ficam questões por responder, ficam dados por obter: a real situação dos casos que não são abrangidos pela legislação que está em vigor e que não são cabalmente explanados; e também a situação relativamente ao tempo de serviço, já aqui questionada por diversas vezes, daqueles que serão integrados.

Ora, esta proposta teve vários méritos: o mérito, em 2020, de levantar este problema pela primeira vez, trazê-lo a debate e demonstrar o número de trabalhadores que estavam em situação precária e a necessidade de os integrar; o mérito, quando foi apresentada este ano, no início da legislatura, de recolocar o assunto no debate; e o mérito, com o aproximar do seu agendamento, de fazer com que o Governo e as administrações começassem efetivamente a agir.

E só por isso já valeu a pena apresentá-lo, já valeu a pena fazer este debate, as audições em comissão, os pareceres, valeu a pena porque continuou efetivamente a dar esperança aos trabalhadores.

E este processo extraordinário, como outros, não é deturpar as regras da entrada na Administração Pública, é corrigir os erros, os abusos, as situações indevidas que a Administração Pública comete, que os governos cometem, porque, se há centenas de trabalhadores com um vínculo que não é o vínculo adequado por mais tempo do que aquele que seria admissível para uma necessidade transitória, é porque há efetivamente decisões erradas e há abuso sobre esses trabalhadores, seja nesta situação, seja noutras.

E a legislação extraordinária de integração é necessária para corrigir os erros da Administração Pública e do Governo. Não é o processo extraordinário que está errado. O que está errado é o que o gera, é o que levou à necessidade da sua

existência.

E aqueles que se indignam com processos extraordinários, deviam olhar para o seu cadastro sobre esta matéria. O Chega já se esqueceu que aprovou o artigo 11.º do Orçamento, que prevê um processo de integração extraordinário de trabalhadores do Serviço Regional de Saúde? O Chega e a Iniciativa Liberal já se esqueceram que, para o Orçamento de 2021, aprovaram o processo de integração extraordinário de trabalhadores?

Deputado José Pacheco (CH): Mas custou-nos muito!

O Orador: Mas quando é uma proposta do Bloco de Esquerda, é uma deturpação das regras de entrada na função pública.

Tanta hipocrisia que vemos nesses partidos!

Da parte do PSD, vemos também argumentos que nos causam a maior perplexidade. Já há pouco dizia a Sra. Deputada Sabrina Furtado que queremos que todos sejam funcionários públicos. Bem, Sras. e Srs. Deputados do PSD, esses trabalhadores já são funcionários públicos...

Deputada Olivéria Santos (CH): Não, não são!

O Orador: ...ou já são funcionários dos hospitais, não estão a ser contratados novamente, já lá estão, desempenham o serviço, tratam dos doentes, tratam dos processos administrativos, são trabalhadores como quaisquer outros, não têm é o vínculo adequado à sua função.

Nós continuamos com dúvidas, que esperamos que sejam esclarecidas com o requerimento que apresentámos, relativamente ao universo daqueles trabalhadores que não serão abrangidos por aquilo que está em vigor e que está a ser aplicado. E essa injustiça tem de ser corrigida.

Para além disso, não deixaremos de fiscalizar e de acompanhar o processo que está em curso, que tomamos bom registo daquelas que foram as declarações da Sra. Secretária da Saúde e Segurança Social, de que a decisão do Hospital de Ponta Delgada e de outros que tomem a mesma decisão será respeitada, da conversão

dos contratos a termo em contratos sem termo. Tomamos boa nota e vamos aferir do respeito por essa decisão, porque ela decorre efetivamente da lei e constava, já agora, da proposta do Bloco de Esquerda, que não previa concurso para os hospitais.

Por isso, nós sabemos bem que a proposta, da forma como está, com a entrada em vigor do Orçamento, tem um problema de aplicabilidade. É por isso mesmo que o Bloco de Esquerda irá, após a resposta do Governo Regional, se for necessário, apresentar uma proposta de alargamento do processo de integração que está em vigor aos trabalhadores não abrangidos.

E por isso, ao abrigo do artigo 118.º do Regimento, Sr. Presidente, faço requerimento oral, ao abrigo do artigo 87.º, para retirar o presente projeto de decreto legislativo regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Então a iniciativa está retirada. Encerramos assim o nosso debate.

Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente, a iniciativa, já tendo sido retirada, eu vou respeitar, não vou transformar uma interpelação numa intervenção, apesar de merecer, mas não posso deixar que se adjective a bancada parlamentar do PSD de hipócrita e muito menos de pessoas com cadastro por fazerem processos legislativos.

Presidente: Sra. Deputada, isso é um protesto? Dou-lhe a palavra para um protesto, se assim entender. Os termos que a senhora referiu dão direito a um protesto. Faça favor, tem a palavra, Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Aceito a palavra para um protesto e peço desculpa por ter escolhido mal a figura regimental.

Presidente: Faça favor.

A Oradora: Sr. Presidente, na última intervenção do Sr. Deputado António Lima, fomos, pela segunda vez, acusados de hipocrisia. E não creio ser esse o termo certo e justo para os Deputados que estão aqui nesta Casa a defender os seus pontos de vista, que a única coisa que terão de mal para o Sr. Deputado António Lima é serem diferentes dos seus.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: E, portanto, é um adjetivo que não aceitamos e no qual não nos revemos.

E muito menos, Sr. Presidente, podemos aceitar que algum Deputado nesta Casa diga que uma bancada aqui dentro tem algum tipo de cadastro por apenas fazer a sua função, defender aquilo em que acredita...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e não andar aqui à espera dos tempos certos para apresentar as propostas quando mais é conveniente, para apenas dizer ao Governo Regional para o Governo Regional fazer exatamente o que já está a fazer. E nós andámos aqui com muita paciência há duas horas para não dizer ao Sr. Deputado António Lima, Sr. Presidente, que o Governo Regional já está a fazer o que a proposta dele quer, por mais que lhe doa.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, o PSD, que teve todo o espaço e o tempo para se inscrever durante o debate, não pretendeu completar o debate durante o tempo em que ele estava em curso.

Deputado Flávio Soares (PSD): Isso não é verdade! O senhor é que quis acabar com o debate!

O Orador: Eu aguardei, serenamente, que não houvesse inscrições, Sr. Presidente, e eu julgo que me confirmará essa postura. Fiz uma intervenção final e retirei a iniciativa, cumprindo estritamente o Regimento. E usei a argumentação que entendi.

Chamar e classificar atitudes políticas de partidos nesta Casa de hipócritas, de hipocrisia política, como se diz em bom português, é mato, é o que mais há. E da bancada do PSD é diário e é da hipocrisia para cima.

Por isso, Sra. Deputada, se se ofende com hipocrisia, então ofenda-se com a sua bancada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 3: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XIII — “Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores da carreira especial médica, a adotar pelos serviços e organismos que integram o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa, naturalmente, do Governo Regional.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social para a apresentação do diploma.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, o Governo traz, hoje, a esta Casa, aquilo que é mais um dos

compromissos que assumiu ao longo da última legislatura, que não foi possível cumprir e que, naturalmente, traz para que seja reposta a justiça aos trabalhadores da carreira médica.

Esta é uma carreira em que até agora não foi feito qualquer tipo de avaliação de desempenho, ao contrário de outras carreiras de profissionais de saúde.

E à semelhança do que foi feito para as outras carreiras, o que pretendemos com esta iniciativa é, de facto, corrigir uma tremenda injustiça do anterior governo socialista, quando no dia 29 de maio de 2020, repito, 29 de maio de 2020, decide atribuir um ponto a cada ano de avaliação a partir do ano de 2008. À semelhança do que foi feito para as outras carreiras, o que o Governo traz, aqui, hoje, é que seja atribuído um ponto e meio, tal como foi atribuído aos enfermeiros e aos TSDT, que faz com que, a título de exemplo, num período de dez anos, com este DLR, ao contrário dos dez pontos, estes trabalhadores consigam aqui perfazer quinze pontos e assim progredir de forma mais rápida.

É, de facto, um diploma que acreditamos ser necessário, que foi articulado e amplamente discutido com as estruturas sindicais. E aquilo que pretendemos é que a sua implementação entre em vigor o quanto antes, para que, repito, seja reposta a justiça a esses trabalhadores, que muito honram e que diariamente prestam um serviço exemplar no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Regional:

Já aqui o disse hoje e vou voltar a repetir: em qualquer setor de atividade só conseguimos ter profissionais motivados, profissionais dedicados, com melhores condições de trabalho.

À semelhança do que já aconteceu neste plenário hoje com alteração ao Estatuto da Carreira Docente, também este diploma trazido aqui pelo Governo Regional vem repor alguma justiça laboral, neste caso aos trabalhadores da carreira especial médica, com a adaptação do sistema da avaliação de desempenho a estes trabalhadores.

Tal como na educação, como defende o Chega, também o setor da saúde é fundamental e não pode ser descorado.

Há ainda muito a fazer neste setor. Há salários mais competitivos que são necessários fixar, há oportunidades de progressão na carreira que importa olhar, formação contínua, incentivos à fixação de médicos nas ilhas com centros de saúde. E precisamos de condições de trabalho adequadas para todos esses profissionais. Somente com profissionais mais motivados é que vamos ter um Serviço Regional de Saúde mais eficaz, mais eficiente e, por consequência, açorianos mais saudáveis e mais felizes.

Este diploma que o Governo hoje nos traz, que estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores da carreira especial médica, não resolve todos os problemas, mas o Chega entende que já é um sinal positivo para que se continue a assegurar a continuidade dos serviços de saúde na Região Autónoma dos Açores.

O Chega defende que é fundamental continuar a melhorar as condições de trabalho e os incentivos oferecidos aos profissionais de saúde, valorizando e dignificando desta forma as suas carreiras, ao mesmo tempo que também melhora a sua qualidade de vida e, por consequência, a qualidade de vida de todos os açorianos.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

Hoje, marcamos um momento decisivo para o nosso Sistema de Saúde com a apresentação do Decreto Legislativo Regional que vai finalmente descongelar as carreiras médicas.

Esta medida, construída em diálogo com os sindicatos, busca corrigir anos de estagnação e fazer justiça aos nossos médicos. Como a Secretária Regional da Saúde já destacou, as carreiras médicas ficaram congeladas até 2018. Agora, temos a responsabilidade de corrigir esta situação de forma rápida e responsável. O que propomos aqui é simples: garantir que o tempo de serviço entre 2009 e 2018 seja contabilizado, atribuindo 1,5 pontos por ano de exercício. Além disso, incluímos um plano de pagamentos de retroativos, com transparência e rigor financeiro, num valor estimado de 3,3 milhões de euros. Com esta aprovação, cerca de 250 médicos poderão progredir imediatamente nas suas carreiras.

Mas esta proposta vai além do presente. Ela garante que, a partir de 2019, os médicos continuem a acumular pontos de progressão até que o novo modelo de avaliação de desempenho esteja em vigor.

Sabemos que o sucesso do nosso Sistema de Saúde depende de profissionais motivados e justamente remunerados. Esta proposta não é só um ajuste técnico; é uma aposta no futuro da saúde nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma, para mim, significa que não houve gestão de recursos humanos entre 2008 e 2018. Isto é uma falta de respeito pelos profissionais. Sim, vi que andaram lá no hospital. Sem os conselhos de administração das unidades de saúde, dos hospitais, pedirem às suas direções clínicas que negociassem anualmente objetivos com os seus profissionais, negociassem tempos de espera, produção, cirurgias, consultas, enfim, toda a atividade clínica.

Significa que, agora, vem-se corrigir uma falha grave para com estes recursos humanos e vem-se atribuir um ponto e meio por ano quer esses profissionais tenham sido exemplares, tenham feito mais do que aquilo que era esperado e se tenham dedicado aos seus doentes, ao mesmo nível daqueles que chegaram atrasados e que fizeram uma produção reduzida.

Esperemos e eu acredito que este Governo, daqui para a frente, tenha procedimentos diferentes e levem a sério a gestão de recursos humanos e que não seja uma mera administração jurídica de processos, quer a nível da tutela na direção de serviços de recursos humanos, quer nos recursos humanos de cada unidade de saúde.

Obrigada.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra.

(*) Deputado José Miguel Toste (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa trazida aqui pelo Governo e agora em discussão, à imagem da iniciativa anterior, também é, em certa medida, redundante, porque encontrava-se já prevista no Orçamento da Região para 2014, designadamente no seu artigo 12.º. E no momento da discussão deste artigo, o Partido Socialista já teve a oportunidade, em votação na especialidade, de manifestar a sua posição a favor da atribuição de um ponto e meio. E, portanto, este diploma vem agora concretizar aquilo que já se encontrava previsto no Orçamento.

No entanto, é preciso aqui recordar que o momento do descongelamento das carreiras não ocorreu agora. Houve um momento de congelamento e houve um momento de descongelamento. O mesmo ocorreu em 2018, daí a necessidade de retroagir efeitos. Portanto, não é hoje o tal dia histórico do descongelamento de carreiras. O dia histórico do descongelamento de carreiras foi em 2018. E nós sabemos bem a quem é que se deve esse descongelamento.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor sabe que não o fez!

O Orador: E, no âmbito deste descongelamento, houve várias regras que foram, no fundo, aplicadas. E uma das regras que houve necessidade de aplicar teve que ver com o facto de algumas carreiras não terem avaliação. E o facto de algumas carreiras não terem avaliação suscitou a necessidade de aplicação de uma regra. E a regra geral era a de atribuição de um ponto por cada ano não avaliado. Isto mesmo decorre da circular informativa, que já foi aqui referida pela Sra. Secretária, de 2020. É óbvio que essa atribuição de um ponto ocorreu quer na

carreira especial médica, mas também noutras carreiras especiais da área da saúde. Foi entendimento do XIII Governo Regional a aplicação não de um ponto, mas a aplicação de um ponto e meio.

No fundo, a aplicação de um ponto já podia ter sido feita, já podia estar executada e, depois, em momento posterior, fazer a retificação do meio ponto. Mas não, ficámos aqui à espera durante três anos...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Ai que horror!

O Orador: ... até chegarmos aqui ao quarto ano de governação para, agora, sim, aplicar a tal circular informativa de maio de 2020, naturalmente, bonificada.

E nós concordamos com o facto de a mesma ser bonificada. E já manifestamos esta concordância em sede de discussão do Orçamento. E, hoje, aqui, vamos reafirmar esta concordância na atribuição de um ponto e meio na avaliação dos profissionais da carreira especial médica.

No entanto, alertamos que nós estamos aqui a proceder apenas à valorização de parte dos médicos do Serviço Regional de Saúde, uma vez que os médicos contratados pelos Hospitais EPE, após a sua transformação em empresas públicas, significou que a carreira já não é a carreira especial médica, mas é uma carreira médica ao abrigo de um contrato individual de trabalho, ao qual não se aplicarão estas regras nem este decreto legislativo regional, pelo que se questiona o Governo de qual é a atividade que tem sido desenvolvida no sentido de equiparar também os médicos com contrato individual de trabalho aos médicos da carreira especial médica.

A outra questão que se coloca tem que ver com um conjunto significativo de médicos que se vão aposentar e de médicos que se aposentaram entretanto, em 2019, em 2020 e em 2021, médicos que à partida beneficiariam também desta valorização e médicos que também, até ao final deste ano, se vão aposentar.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): O que é que

o senhor fez nessa altura?

O Orador: E, portanto, a minha questão é a de saber se aos médicos que se vão aposentar serão também pagos os retroativos, ou não, porque estes também tinham direito à sua valorização e não viram esta valorização feita. E, portanto, a questão é muito simples de saber: os médicos que se aposentaram após 2018 e que se vão aposentar após a publicação desta norma e que se vão aposentar até 31 de dezembro do próximo ano, se também estes médicos terão direito à valorização e ao recebimento dos retroativos.

Por fim, a pergunta que se coloca é: para quando um sistema de avaliação dos trabalhadores médicos? É verdade que o mesmo não foi implementado até agora. É verdade que o SIADAPRA, na Região, ainda não foi adaptado a esta carreira especial. É verdade que esta solução é uma solução de compromisso para um conjunto de trabalhadores que não foram avaliados, mas a pergunta que se coloca é: de futuro, o que vai ocorrer?

É verdade que o diploma prevê já uma válvula de escape, de atribuição de um ponto e meio até à operacionalização desse sistema de avaliação. A pergunta que se coloca é: para quando um sistema de avaliação dos médicos na Região?

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que o assunto é demasiado sério para considerá-lo anedótico, mas a explanação que acabámos de ouvir aqui vai muito além disso. Efetivamente, Sr. Deputado José Toste, ainda bem que concorda com a iniciativa, imaginemos se não concordasse... Depois das considerações que fez para dizer que concorda com a iniciativa, se não concordasse, nem quero imaginar os temas agressivos que teria

utilizado.

Esta não é uma iniciativa redundante, esta é uma iniciativa em que, Sr. Deputado, o último governo socialista teve competência e responsabilidade na matéria.

Deputado José Miguel Toste (PS): Se calhar não tive, eu não era daqueles adjuntos que acham que são mais do que os Secretários!

A Oradora: Mas o que é certo é que aquilo que fez foi atribuir um ponto a todos os profissionais de saúde. Ora, esse não é o entendimento deste Governo Regional nem do anterior. E veio corrigir a injustiça que V. Exa. também ajudou a criar ao atribuir um ponto e meio a todos os profissionais de saúde. Portanto, essa desculpa do descongelamento e da data do descongelamento, Sr. Deputado, não colhe. Podia ter invertido essa situação e ter atribuído um ponto e meio, que era isso que se exigia a um Governo que estava de bem e que queria valorizar o trabalho de todos os profissionais de saúde. Foi esse o nosso entendimento.

Não abdicaremos de continuar a pugnar pela implementação dessa justiça. E, portanto, não creio que vir aqui questionar 2018, 2019 e até 2020, quando podia ter invertido a situação e pouco ou nada fez para corrigir a mesma, venha agora tecer um conjunto de considerações que, naturalmente, não abonam em prol da discussão.

Em relação à ausência de um sistema de avaliação, para quando? Posso dar-lhe nota que, no passado dia 28 de junho, foi assinada uma mesa negocial com ambos os sindicatos, quer com o FNAM, quer com o Sindicato Independente dos Médicos, que a avaliação de desempenho é uma das alíneas que consta nessa mesa negocial, que está em cima da mesa e que, naturalmente, tem prazos, pelo que teremos de concluir e chegar finalmente a um modelo de avaliação de desempenho, conforme já foi aqui falado.

Deputado José Miguel Toste (PS): Quais são os prazos?

A Oradora: Em relação a um outro assunto que aqui traz e que eu também tive oportunidade de responder na comissão e que alerto para que não seja criada aqui

uma confusão completamente desnecessária, que diz respeito ao CIT. Como sabe, os CIT não fazem parte, portanto, deste diploma, mas foi a questão que me colocou na comissão e que eu afirmei. Os CIT serão, naturalmente, abrangidos por esta avaliação do desempenho, tal como foram todos os outros CIT dos TSDT e dos enfermeiros que, naturalmente, e bem, este Governo também incluiu na valorização. Para os médicos não seria diferente e, aliás, acho que é uma situação que não se coloca.

Portanto, estamos, acreditamos nós, no caminho certo. Foram feitas aqui considerações em relação a mais e melhores salários. Efetivamente, esta questão dos profissionais de saúde, muitas vezes, é algo que nos cria algumas dificuldades pelo impacto financeiro que estas atualizações de salário têm no Orçamento da Região. E, portanto, não conseguimos fazer tudo de uma vez só.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o impacto?

A Oradora: Posso dar nota que em cima da mesa está também o regime de dedicação plena, que já foi negociado com os sindicatos e que a breve prazo também apresentaremos a esta Assembleia para votação. Não vamos ficar para trás. Em relação ao regime de incentivos, têm sido feitas melhorias a nível dos incentivos. E também posso dar nota que, em 2019, foram atribuídos cerca de 22 incentivos, portanto, conseguiram-se fixar nessa altura 22 médicos; em 2023, foram atribuídos cerca de 50, portanto, mais do dobro de incentivos atribuídos durante a governação deste Governo de coligação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Reconhecendo que, naturalmente, há dificuldades, reconhecendo, naturalmente, que há melhorias que terão de ser feitas, mas este Governo vai continuar o caminho que escolheu, vai continuar no bom caminho, porque só um Serviço

Regional mais robusto e com mais e melhores profissionais pode dar melhor resposta aos nossos utentes, porque, sim, o Serviço Regional de Saúde não está num caos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra.

(*) Deputado José Miguel Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não querendo ser nem anedótico nem agressivo, coisa que penso que é difícil de conciliar e de ser em simultâneo, apesar da classificação que foi feita pela Sra. Secretária, intervenho apelas para exigir uma resposta, resposta que não foi dada, que tem que ver com os médicos aposentados ou que se vão aposentar durante a execução deste decreto legislativo regional.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Exigir?!

O Orador: Terão os mesmos direitos aos retroativos, ou não? E se terão de se manter em funções para beneficiarem de uma valorização que lhes era devida em 2018, 2019, 2020, 2021 e por aí em diante.

Os médicos que neste momento já se encontram aposentados, mas tinham direito à progressão em 2018 e 2019, serão pagos retroativos a estes médicos, ou não?

Os médicos que neste momento se encontram a exercer funções, mas até ao final do ano vão-se reformar, terão direito, após a reforma, após a aposentação, a

beneficiar dos retroativos, ou não? Ou terão de se manter em funções para beneficiarem destes mesmos retroativos? Ou seja, têm de continuar a ter a condição de trabalhador para receberem os retroativos, ou não? A pergunta é muito simples. A pergunta é muito clara.

Outro aspeto que também foi aqui trazido à colação pela Sra. Secretária, sem concretização, prende-se com o impacto financeiro desta medida. É verdade que em comissão já foi referido, mas era o impacto financeiro para o primeiro ano. A questão é que uma medida como esta de valorização tem um impacto que não é apenas e só no ano da sua aplicação, uma vez que os médicos depois somarão pontos e alguns atingirão os dez ou os seis pontos, consoante se entenda que se aplica o acelerador de progressão, ou não, a esta carreira especial. E, portanto, esta é uma medida que terá impacto não só em 2025, mas terá um impacto futuro no Serviço Regional de Saúde, Serviço Regional de Saúde este que se encontra numa situação financeira delicada, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não entre por aí!

O Orador: Por último, ainda em relação às questões financeiras desta proposta, a proposta do Governo não calendariza a aplicação desta medida. Entende-se por isso que o Governo Regional entende que o pagamento de retroativos deve ser feito no imediato após a aprovação, ou então a 1 de janeiro do próximo ano em virtude da “norma-travão”? Ou entende o Governo Regional, como já entregaram aqui outras propostas de alteração, que este pagamento deve ser escalonado e deve ser estabelecido um calendário de pagamentos? Porque da proposta do Governo Regional sem alterações o que decorre é que o pagamento dos retroativos deve ser feito no dia 1 de janeiro de 2025. É este o entendimento regional, é com isto que concordam? Ou entende então o Governo Regional que deve ser dilatado no tempo o pagamento de retroativos? E, se sim, qual é a divisão deste pagamento mais adequada no entender do Governo Regional?

Disse.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Toste, a pergunta que lhe faço muito diretamente é: foi o impacto financeiro que impediu o último governo socialista de introduzir uma avaliação de desempenho aos médicos? Foi, ou não foi? Já lhe disse, em sede de comissão, esta valorização tem um impacto total de 3,3 milhões de euros. Naturalmente que também lhe fiz chegar. Foi proposta uma ata de entendimento com os sindicatos, que, de forma faseada, iriam ser pagos os retroativos. É esse o nosso entendimento, como foi para as outras classes profissionais. Portanto, ninguém vai pagar de uma vez só todos os retroativos que constam e que vão ser gerados com esta avaliação.

Portanto, em reuniões com os sindicatos foi inicialmente proposta uma ata de entendimento, mas que, naturalmente, para evitar situações de confusão, e bem, como também tive oportunidade de dizer em sede comissão, essa proposta faz parte de uma proposta de alteração ao DLR que hoje é aqui submetido. Portanto, não é entendimento do Governo pagar tudo de uma vez só, nem com efeitos a 1 de janeiro de 2024.

Outra questão que também gostaria de dizer em relação aos médicos que estão aposentados: naturalmente, queremos que este diploma entre em vigor ainda no

presente ano. É claro que há, da nossa parte, a boa-fé de permitir que os pedidos que cheguem não fique à espera de um pagamento faseado de retroativos. E se houver essa possibilidade, será, naturalmente, dada prioridade ao pagamento desses retroativos, uma vez que são médicos que estão na aposentação e, até ao último vencimento do exercício em funções, seria de bom tom que se pagassem os retroativos. Portanto, temos abertura para isso, para não fazer com que haja aqui um prolongamento em funções por causa destes retroativos. E é algo que poderá e, naturalmente, receberá da nossa parte abertura para avaliar essa possibilidade.

Em relação aos médicos que já não cessam funções, sinceramente, 2018 e 2019 são anos que não foram avaliados, os médicos estão já aposentados. Eu nem tecnicamente lhe sei dizer se do ponto de vista legal é possível fazer isso. Não foi uma questão que tivesse sido levantada pelos sindicatos e, portanto, eu confesso que não a avaliei.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos aqui mais uma iniciativa que visa valorizar trabalhadores da Região. É mais uma medida importante para a fixação de profissionais, tão necessários nas nove ilhas. É um estímulo para tornar esta carreira médica mais atrativa. E todos temos consciência de que é necessário atrair mais médicos de mais especialidades para todas as ilhas dos Açores.

E, portanto, se há uma lição que podemos tirar do incêndio que ocorreu no hospital de Ponta Delgada, é a necessidade de haver redundância de meios, redundância de serviços, nos vários hospitais e nas várias unidades de saúde espalhadas por

todas as ilhas.

A complementaridade que se verificou nas semanas seguintes ao incidente no hospital, a complementaridade entre as várias unidades de saúde públicas e privadas na ilha de São Miguel permitiu que não houvesse rutura no atendimento e no cuidado dos habitantes da ilha de São Miguel.

A complementaridade com os restantes hospitais, da Terceira e da Horta, permitiu que aqueles doentes que pudessem continuar o seu acompanhamento médico na Região tivessem cá permanecido.

E obviamente que houve, depois, a complementaridade e a solidariedade nacional e da Região Autónoma da Madeira, que também ajudaram nesse processo.

Mas é importante salientar a necessidade de que essa redundância e essa complementaridade tenha um elevado grau de satisfação aqui na nossa Região, porque estamos isolados no meio do oceano, estamos a várias horas do socorro mais próximo e, portanto, o que nos pode valer uns aos outros é a ilha vizinha, a ilha ao lado. E, portanto, é necessário não só termos infraestruturas, termos equipamentos, mas também termos profissionais.

Esta é mais uma proposta desta coligação para valorizar mais uma carreira no setor da medicina ou no setor da saúde.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, tem impacto financeiro? Tem, tem o impacto financeiro que corresponde ao número de funcionários médicos que vão ser abrangidos. Não foi feito antes porque antes não havia disponibilidade financeira. Houve agora. Começámos pelos TSDT, passámos pelos enfermeiros, como eu aqui já referi hoje, fomos aos técnicos superiores e, portanto, agora chegamos aos médicos.

Tudo isto são encargos financeiros, são opções desta coligação, que poderia estar a usar o dinheiro para outras coisas, mas preferiu investir nos profissionais, preferiu investir nas pessoas. É uma opção, é a nossa opção política. Está aqui a proposta. Quem for contra, depois, vote contra. Nós estamos aqui para

materializar aquilo que são as nossas opções políticas que estão no programa do Governo que aprovámos e que está em vigor e que são materializadas anualmente no Orçamento Regional. E, portanto, estas medidas materializam aquelas que são as nossas opções políticas.

E, portanto, vamos valorizar a carreira médica, porque também necessitamos, urgentemente, de captar novos médicos. Todos sabemos que a classe médica é uma classe que está envelhecida. Temos necessidade de captar novos médicos, recém-formados, que queiram vir trabalhar para aqui e se queiram cá instalar.

E, portanto, se a carreira não for atrativa, pois todas estas necessidades e todo este desejo não se poderá concretizar.

Uma das medidas de valorizar é exatamente o que aqui está nesta iniciativa. E, portanto, nós vamos votar favoravelmente. Quem discordar, pois, vote contra.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Traz-nos o Governo um diploma na sequência daquilo que já foi feito para carreiras anteriormente. E teria de se começar por alguma carreira. Efetivamente,

a carreira dos médicos aguardou que se desse início aos processos de regularização de outras carreiras, de outros profissionais de saúde, também elas carenciadas de pessoal. E, portanto, esta é a vez de apreciarmos o diploma que vem repor justiça e dar àqueles que foram os profissionais da carreira médica especial o que a seu tempo não lhes foi devidamente dado.

Esta iniciativa aplica-se apenas aos profissionais que se encontram vinculados em contrato de trabalho em funções públicas. E também já aqui foi bem explicado pela Sra. Secretária que igual tratamento terão todos os outros profissionais com outros vínculos.

O que se torna cansativo é que, cada vez que alguém traz a esta Casa uma medida boa, alguém aparece com o dom de transformar como se fosse um papão. E, de facto, ouvimos, aqui, hoje, muitas perguntas. É verdade, o descongelamento foi em 2018, estamos em 2024. E, com propriedade, eu perguntaria então: no tal dia histórico em que houve o descongelamento, porque é que o Governo não pagou? Não desenvolveu todos os procedimentos para pagar, porquê?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Na altura, o executivo socialista, se sabia que os profissionais estavam, como também aqui ouvimos dizer, estamos a falar de anos, há quase uma década a aguardar, se era o tal dia histórico dos descongelamentos, porque é que não pagou? Não pagou, porque não quis, porque não pôde. Portanto, quem não pagou não tem propriamente moral para vir cobrar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Este Governo está desde 2021 a regularizar outras carreiras, sabendo, obviamente, que tínhamos de apreciar, e temos, até porque, pelo processo legislativo em si, não podemos ter os diplomas todos na mesma altura em discussão.

Este diploma, o que é que nos traz? Repõe justiça, dá equidade, é uma prova de respeito, cumpre aquilo que foi acordado com os representantes destes profissionais, que são os sindicatos. Portanto, não está aqui em apreciação nada mais nem menos do que aquilo que os sindicatos, que são os legítimos representantes destes profissionais, assim o pediram.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: E, portanto, abarca o período de 2009 a 2018. E vai para além disso. E muito bem, o Sr. Deputado José Toste já na comissão teve estas dúvidas. Até diríamos que então não servem de nada as respostas para quem não as quer ouvir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ora bem!

A Oradora: A mesma pergunta foi feita em comissão. A Sra. Secretária explicou. Há uma norma genérica, à semelhança do que existe para os farmacêuticos, para os enfermeiros, para os técnicos, que diz que, enquanto não houver avaliação de desempenho, se mantenha a atribuição de um ponto e meio. Fez e faz considerandos. Portanto, está salvaguardado o passado e garante-se assim o futuro, enquanto não houver.

E também agora perguntaria: porque é que não houve avaliação de desempenho? Não houve avaliação de desempenho, porque ela também não foi implementada, quando até poderia ter sido.

E, portanto, relativamente ao plano de pagamentos, ao acordado, efetivamente, a Sra. Secretária foi muito clara, transmitiu-nos na comissão aquilo que estava acordado com os sindicatos. E, portanto, no respeito que temos pelos sindicatos e na iniciativa que nos compete, efetivamente, tal como a Sra. Secretária também,

hoje, aqui, falou e como também já é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, efetivamente, os Grupos Parlamentares do PSD, do PPM e do CDS quiseram dar o seu contributo para melhorar um diploma que já de si era eficaz e resolvia as questões.

E, portanto, é pena que tanta proatividade não tenha assistido ao governo do PS em 2020.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ora bem!

A Oradora: Quando faz uma circular em que, depois de ter atribuído dois pontos entre 2004 e 2008, vem atribuir um ponto, sabendo não era o que todos os sindicatos na altura reclamavam, não é? Sabiam que não era.

E, portanto, se era tão claro, teria dado um ponto e meio, que era o que os sindicatos sempre reclamaram.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Nem sequer reuniram!

A Oradora: Senão, dando um ponto, então tivessem pago um ponto. E, agora, este Governo, querendo dar mais e melhor, poderia dar. Como os senhores também não deram, não me parece que lhe assista grande moral para vir cobrar isso.

E, portanto, aquilo que apreciamos aqui é um diploma que, em nosso entender, responde àquilo que os representantes da classe médica assim pediram, que aguardam há anos.

E, portanto, o Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, votará favoravelmente. Como eu já disse, contribuiu de forma a melhorar este diploma. E, portanto, como também já o Sr. Deputado Pedro Pinto disse, reitero que votaremos favoravelmente. E opomo-nos a qualquer manobra ou diligência que pareça impedir que finalmente os médicos vejam reposta a justiça que lhes foi vedada anteriormente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos a proposta do decreto legislativo regional que estabelece regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento da carreira especial médica, uma proposta do Governo Regional que pretende concretizar, efetivamente, do ponto de vista do descongelamento da carreira e dessas decisões que foram tomadas já há vários anos.

Depois de um período difícil, negro, de decisões que muito prejudicaram os trabalhadores em geral e os funcionários públicos em particular, que, para além de cortes salariais no tempo da troika e dos governos do PSD e do CDS, para além de congelamentos, foram-lhes retirados também subsídios de Natal, subsídios de férias, em decisões de ir além da troika, que o PSD e o CDS ostentam na lapela.

Ora, num contexto em que o Serviço Regional de Saúde se debate há muito tempo com a falta de médicos, nós temos alguma dificuldade em perceber como é que este assunto não foi mais prioritário para o Governo Regional. O Governo diz que os recursos não chegam para tudo, que não há recursos. Na verdade, é necessário, por exemplo, criar incentivos para atrair, não digo fixar porque não fixam, mas atrair médicos para a Região. Fazendo aquilo que era necessário repor do passado, há uma forma consequente, objetiva, justa e que decerto já tarda, garantir que os médicos que cá estão se sintam também valorizados e tenham motivos para cá ficar. E fixar médicos é isso. Outra coisa são incentivos à atração, que são aqueles

que existem neste momento. Mas para fixá-los é fundamental que as condições sejam boas, sejam as condições de trabalho, sejam as condições de carreira, que é disto que estamos a falar.

Ora, também é preciso dizer que, de facto, esperávamos que esta matéria já estivesse a ser até aplicada, porque ela consta do Orçamento da Região. Aquilo que estamos a debater é algo que já consta do Orçamento da Região, não percebi bem o objetivo de apresentar um decreto legislativo regional de algo que está definido no Orçamento da Região, ou, por outro lado, apresentar no Orçamento uma medida que depois vai ser regulamentada ou criada por decreto legislativo regional. Mas, talvez, são questões que se explicam mais pela tática política do que pela necessidade efetiva de resolver os problemas.

Esta proposta, como é evidente, é importante que seja aprovada e implementada. Ela tem algumas falhas que devem ser corrigidas, em nossa opinião, e apresentámos propostas de alteração, para além da referência ao descongelamento de trabalhadores ao invés do descongelamento de carreiras. Na nossa opinião, deve ficar expesso como é que são pagos os retroativos.

Nós, como é óbvio, desejaríamos, como certamente desejarão todos os médicos que serão abrangidos, que os retroativos fossem pagos imediatamente. Seria o cenário ideal, mas também é certo que compreendemos que isso possa ser um cenário que causa alguma pressão adicional às contas públicas.

Agora, tendo em conta a necessidade efetiva que há de fixação de médicos na Região, consideramos que esse calendário de reposição dos retroativos deve ser curto. E propomos um calendário, uma reposição, um pagamento, no prazo de dois anos.

Mas o facto de estar aqui o prazo de pagamento é importante para criar uma obrigatoriedade legal, para que haja compromissos assumidos, mas não garante tudo. Nós já vimos e continuamos a ver noutras carreiras da saúde que a valorização da carreira é feita no papel, mas, depois, ao bolso dos trabalhadores

não chega.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Isso é mentira! Prove o que está a dizer!

O Orador: Os trabalhadores da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica continuam à espera, desde 2022, da sua reposição na nova carreira. Estão à espera e estão a desesperar por isso. Estão a desesperar, porque desde 2022 não têm notícias.

Sabemos que, recentemente, no mês de agosto, noticiado numa reunião da Sra. Secretária com os sindicatos de enfermeiros, há pagamento de retroativos em atraso, que só de 2020 são 2,5 milhões de euros.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Uma coisa são os retroativos, outra coisa é não se pagar nada. O problema é esse, o senhor não sabe do que está a falar!

O Orador: Ou seja, o papel aceita tudo, o problema é depois o papel chegar ao bolso dos trabalhadores. Essa é que tem sido a maior falha do Governo. Porque nós aprovámos com muita boa-fé e muita boa vontade medidas que são importantes do ponto de vista das carreiras da saúde, mas, depois, quando é para pagar, não há dinheiro. O Governo não paga. E os trabalhadores, quantas vezes nos contactam e se queixam das demoras em receber aquilo que é seu por direito e que foi prometido e aprovado neste Parlamento?

Do ponto de vista da proposta em concreto, também não posso deixar de dizer que o Governo Regional insiste em colocar nas suas propostas, relativamente às carreiras médicas, um artigo que é uma aberração constitucional e uma violação clara dos direitos dos trabalhadores e da contratação coletiva: o artigo 5.º, que diz que este decreto legislativo regional se sobrepõe a quaisquer outras normas e disposições legais. A Constituição não vale nada para o Governo Regional, porque tudo pode ser sobreposto por este decreto legislativo regional. Aliás, a nota técnica dos serviços da Assembleia assim o alerta, porque esta norma é inconstitucional

por ilegalidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor tem de se aconselhar melhor!

O Orador: E é um desrespeito pela contratação coletiva, porque diz que se um hospital fizer um acordo mais favorável com um dos sindicatos ou com os sindicatos médicos, não se aplica essa decisão de contratação coletiva, porque esta norma contraria a regulamentação coletiva. Para nós, deve ser eliminada, para se corrigir esse abuso legislativo que se teima em propor.

Ora, mas para falar do Serviço Regional de Saúde, da carreira médica, naturalmente de outras carreiras, mas é da médica que estamos aqui a falar, é fundamental não só valorizar as carreiras que existem, mas também criar outro tipo de incentivos à fixação de médicos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não sabe o que é que diz!

O Orador: E há uma preocupação: nós, ao termos conhecimento dos relatórios e contas dos hospitais de 2023, vimos saída de especialistas dos hospitais da Região, o que é extremamente preocupante. Do Hospital de Ponta Delgada saíram 16 médicos especialistas. Isso é preocupante. Só do serviço de ortopedia, nos últimos meses, saíram três especialistas de um serviço que tinha dez especialistas, de uma especialidade que tem dificuldades enormes na Região. O Hospital de Angra tem enormes dificuldades a esse nível.

Ora, nós estamos a andar para trás. Estamos com enormes dificuldades. Estamos com médicos a sair para o privado ou para outros hospitais públicos fora da Região. E os incentivos à atração de médicos não resolvem o problema. É preciso verdadeiramente incentivos à fixação, como o Bloco de Esquerda tem proposto recorrentemente, que têm sido rejeitados por esta maioria em sede de Orçamento.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento da intervenção da Sra. Deputada Salomé Matos, que trouxe aqui à colação a proposta de alteração apresentada pelos partidos a coligação, que não são propostas que visam melhorar, são propostas que visam atrasar, são propostas que visam que o pagamento aos médicos seja realizado não no final deste ano, não no princípio do próximo ano, mas daqui a um ano e dois meses em 25 %, até 31 de dezembro de 2025. Portanto, há aqui este dia que é histórico. No entanto, este dia, dito histórico, só ocorrerá em 25 % daqui a um ano e dois meses. Os outros 50 % em 31 de dezembro de 2026. E lá fica o remanescente de 25 % para 31 de dezembro de 2027. Portanto, hoje é um dia dito histórico. No entanto, a concretização deste dia só será concluída daqui a quatro anos e dois meses.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): O senhor nunca fez nada!

O Orador: Portanto, a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não é de melhoria, é para atrasar, é para protelar o pagamento.

E, portanto, se o Governo Regional tinha um calendário de pagamentos acordado com os sindicatos, teria inserido o mesmo na proposta apresentada nesta Assembleia. Não o fez.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): O senhor não sabe o que é que está a dizer! Eu já expliquei!

O Orador: Mas vamos a acordos com os sindicatos. Da mesma forma que há aqui um plano de pagamentos acordado com os sindicatos dos médicos, também há um plano de pagamentos supostamente acordado com o sindicato dos enfermeiros. E o que o sindicato dos enfermeiros nos diz é que o Governo Regional é muito rápido a acordar, mas muito lento a pagar.

E, portanto, corremos o risco de, no âmbito das carreiras médicas, esta medida, que visa não melhorar, mas atrasar, seja também um acordo para incumprir, mais

um acordo com os sindicatos de uma dita valorização das carreiras que nunca chega ao bolso dos trabalhadores.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Pelo amor de Deus! Mesmo o senhor não podia estar no lugar onde estava!

O Orador: E, portanto, o histórico de acordos do Governo Regional com os sindicatos fica plasmado naquele que é um entendimento que o sindicato dos enfermeiros já manifestou relativamente ao incumprimento...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Qual?

O Orador: O sindicato liderado pelo enfermeiro Branco, que é o sindicato mais responsável.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Então os outros sindicatos não são responsáveis?!

O Orador: Mas deixe-me que lhe diga, para o Partido Socialista não há sindicatos de primeira nem sindicatos de segunda.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Acabou de dizer isso!

O Orador: Nós não escolhemos os sindicatos bons e os sindicatos maus. Nós entendemos que, a partir do momento que um sindicato diz que há incumprimento por parte do Governo Regional, essa reivindicação é legítima.

E, portanto, a proposta de alteração que é trazida aqui pelo Partido Social Democrata, repito, não visa melhorar, visa sim atrasar o pagamento dos retroativos que são devidos aos médicos.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, ficámos hoje a saber que para o Partido Socialista existe um sindicato mais responsável. E, portanto, acho que isso também quer dizer alguma coisa sobre a forma como o Partido Socialista habituou-se a negociar com os sindicatos no passado, que é completamente diferente da forma que este Governo da coligação negoceia com os sindicatos, porque a opinião deles naturalmente conta, porque representam os trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (*PS*): A começar pelo líder do SINTAP!

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado José Toste, vai-me desculpar, mas vou ter de repetir aquilo que já disse aqui: o Sr. Deputado teve responsabilidades no passado e em nada tentou inverter a situação que este Governo veio corrigir. E, portanto, peço, se calhar, que se autorretrate antes de vir impor aqui a este Governo situações como aquelas que já foram aqui reveladas, de que o Governo não paga.

Mas então vamos revisitar aquilo que foi a aposta deste Governo em relação aos TSDT. Conforme foi anunciado em plena campanha eleitoral e também depois de este Governo ter tomado posse, a prioridade seria a valorização das carreiras. O primeiro diploma da valorização das carreiras dos TSDT tinha um plano de pagamento. Sr. Deputado, esse plano de pagamento está, ou não, cumprido? Está cumprido. Este Governo Regional até antecipou a última tranche de pagamento de retroativos. E, portanto, não lhe reconheço legitimidade para vir aqui falar em pagamentos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

A última tranche devia ter sido paga no decorrer do ano 2024, este Governo pagou no final do ano de 2023. Cumpriu, ou não cumpriu? Antecipou-se com aquilo que estava estipulado no diploma. E, portanto, é falso que em relação ao primeiro diploma existam pagamentos em atraso!

Se vamos falar em situações pontuais em que houve discordância na interpretação da lei, essas são situações pontuais. Para a maioria dos trabalhadores, o dinheiro já está na conta deles há muitos meses.

Para esclarecer de uma vez por todas, em relação à aplicação da Lei n.º 34, acho caricato os partidos que chumbaram o Orçamento e que estão a prolongar um atraso em média de seis meses da aplicabilidade dessa lei. Já tive a oportunidade de dizer, de esclarecer, tenho tido reuniões quase que mensais com os sindicatos em relação a essa lei, não está em causa a aplicabilidade da mesma. Foi um compromisso deste Governo Regional e será cumprido. O que esteve em causa foi, sim, que as primeiras tabelas com a valorização dos profissionais não estavam corretas. Isso levou a que houvesse um erro da interpretação da lei e fez com que, em reunião com os sindicatos, se decidisse que o melhor seria estabelecer uma interpretação correta, quer da parte dos sindicatos, quer da parte do Governo Regional, nomeadamente da DRS, para que todo o processo fosse mais célere e não andasse para trás e para a frente. Situação essa que está a ser concluída só agora, infelizmente. Gostávamos nós que já tivesse sido antes. Só agora as tabelas estão a chegar e algumas delas só chegaram esta semana à DRS, com a aplicação da lei de forma correta. Serão remetidas à DROPEP.

Este é um processo que o Governo Regional assumiu. Aliás, na Comissão de Assuntos Sociais, em que se debateu a iniciativa do Bloco de Esquerda, está no relatório da referida comissão uma pergunta feita pelo Sr. Deputado João Vasco, e está escrito e assumido por mim o compromisso de reposicionar os trabalhadores

com a Lei n.º 34, entre setembro e outubro. Está escrito. Portanto, Sr. Deputado, em relação a isso, aos TSDT, sim, há uma situação que não está concluída, mas o compromisso deste Governo é de concluir.

E em relação ao diploma da valorização, esses retroativos já foram pagos. E o Governo Regional até antecipou o último pagamento da tranche.

Dizer também que, em relação aos enfermeiros, felizmente, o Governo Regional dá-se bem quer com o sindicato responsável, quer com todos os outros sindicatos, porque é essa a nossa função, é haver abertura com todos os sindicatos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado, posso garantir que, felizmente, os ditos sindicatos que não são responsáveis entendem o impacto financeiro brutal que estes retroativos têm no Orçamento Regional.

Ó Sr. Deputado, este Governo, imagine-se só, está ainda a pagar os lesados do “Bónus César”! Sabe qual é o impacto que isso tem? Este Governo Regional, só em retroativos, só em valorizações, já pagou mais de 20 milhões de euros, Sr. Deputado! Do que é que o Sr. Deputado está à espera?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Felizmente, há os outros sindicatos não responsáveis que, compreendendo o impacto financeiro que tudo isto tem, ainda na última reunião, que ocorreu no passado mês de agosto ou setembro, ficou acordada uma nova reunião para o dia 20 de setembro para que se fizesse um ponto de situação, porque há, efetivamente, injustiças entre as diferentes instituições do Serviço Regional de

Saúde.

Posso também dizer-lhe que, a nível de alguns hospitais e de algumas instituições, os enfermeiros gestores e os enfermeiros especialistas em posição intermédia, imagine-se só, já foram devidamente reposicionados. Não foram todos, mas esse processo já se iniciou.

E, portanto, Sr. Deputado, estamos a cumprir aquilo que o Sr. Deputado e o último governo socialista não fez. E teve muitos anos para o fazer.

Em relação ao trabalho suplementar, contrapondo em certa parte o discurso que aqui se ouve, de que o Governo não paga, mas depois vêm os partidos falarem sobre subfinanciamento, eu, ainda hoje, apresentei aqui que o peso da massa salarial no orçamento da saúde é enorme, porque este Governo Regional apostou na valorização. E vêm os Srs. Deputados dizer que os retroativos da forma como são pagos não é uma mais-valia, quando eles foram acordados com os sindicatos. Os próprios sindicatos dispensaram que os mesmos estivessem no diploma, bastaria para isso uma ata de entendimento assinada por todos os membros presentes nas reuniões. Foi nosso entendimento, de forma transparente, depois também daquilo que foi falado na comissão. Naturalmente, acho que em bom nome da transparência, se os partidos da coligação decidiram apresentar uma proposta que vai ao encontro daquilo que os sindicatos querem, pois, antes assim. Acho que todos nós ficamos esclarecidos em relação ao pagamento desses retroativos.

Só para terminar, para se ver o investimento que este Governo Regional tem tido, em relação ao trabalho suplementar médico, desde a última alteração do último diploma que trouxe a esta Casa, em março, são mais de 7 milhões relativamente ao trabalho suplementar dos médicos.

Portanto, está, ou não, este Governo Regional do lado dos profissionais de saúde?

Está sim, senhor. Isso tem um peso muito significativo? Tem, Sr. Deputado.

E, de forma responsável, não podemos resolver tudo a todos ao mesmo tempo. E,

portanto, este é um processo que é complexo e que, naturalmente, este Governo Regional vai cumprir com os seus compromissos e honrar a sua palavra.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que todas as perguntas que foram suscitadas estão respondidas. Da minha parte, não tecerei qualquer comentário relativamente aos comentários, porque considero que as considerações acerca da responsabilidade de cada sindicato não serão mais do que, eventualmente, uma deselegância.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que deselegância?

A Oradora: Uma deselegância para com os sindicatos.

Contudo, relativamente às propostas de alteração que a coligação aqui já deu conhecimento, de facto, não posso aceitar as considerações do Sr. Deputado José Toste quando diz que o objetivo é atrasar. Ainda vai mais longe e diz que somos muito lesto a prometer e lentos a pagar, não é? Dizem. Mas os senhores até para prometer eram lentos, porque não resolveram desde 2018 esta situação. E quando se comprometeram a resolver para todas as carreiras, foi em vésperas de eleições. E o senhor sabe isso tão bem quanto eu. E os sindicatos assim o dizem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Apenas em vésperas de eleições, em buzíões por essas ilhas todas é que o governo do PS se comprometeu que iria pagar, negociou com os sindicatos e deu o que os sindicatos estavam a prometer, mas já não teve tempo nem convenceu as pessoas, porque não chegou a pagar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relativamente a atrasar, não, não é atrasar. Também não temos informação privilegiada nenhuma. O senhor esteve na comissão, ouviu, leu e aprovou o relatório.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas não disse o que estava anunciado!

A Oradora: Portanto, a Sra. Secretária deu-nos conhecimento do que estava acordado com os sindicatos e que constaria de ata.

Deputado José Miguel Toste (PS): Disse-nos que estava a negociar.

A Oradora: E tendo em conta o que está redigido, até porque o teor do relatório é absolutamente fiel, graças à competência da Sra. Relatora, à transcrição e à audição, portanto, aquilo que a Sra. Secretária disse foi que no primeiro ano — e o primeiro ano é 2025 — seriam pagos 25 %, seguidamente 50 %... A Sra. Secretária é que nos transmitiu o que estava acordado com os sindicatos.

Pode não assistir a todos o respeito pelos representantes legítimos dos trabalhadores, no nosso caso assiste.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Pelo respeito que temos por aqueles que são os representantes legítimos dos trabalhadores, se este é o plano que está acordado, que é razoável, que não belisca nem foge àquilo que é o plano que está acordado também com outras carreiras. Portanto, não mais fizemos do que introduzir uma norma que deixasse isso com toda a clareza. Senão os senhores estavam, amanhã, aqui, a dizer que já estava a atrasar o pagamento, que ele já devia ter sido. Assim está

claro quando é que o pagamento vai ser feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas relativamente ao plano de pagamentos, então eu pergunto: não está bom o do Governo? Não está bom o nosso? Onde é que está a proposta do PS relativamente ao plano de pagamentos? Eu não vi. Não existe. Portanto, está preocupado porque não a fez.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, da minha parte, consideramos que este diploma resolve as questões dos médicos que estão abrangidos por ele. E, portanto, até nos custa a compreender que se levante tanto ruído à volta desta matéria, quando as várias bancadas já assumiram que vão votar favoravelmente. Portanto, não percebo o porquê de enredar e transformar (o tal dom) coisas boas em coisas negativas.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu peço a palavra nesta fase do debate um pouco também para tentar recentrar o debate na própria iniciativa, que já vai ao redor de outras coisas, mas principalmente por uma nota de preocupação. A Iniciativa Liberal concorda com a iniciativa, como não poderia deixar de ser. Por isso mesmo, tenho uma certa preocupação relativamente ao seu artigo 5.º, que tem como epígrafe a imperatividade. Ora, o que aqui se diz é que este diploma prevalece sobre todos os outros diplomas sobre essa matéria, inclusivamente sobre a regulamentação coletiva de trabalho. Ora, a regulamentação coletiva de trabalho, acordos coletivos

de trabalho, convenções coletivas de trabalho, é matéria constitucional. E sendo matéria constitucional, não me parece que um decreto legislativo regional possa sobrelevar sobre essa matéria. É uma preocupação, porque pode manchar o diploma. E, desse ponto de vista, eu gostava que o Governo Regional me esclarecesse o porquê desta norma estar aqui. E se tiveram em conta que essa norma pode ser considerada inconstitucional e o diploma voltar para trás, o que será um constrangimento, não para esta Assembleia, mas principalmente para os médicos que vão ser abrangidos por este diploma.

Neste sentido, aguardava o esclarecimento, se a Sra. Secretária o souber dar.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, logo na minha primeira intervenção, manifestou que a sua posição era um voto favorável àquela que era a proposta do Governo. E, portanto, quando desafiado pela Sra. Deputada Salomé Matos relativamente a qual é a posição do Partido Socialista em relação ao pagamento dos retroativos, a resposta é simples: a posição do Partido Socialista em relação ao pagamento dos retroativos é aquela que resulta do diploma na sua redação que foi apresentada pelo Governo a esta Assembleia, que não estabelece qualquer prazo relativamente ao pagamento. O que significa que o pagamento de retroativos, não fosse a “norma-travão”, deve ser feito, se este diploma for aprovado na sua atual redação, como era a vontade do Conselho do Governo, no dia 1 janeiro de 2025. E, portanto, é com isto que o Partido Socialista concorda, é com aquilo que foi aprovado no Conselho do Governo e com aquilo que foi apresentado a esta Assembleia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Nós discutimos iniciativas, nós discutimos propostas, nos termos em que elas são redigidas e apresentadas a esta Assembleia. Portanto, o Partido Socialista não tinha o dever de apresentar qualquer proposta de alteração se concorda com o teor daquilo que foi apresentado pelo Governo Regional nesta Assembleia, que era no sentido de fazer o pagamento com retroativos, o que significava, não havendo uma norma em relação a qualquer prazo ou plano de pagamentos, que era devido o pagamento no dia 1 de janeiro de 2025. É com isto que o Partido Socialista concorda e é isto que decorre da proposta do Governo apresentada nesta Assembleia.

É verdade que, num momento posterior, se abriu aqui a porta e se disse: não, o pagamento não é em janeiro de 2025, o pagamento é de acordo com o calendário que foi negociado com os sindicatos. E isto, depois, traduziu-se na proposta que foi aqui apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, no seguimento daquilo que foram as declarações da Sra. Secretária em sede de comissão. É verdade. Não há aqui dúvida nenhuma.

No entanto, a proposta que está em cima da mesa é um decreto legislativo regional que atribui um ponto e meio e não prevê qualquer prazo para o seu pagamento, o que significa que o seu pagamento era devido após a entrada em vigor, não naquele ano orçamental, mas no ano orçamental seguinte. É isto que decorre da letra da proposta.

Existe agora uma proposta de alteração. Se fosse isto que já resultava da proposta do Governo, no tal pagamento faseado, não era necessário aqui apresentar uma proposta de alteração. E apresenta-se agora uma proposta de alteração, proposta de alteração que tem em linha, diz o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com razão e justificado, aquilo que é o entendimento que foi alcançado entre o Governo Regional e os sindicatos. Nós não questionamos que os sindicatos tenham celebrado este acordo e que sejam esses os prazos de

pagamento, mas há uma coisa que deve ser dita: os sindicatos representam os trabalhadores que nele estão filiados. E, portanto, o que se está aqui a dizer e a fazer nesta Assembleia é entender que um acordo que é feito com um conjunto de sindicatos que representam parte dos médicos deve servir de regra para todos os médicos. É legítimo, pode ser aqui proposto. No entanto, o que é proposto não pode deixar de se dizer que significa um protelar do pagamento dos retroativos e atira para 31 de dezembro de 2025 o pagamento de 25 % dos retroativos, atira para 31 de dezembro de 2026 o pagamento de 50 % dos retroativos e atira para 31 de dezembro de 2027 o pagamento do remanescente, dos outros 25 %.

Não era isto que decorria da redação inicial da proposta do Governo. Entende o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, acompanhado pelos demais grupos parlamentares da coligação, introduzir aqui este pagamento faseado. O Partido Socialista não concorda com este pagamento faseado, concorda com a redação inicial que foi aprovada em Conselho de Governo, de que o pagamento era devido de imediato, não por causa da “norma-travão”, mas a 1 de janeiro de 2025.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas a “norma-travão” também não se aplica.

O Orador: Aplica-se, porque senão no momento da publicação passava logo a ser devido. Mas isto é irrelevante.

E, portanto, a minha intervenção é só no sentido de clarificar qual é a posição do Partido Socialista. A posição do Partido Socialista era aquela que o Governo tinha inicialmente, mas que aparentemente recuou e entende que agora os pagamentos devem ser faseados. E, portanto, aqui nesta Assembleia, há de se formar uma maioria e há de se formar um entendimento se o pagamento deve ser feito a 1 de janeiro de 2025 aos médicos, ou em momento posterior e de forma faseada.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao plano de pagamentos, eu penso que fui clara.

O diploma é da iniciativa do Governo, ouvimos a Sra. Secretária, deu-nos boa nota daquilo que estava acordado com as estruturas sindicais.

Apreciado o diploma, a coligação entendeu, à semelhança do que havia acontecido com diplomas anteriores de teor semelhante, introduzir um plano de pagamentos.

O PS e as outras bancadas votarão como entenderem estas propostas de alteração. Nós entendemos fazê-lo assim, fizemo-lo. O Governo Regional também não vai votar as nossas propostas de alteração. Portanto, a iniciativa do Governo Regional mantém-se a que foi apresentada. A coligação entendeu apresentar propostas de alteração, à semelhança do que aconteceu. Os senhores votarão como entenderem. Estas propostas de alteração vão na sequência e estão alinhadas com aquilo que é o entendimento com os sindicatos. E, portanto, da nossa parte, estamos tranquilos com aquilo que venha a ser a votação.

Relativamente ao artigo da imperatividade que se levantou aqui, já o Sr. Deputado António Lima tinha falado disso no início da sua intervenção, apenas dar nota de que um artigo idêntico consta naquilo que são os diplomas que aprovámos e que votámos todos favoravelmente. O senhor votou favoravelmente.

Deputado António Lima (BE): Votámos contra!

A Oradora: Pronto, Sr. Deputado António Lima, não vou sequer contrariá-lo, até porque não preciso.

Devo dizer que, relativamente ao DLR dos farmacêuticos e ao DLR dos técnicos

superiores de diagnóstico e terapêutica, o nosso voto foi a favor. Já constava, na época, este alerta na nota técnica, que não contesto. Lembrar também que o Sr. Representante da República promulgou ambos os diplomas com esta norma.

E, portanto, entendemos que fizemos propostas de alteração aos artigos que entendemos que deveríamos contribuir. Relativamente a este artigo, tendo em conta o histórico, que ele consta dos diplomas e que, inclusive, os diplomas foram promulgados, portanto, não vimos necessidade de fazer nenhuma proposta de alteração sobre esta matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Toste, o Partido Socialista, nem na República, nem na Região, até ao momento, conseguiu implementar uma avaliação de desempenho que valorizasse de forma digna os profissionais de saúde, nomeadamente da carreira médica. Que legitimidade tem o Sr. Deputado, que representa um partido que nada fez em prol da carreira médica, em vir aqui tentar criar o caos e tentar fazer com que os retroativos sejam pagos de uma vez só?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Tem toda a legitimidade!

A Oradora: Onde é que está a responsabilidade do maior partido da oposição? Onde é que está, Sr. Deputado?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Sr. Deputado e o partido que representa acusam o Governo de não pagar. Eu já referi aqui o impacto financeiro significativo desta iniciativa. Eu já referi aqui a evolução da despesa com pessoal no Serviço Regional de Saúde. E o Sr. Deputado o que quer é, ao contrário do que foi feito para as outras carreiras, que na carreira médica se pague tudo de uma vez. Nas outras carreiras acordam-se retroativos. Onde é que está a justiça e o sentido de responsabilidade do Partido Socialista? Não existe. É isso que nós assistimos aqui, hoje.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Sr. Deputado quer, de forma populista, que o Governo Regional pague de uma única vez os 3,3 milhões aos médicos, conforme eu anunciei hoje, aqui, e quer deixar para trás as outras carreiras. Este Governo Regional é responsável e assume que não pode pagar tudo a todos ao mesmo tempo. Para isso não conta connosco.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo do debate, várias vezes, ouvi aqui referir: com que legitimidade? Com que legitimidade é que o Sr. Deputado José Toste faz estas afirmações? Com que legitimidade faz um conjunto de considerandos? A legitimidade aqui é só uma e é igual para todos os que aqui estão presentes, é a legitimidade democrática.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E, portanto, com a legitimidade democrática que reconheço a todos os que estão aqui presentes, deixe-me que lhe diga, Sra. Secretária, que já houve tempos em que a Sra. Secretária também ocupava esta bancada. E com a tal legitimidade democrática que reconheço a todos os que aqui estão presentes, também produzia afirmações semelhantes.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: E vou trazer aqui um exemplo: em 2019, era, a Sr. Secretária, Deputada e desta bancada afirmava: “PSD/Açores exige regularização imediata de pagamentos em atraso a fornecedores.” E falávamos, à época, de uma dívida a fornecedores de 135 milhões de euros. Não estamos aqui a falar de 4 milhões de euros, não estamos a falar de 7 milhões de euros, estávamos a falar do pagamento imediato de uma dívida que, à época, era de 135 milhões de euros. Orgulhamo-nos disso? Não! Era uma dívida elevada? Era!

Mas vamos ver qual é o histórico da Sra. Secretária quando abandonou a bancada da oposição e se sentou na bancada do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora quer desviar as atenções!

O Orador: A partir daí, o pagamento imediato deixou de ser necessário.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E, portanto, vamos ver a evolução: em 2020, 144 milhões de euros; em 2021, já da responsabilidade deste Governo Regional, e bem, uma redução, que não se deve naturalmente à Sra. Secretária, mas ao seu antecessor, para 128

milhões euros de dívidas a fornecedores; a partir daí, sempre a subir, em 2022, uma dívida de 164 milhões de euros a fornecedores; em 2023, uma dívida de 197 milhões de euros a fornecedores.

A minha legitimidade democrática também podia aqui dar margem a eu exigir o pagamento imediato, por parte do Governo Regional, aos fornecedores, que também estão em dívida em 2023, com uma dívida muito maior do que aquela que se registava em 2019, mas não o faço porque não é o correto.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: No entanto, para um pagamento de retroativos de 3 milhões, não existe aqui irresponsabilidade nenhuma em exigir que o pagamento seja feito de imediato, no dia 1 de janeiro de 2025.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Se a Sra. Secretária quando era Deputada achava que podia haver o pagamento imediato de 135 milhões de euros, também deve achar agora que não é problema o pagamento imediato de 3 milhões de euros.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Toste, que legitimidade tem o Partido Socialista para vir a esta câmara falar em dívida da saúde, quando a herança que deixou pela Saudaçor acende os 800 milhões de euros? Sr. Deputado, já se esqueceu?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Aí é que está, a Saudaçor existia para esconder a dívida aos fornecedores, que este Governo tornou transparente, Sr. Deputado! É tão simples quanto isso, a Saudaçor existia para isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E mais, Sr. Deputado, sabe muito bem o que é que aconteceu em 1999, a dívida da saúde foi zerada. O que é que aconteceu quando este Governo tomou posse, a 31 de dezembro de 2020? Foram 144 milhões de dívida, a juntar aos 800 milhões da Saudaçor. Faça as contas e veja lá quanto é que dá! É este Governo que está a pagar tudo isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E é também por causa das dívidas que o vosso Governo deixou que não conseguimos pagar tudo de uma vez. É também por causa disso, porque, naturalmente, uma dívida de 800 mais 144 milhões hipotecam o futuro de qualquer região.

E este Governo, de forma faseada e responsável, está a repor e a cumprir com

aquilo a que se propôs quando foi a votos e que mereceu a confiança dos açorianos. Isso está mais do que visto, foi explanado nas urnas. E é por isso que também estamos aqui.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Só a título de exemplo, conforme lhe disse, este Governo paga a dívida do “Bónus César”, sabe de ano, Sr. Deputado? De 2008! A antiguidade da dívida é de 2008! É paga por este Governo, que em muito onera o orçamento do Serviço Regional de Saúde, Sr. Deputado. Mas os compromissos são para serem cumpridos. E é também por isso que estamos cá.

Não está tudo bem, não. Nunca nos ouviram dizer que está tudo bem. Mas este Governo, naturalmente, traça prioridades, é um Governo responsável, que está, naturalmente, obrigado ao rigor financeiro. E não é um Governo que vem para deixar uma dupla herança, aquela que também nós aqui recebemos.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Vamos encerrar os nossos trabalhos...

Faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito rapidamente, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao artigo 5.º, pois, efetivamente, ele consta também de todos os outros diplomas que foram aprovados nesta Casa relativamente aos TSDT e também do diploma da carreira de enfermagem.

Deputado Nuno Barata (IL): Dois males não fazem um bem!

A Oradora: E, portanto, ele diz respeito a um acordo. E, naturalmente, não se sobreporá à restante matéria laboral.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão encerrados os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite a todos. Até amanhã.

Eram 20 horas.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cecília Maria Soares Estácio

Luís Carlos Cota Soares

Partido Socialista (PS)

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Deputados que faltaram à sessão:

Chega (CH)

José Paulo Machado de **Sousa**

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 217/XVI/1.^a (PAN) - Prevê a criação de um Plano Nacional de Resgate Animal "112 animal" e de equipas e infraestruturas de resgate animal - Audição n.º 12/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 07 - 19

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2024 - 08 - 08;

Assunto: N.º 203/XVI/1.^a (PCP) - Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas - Audição n.º 13/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 09 - 05

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2024 - 09 – 25.

2- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que prorroga até 31 de março de 2025 o regime transitório para atribuição do subsídio social de mobilidade - MIH - (DL 107/XXIV/2024) - Audição n.º 6/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 - 07 - 23

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2024 - 07 - 29;

Assunto: Que altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e revoga medidas no âmbito da habitação - MIH - (Reg. DLR 22/XXXIII/2024) - Audição n.º 7/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 - 08 - 12

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2024 - 08 - 20;

Assunto: Que estabelece as regras a que está sujeita a implantação e manutenção de pontos de acesso sem fios de área reduzida, no âmbito da Lei das Comunicações Eletrónicas, e assegura a aplicação, na ordem jurídica interna, do Regulamento de Execução (UE) 2020/1070 - MIH - (Reg. DL 177/XXIV/2024) - Audição n.º 9/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 - 09 - 05

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2024 - 09 - 11;

Assunto: Que define as regras sobre o desempenho energético dos centros de dados, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2023/1791, relativa à eficiência energética, e assegurando a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento Delegado (UE) 2024/1364 - MAEN - (Reg. DL 166/XXIV/2024) - Audição n.º 10/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 - 09 - 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2024 - 09 - 11.

3- Projetos de Resolução do Conselho de Ministros:

Assunto: Que atualiza o enquadramento da Conta Satélite para o Mar de modo a adequar este instrumento estatístico às necessidades de avaliação da relevância da Economia do Mar para Portugal - PCM - ME - (Reg. R. 145/XXIV/2024) - Audição n.º 8/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 - 08 - 14

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2024 - 08 - 21.

4- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 15/XIII

Assunto: Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2024 - 07 - 31

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 - 09 - 30;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR015.pdf>

N.º 16/XIII

Assunto: Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2024 - 09 - 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2024 - 10 - 03.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR016.pdf>

5- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 14/XIII

Assunto: Visa adaptar o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro à Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 - 07 - 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2024 - 09 - 30;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPpDLR014.pdf>

N.º 15/XIII

Assunto: Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 - 08 - 14

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 - 09 - 30.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPpDLR015.pdf>

N.º 16/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPpDLR016.pdf>

Assunto: Determina a aplicação, à Região Autónoma dos Açores, do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidades das pessoas com deficiência, para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei, com as necessárias adaptações

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 - 09 - 09

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

6- Propostas de Resolução:

N.º 4/XIII

Assunto: Prémio Literário Vitorino Nemésio

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2024 - 07 - 15

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 - 09 - 05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPpR004.pdf>

N.º 5/XIII

Assunto: Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2024 - 08 - 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2024 - 09 - 06.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPpR005.pdf>

7- Petições:

N.º 8/XIII

Assunto: Alteração da Legislação Regional sobre Inspeções Periódicas a Motociclos na RAA, Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, de 31 de outubro

Proveniência: Luís Miguel Braga Cabral

Data de Entrada: 2024 - 08 - 29

Comissão: Economia

Limite de parecer: Em processo de admissão

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti1863.pdf

8- Requerimentos:

Assunto: Estudos encomendados pelo Governo Regional para quantificar sobrecustos da Região Autónoma dos Açores nas áreas da saúde e da educação

Autores: Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 - 07 - 15

Referência: 54.02.00 – N.º 86/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque86.pdf

Assunto: PS pede esclarecimentos sobre retrocesso na ampliação da pista do aeroporto do Pico

Autores: Marta Matos, Mário Tomé, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 16

Referência: 54.02.06 – N.º 87/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque87.pdf

Assunto: Proteção e reconversão do património da SINAGA

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 16

Referência: 54.08.02 – N.º 88/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque88.pdf

Assunto: Informação sobre ponto de situação relativo à implementação da Resolução n.º 24/2023/A, de 25 de maio, que levou à criação de um grupo de trabalho temporário para agilizar a aprovação de projetos de investimentos pendentes no âmbito do Programa PRORURAL+

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 17

Referência: 54.10.00 – N.º 89/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque89.pdf

Assunto: Recusa em varar e reparar embarcações no porto da Praia da Vitória

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 17

Referência: 54.10.03 – N.º 90/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque90.pdf

Assunto: Impacto financeiro dos ACMI no Plano de Reestruturação da SATA acordado com a Comissão Europeia

Autores: Andreia Cardoso, Carlos Silva, Joana Pombo Tavares, Gualberto Rita, Luís Vieira Leal, Marlene Damião e Patrícia Miranda (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 91/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque91.pdf

Assunto: Campo de Golfe da ilha Terceira

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 18

Referência: 54.09.03 – N.º 92/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque92.pdf

Assunto: Situação das Listas de Espera Cirúrgicas na Região (junho de 2024)

Autores: José Miguel Toste, Andreia Cardoso, Dora Valadão, Lúcio Rodrigues, Marta Matos, Russell Sousa, Carlos Silva e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 93/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque93.pdf

Assunto: Estudo de ampliação da pista do aeroporto do Pico

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 19

Referência: 54.09.06 – N.º 94/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque94.pdf

Assunto: Visita do Embaixador de Israel aos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 95/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque95.pdf

Assunto: Informação atualizada sobre o número de veículos sem condutor (Rent-a-Car) na Região Autónoma dos Açores

Autores: Marlene Damião, Carlos Silva, Patrícia Miranda, Gualberto Rita, Luís Vieira Leal, Andreia Cardoso, e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 96/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque96.pdf

Assunto: Encerramento de balcões de venda da SATA

Autores: Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 19

Referência: 54.01.00 – N.º 97/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque97.pdf

Assunto: Atrasos no pagamento do Programa Nascer +

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 22

Referência: 54.09.00 – N.º 98/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque98.pdf

Assunto: Mineração dos fundos marinhos no PSOEM-Açores

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 23

Referência: 54.08.00 – N.º 99/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque99.pdf

Assunto: Irregularidades laborais em empresa de segurança privada com contratos com entidades públicas nos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 100/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque100.pdf

Assunto: Encerramento Unidade de Saúde dos Remédios

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 23

Referência: 54.09.02 – N.º 101/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque101.pdf

Assunto: Gruas do porto do Varadouro e do porto de Castelo Branco

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 24

Referência: 54.09.07 – N.º 102/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque102.pdf

Assunto: Falta de manutenção das gruas e pórticos dos Açores está a prejudicar os pescadores açorianos

Autores: Gualberto Rita, Lubélio Mendonça, Andreia Cardoso, Joana Pombo Tavares, José Ávila, Mário Tomé e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 103/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque103.pdf

Assunto: Cedência de terreno da Câmara Municipal das Lajes do Pico para construção de novo Centro de Saúde

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 24

Referência: 54.06.06 – N.º 104/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque104.pdf

Assunto: Informações sobre o HDES

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 26

Referência: 54.06.02 – N.º 105/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque105.pdf

Assunto: Problemas na Escola Secundária Manuel de Arriaga

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 26

Referência: 54.09.07 – N.º 106/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque106.pdf

Assunto: Encerramento da Residência Sénior HP no Faial

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 26

Referência: 54.09.07 – N.º 107/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque107.pdf

Assunto: Baixas fraudulentas

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 30

Referência: 54.09.00 – N.º 108/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque108.pdf

Assunto: Fraca execução do Plano de Recuperação e Resiliência dos Açores (PRR-Açores)

Autores: Carlos Silva, Andreia Cardoso, Joana Pombo Tavares, Gualberto Rita, Luís Vieira Leal, Marlene Damião e Patrícia Miranda (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 109/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque109.pdf

Assunto: PS/Açores preocupado com prejuízos nas culturas agrícolas devido à inércia do Governo no controlo de pragas

Autores: Patrícia Miranda, Joana Pombo Tavares, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Miguel Toste, Mário Tomé, Marta Matos, José Ávila e Luís Vieira Leal (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 110/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque110.pdf

Assunto: Plano Regional Anual 2024 – desagregação espacial e execução

Autores: Carlos Silva, Andreia Cardoso, Joana Pombo Tavares, Gualberto Rita, Luís Vieira Leal, Marlene Damião e Patrícia Miranda (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 111/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque111.pdf

Assunto: Governo Regional esconde planos e orçamentos e planos estratégicos plurianuais das entidades do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores

Autores: Carlos Silva, Joana Pombo Tavares, José Miguel Toste, Flávio Pacheco, Inês Sá, Lúcio Rodrigues, Marlene Damião, Andreia Cardoso, Sandra Costa Dias, Dora Valadão, Gualberto Rita, Luís Vieira Leal, Marta Matos, Patrícia Miranda e Russell Sousa (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 112/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque112.pdf

Assunto: Divulgação do estudo económico e financeiro e do parecer jurídico que sustentam o encerramento das lojas da SATA nos centros urbanos e “geram uma poupança anual de 1,5 milhões de euros”

Autores: Carlos Silva, Andreia Cardoso, Joana Pombo Tavares, Gualberto Rita, Luís Vieira Leal, Marlene Damião e Patrícia Miranda (PS)

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 113/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque113.pdf

Assunto: Constrangimentos no transporte marítimo de mercadorias

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 01

Referência: 54.06.00 – N.º 114/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque114.pdf

Assunto: Atraso no concurso para o transporte público terrestre de passageiros penaliza a população de São Miguel

Autores: Marlene Damião, Carlos Silva, Gualberto Rita, Flávio Pacheco, Patrícia Miranda, Russell Sousa, Sandra Costa Dias e Vasco Cordeiro (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 01

Referência: 54.02.02 – N.º 115/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque115.pdf

Assunto: Doentes deslocados das ilhas sem Hospital esperam reembolsos do Serviço Regional de Saúde há mais de 6 meses

Autores: Dora Valadão, José Eduardo, Lubélio Mendonça, Mário Tomé, Marta Matos, José Miguel Toste, e Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 116/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque116.pdf

Assunto: Lugares oferecidos e lugares utilizados no Verão IATA de 2019, 2022 e 2023, e bem assim no decurso do atual período, nos voos realizados pelo Grupo SATA para as rotas liberalizadas e não liberalizadas entre os Açores e o território continental português

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 117/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque117.pdf

Assunto: Despesas com empresas públicas e institutos

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 05

Referência: 54.09.00 – N.º 118/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque118.pdf

Assunto: Desleixo do Governo Regional na manutenção da Estrada Regional de acesso à Lagoa do Congro prejudica mobilidade dos residentes e dos turistas

Autores: Flávio Pacheco, Marlene Damião, Carlos Silva, Andreia Cardoso, Joana Pombo Tavares, Patrícia Miranda, Russell Sousa, Sandra Costa Dias, Gualberto Rita e Vasco Cordeiro (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 06

Referência: 54.02.02 – N.º 119/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque119.pdf

Assunto: Beneficiários do rendimento social de inserção inscritos nos Centros de Emprego da Região

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 07

Referência: 54.09.00 – N.º 120/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque120.pdf

Assunto: Dupla penalização da medida + JOVEM - VALORIZAÇÃO SALARIAL coloca entraves a jovens Açorianos

Autores: Russell Sousa, José Miguel Toste, Dora Valadão, Lúcio Rodrigues, Flávio Pacheco, Marta Matos, Inês Sá e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 08

Referência: 54.02.00 – N.º 121/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque121.pdf

Assunto: Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMEDIA

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 09

Referência: 54.09.00 – N.º 122/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque122.pdf

Assunto: Atribuição de subsídio de risco aos Bombeiros dos Açores

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 09

Referência: 54.09.00 – N.º 123/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque123.pdf

Assunto: PS questiona recuo do Governo Regional no investimento do entreposto frigorífico da Graciosa

Autores: José Ávila, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 13

Referência: 54.02.04 – N.º 124/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque124.pdf

Assunto: Contratar o transporte coletivo de passageiros na Terceira é mais uma promessa adiada por este Governo

Autores: Berto Messias, Andreia Cardoso, Luís Vieira Leal e José Miguel Toste (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 13

Referência: 54.02.00 – N.º 125/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque125.pdf

Assunto: Atlânticoline não cumpre com as suas obrigações

Autores: Isabel Teixeira, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 16

Referência: 54.02.00 – N.º 126/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque126.pdf

Assunto: IROA continua com Presidente demissionário há mais de oito meses

Autores: Patrícia Miranda, Andreia Cardoso, Isabel Teixeira, Flávio Pacheco,

Carlos Silva, José Ávila, Sandra Costa Dias, Joana Pombo Tavares, Marlene Damião, Russell Sousa, Luís Vieira Leal, Inês Sá, Lubélio Mendonça e José Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 21

Referência: 54.02.00 – N.º 127/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque127.pdf

Assunto: Barcos chineses ao largo da ilha das Flores

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 23

Referência: 54.09.08 – N.º 128/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque128.pdf

Assunto: Clube de Golfe da ilha Terceira

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 23

Referência: 54.09.03 – N.º 129/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque129.pdf

Assunto: Tarifas da Marina de Angra do Heroísmo

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 24

Referência: 54.09.03 – N.º 130/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque130.pdf

Assunto: Governo Regional do PSD abandonou o Porto de Pescas da Praia da Graciosa

Autores: José Ávila, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 27

Referência: 54.02.04 – N.º 131/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque131.pdf

Assunto: Incêndio no Centro Processamento Resíduos de São Jorge na iminência de causar graves problemas de Saúde Pública

Autores: Isabel Teixeira, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 28

Referência: 54.02.05 – N.º 132/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque132.pdf

Assunto: Programas de Manutenção do Emprego

Autores: Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2024 – 08 – 28

Referência: 54.01.00 – N.º 133/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque133.pdf

Assunto: Hospital modular em Ponta Delgada

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 02

Referência: 54.09.02 – N.º 134/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque134.pdf

Assunto: Atraso no pagamento das contribuições às Associações de Proteção Animal

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 135/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque135.pdf

Assunto: Estado de abandono do Centro de Processamento de Resíduos da ilha do Corvo constitui um verdadeiro crime ambiental

Autores: Lubélio Mendonça, José Ávila, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 04

Referência: 54.02.09 – N.º 136/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque136.pdf

Assunto: Governo Regional insiste em não prestar contas aos Açorianos sobre o cumprimento do Plano de Reestruturação do Grupo SATA

Autores: Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 137/XIII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque137.pdf

Assunto: Decorridos 18 meses desde a sua constituição, ainda se desconhece o trabalho da EMAFIS - Estrutura de Missão para o Acompanhamento do Financiamento da Saúde nos Açores

Autores: Flávio Pacheco, Andreia Cardoso, Inês Sá, Isabel Teixeira, José Ávila, Marlene Damião, Patrícia Miranda, Russell Sousa, Sandra Costa Dias, Vasco Cordeiro, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.02.00 – N.º 138/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque138.pdf

Assunto: Encerramento do bar da consulta externa do HDES

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.09.02 – N.º 139/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque139.pdf

Assunto: Porto do Topo em São Jorge

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.09.05 – N.º 140/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque140.pdf

Assunto: Estrada alternativa à Ribeira Quente

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.09.02 – N.º 141/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque141.pdf

Assunto: Porto da Ribeira Quente

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.09.02 – N.º 142/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque142.pdf

Assunto: Conselho Regional da Agricultura

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.09.00 – N.º 143/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque143.pdf

Assunto: Sucessivas irregularidades no abastecimento por via marítima à ilha das Flores estão a prejudicar economia local

Autores: José Eduardo, Dora Valadão, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.02.08 – N.º 144/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque144.pdf

9- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Atrasos no envio do relatório anual e na publicação de boletins informativos mensais e relatórios trimestrais do SIGICA originam ausência total de dados atualizados sobre a situação das listas de espera cirúrgicas na Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 17/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp17.pdf

Assunto: Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMEDIA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 19

Referência: 54.09.00 – N.º 77/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp77.pdf

Assunto: Incumprimento do Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica dos Alunos pelo Governo Regional dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 73/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp73.pdf

Assunto: Obras de ampliação da Aerogare do Corvo e do Quartel dos Bombeiros

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 25

Referência: 54.02.09 – N.º 76/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp76.pdf

Assunto: Preparação do modelo de contratação e das condições técnicas para o fornecimento de combustível para a produção de energia a partir de 2025

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 25

Referência: 54.06.00 – N.º 78/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp78.pdf

Assunto: (Des)valorização das Auxiliares de Educação

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 30

Referência: 54.08.00 – N.º 42/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp42.pdf

Assunto: Casas de habitação social

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 30

Referência: 54.09.00 – N.º 80/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp80.pdf

Assunto: Encerramento de três escolas do 1.º ciclo no Nordeste e na Povoação

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 30

Referência: 54.06.02 – N.º 84/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp84.pdf

Assunto: PS/Açores preocupado com perda de apoios no setor vitivinícola dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 85/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp85.pdf

Assunto: Encerramento Unidade de Saúde dos Remédios

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 30

Referência: 54.09.02 – N.º 101/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp101.pdf

Assunto: PS pede esclarecimentos sobre retrocesso na ampliação da pista do aeroporto do Pico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Referência: 54.02.06 – N.º 87/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp87.pdf

Assunto: Estudo de ampliação da pista do aeroporto do Pico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Referência: 54.09.06 – N.º 94/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp94.pdf

Assunto: Informação atualizada sobre o número de veículos sem condutor (Rent-a-Car) na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 96/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp96.pdf

Assunto: Recusa em varar e reparar embarcações no porto da Praia da Vitória

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 01

Referência: 54.10.03 – N.º 90/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp90.pdf

Assunto: Solicitação de Relatórios que se encontram na posse do Governo Regional relativos aos motivos do incêndio que deflagrou no HDES e à resposta futura em matéria de cuidados de saúde aos Açorianos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02

Referência: 54.02.02 – N.º 82/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp82.pdf

Assunto: Visita do Embaixador de Israel aos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 95/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp95.pdf

Assunto: Encerramento da Residência Sénior HP no Faial

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02

Referência: 54.09.07 – N.º 107/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp107.pdf

Assunto: Lesados do Banif dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 07

Referência: 54.09.00 – N.º 72/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp72.pdf

Assunto: Informação sobre ponto de situação relativo à implementação da Resolução n.º 24/2023/A, de 25 de maio, que levou à criação de um grupo de trabalho temporário para agilizar a aprovação de projetos de investimentos pendentes no âmbito do Programa PRORURAL+

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 07

Referência: 54.10.00 – N.º 89/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp89.pdf

Assunto: Tratamentos de fisioterapia nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 08

Referência: 54.09.00 – N.º 79/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp79.pdf

Assunto: Encerramento de balcões de venda da SATA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 08

Referência: 54.01.00 – N.º 97/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp97.pdf

Assunto: Situação das Listas de Espera Cirúrgicas na Região (junho de 2024)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 09

Referência: 54.02.00 – N.º 93/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp93.pdf

Assunto: Gruas do porto do Varadouro e do porto de Castelo Branco

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 09

Referência: 54.09.07 – N.º 102/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp102.pdf

Assunto: Governo Regional esconde planos e orçamentos e planos estratégicos plurianuais das entidades do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 09

Referência: 54.02.00 – N.º 112/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp112.pdf

Assunto: Atrasos no pagamento do Programa Nascer +

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 12

Referência: 54.09.00 – N.º 98/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp98.pdf

Assunto: Falta de manutenção das gruas e pórticos dos Açores está a prejudicar os pescadores açorianos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 12

Referência: 54.02.00 – N.º 103/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp103.pdf

Assunto: Atraso no concurso para o transporte público terrestre de passageiros penaliza a população de São Miguel

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 12

Referência: 54.02.02 – N.º 115/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp115.pdf

Assunto: Mineração dos fundos marinhos no PSOEM-Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 13

Referência: 54.08.00 – N.º 99/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp99.pdf

Assunto: Proteção e reconversão do património da SINAGA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 19

Referência: 54.08.02 – N.º 88/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp88.pdf

Assunto: Campo de Golfe da ilha Terceira

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 19

Referência: 54.08.02 – N.º 92/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp92.pdf

Assunto: Estudos encomendados pelo Governo Regional para quantificar sobrecustos da Região Autónoma dos Açores nas áreas da saúde e da educação

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 86/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp86.pdf

Assunto: Irregularidades laborais em empresa de segurança privada com contratos com entidades públicas nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 20

Referência: 54.06.00 – N.º 100/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp100.pdf

Assunto: Empréstimo danoso contraído pela SATA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 30

Referência: 54.09.00 – N.º 81/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp81.pdf

Assunto: Empréstimo constituído pela SATA junto do JP Morgan

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 83/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp83.pdf

Assunto: Divulgação do estudo económico e financeiro e do parecer jurídico que sustentam o encerramento das lojas da SATA nos centros urbanos e “geram uma poupança anual de 1,5 milhões de euros”

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 113/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp113.pdf

Assunto: Constrangimentos no transporte marítimo de mercadorias

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 114/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp114.pdf

Assunto: Lugares oferecidos e lugares utilizados no Verão IATA de 2019, 2022 e 2023, e bem assim no decurso do atual período, nos voos realizados pelo Grupo SATA para as rotas liberalizadas e não liberalizadas entre os Açores e o território continental português

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 117/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp117.pdf

Assunto: Beneficiários do rendimento social de inserção inscritos nos Centros de Emprego da Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 08 – 30

Referência: 54.09.00 – N.º 120/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp120.pdf

Assunto: Desleixo do Governo Regional na manutenção da Estrada Regional de acesso à Lagoa do Congro prejudica mobilidade dos residentes e dos turistas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 02

Referência: 54.02.02 – N.º 119/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp119.pdf

Assunto: IROA continua com Presidente demissionário há mais de oito meses

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 127/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp127.pdf

Assunto: Vagas para crianças com necessidades especiais

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 71/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp71.pdf

Assunto: PS questiona recuo do Governo Regional no investimento do entreposto frigorífico da Graciosa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 04

Referência: 54.02.04 – N.º 124/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp124.pdf

Assunto: Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMEDIA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.09.00 – N.º 122/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp122.pdf

10- Informações:

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII – Aprova o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027, até 5 de agosto de 2024

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 07 – 10;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a prorrogação da substituição temporária por motivo relevante, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, até ao dia 11 de agosto (inclusive)

Proveniência: João Fernando Castro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 07 – 15;

Assunto: Ofício ref.ª S/1557/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 10/2024 – VIC/SRATC – Verificação interna da conta da Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A. (exercício de 2022), objeto de recusa de homologação, em sessão de 12-07-2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 07 – 15;

Assunto: Ofício ref.^a S/1561/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 3/2024 – FS/SRATC – Auditoria ao PRR-Açores: Investimento TC-C14-i03 – Transição Energética nos Açores, aprovado em sessão de 12-07-2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 07 – 15;

Assunto: Ofício ref.^a 57605063 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado Berto José Branco de Messias, possa ser ouvido em audição na qualidade de testemunha, no âmbito do Inquérito 309/24.8T9PDL, que corre termos na procuradoria da República da Comarca dos Açores – 1.^a Secção de Ponta Delgada

Proveniência: Beatriz Pavão, Oficial de Justiça, por ordem do Procurador da República

Data de Entrada: 2024 – 07 – 16;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII (GOV) – Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período compreendido entre 2025 e 2028, até 13 de setembro de 2024

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposto para Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., o Dr. José António Marcos Soares e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 07 – 18;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 7/XIII (IL) – Recomenda ao Governo Regional a alteração da regulamentação no que concerne ao licenciamento de táxis com distintivo e cor padrão

Proveniência: Alexandra Carvalho e Cunha, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 07 – 18;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 19 de julho de 2024, a Comissão Especializada Permanente de Política Geral deliberou admitir a Petição n.º 7/XIII – Processo extraordinário de integração de assistentes operacionais e bolseiros ocupacionais nas escolas

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 19;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII (GOV) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores, até 27 de setembro de 2024

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 07 – 22;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII (PAN) - Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores, até 9 de setembro de 2024 e da Petição n.º 63/XII – Assistente operacional, assistente técnico e técnico superior da Administração Pública Regional dos Açores, até 2 de setembro de 2024

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 22;

Assunto: Ofício ref.ª 24/GP/2024 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a indicação, no prazo de 30 dias úteis, dos dois representantes da Região Autónoma dos Açores, no Conselho Económico e Social, efetivos e suplentes, relativamente à qual se deverá observar o critério de paridade entre homens e mulheres, nos termos e para os efeitos nas alíneas j) do n.º 1 e n.ºs 2 e 5 do artigo 3.º da Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, na sua atual redação

Proveniência: Luís Miguel Pais Antunes, Presidente do Conselho Económico e Social

Data de Entrada: 2024 – 07 – 26;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os seguintes documentos, aprovados em reunião ordinária do Plenário do CESA: Parecer sobre o Relatório Periódico de Monitorização Trimestral - 1.º T de 2024,

do Plano de Recuperação e Resiliência dos Açores (PRR-Açores); Recomendação sobre o Banco Português de Fomento

Proveniência: Lúcia Resendes, Assistente Técnica do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 07 – 26;

Assunto: Ofício ref.^a S/1659/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 4/2024 – FS/SRATC – Auditoria ao financiamento do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER, aprovado em sessão de 26 de julho de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 07 – 29;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 1/XIII (GOV) - Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores, até 30 de setembro de 2024 e 6/XIII (GOV) - Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores, até 16 de setembro de 2024, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII (PAN) - Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores, até 12 de setembro de 2024 e da Petição n.º 3/XIII – Alteração legislativa com vista a permitir a contabilização das avaliações de desempenho obtidas ao abrigo de contratos a termo resolutivo para efeitos de valorização remuneratória, até 16 de setembro de 2024

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada

Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 31

Assunto: Ofício ref.^a S/1695/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 5/2024 – FS/SRATC – Auditoria à monitorização da qualidade do ar na Região Autónoma dos Açores, aprovado em sessão de 31 de julho de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 08 – 01;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dando conhecimento do teor do email enviado à Administração da SATA sobre o fecho das lojas nas nossas ilhas

Proveniência: José António Corvelo Freitas, Presidente do Conselho de Ilha das Flores

Data de Entrada: 2024 – 08 – 01;

Assunto: of. 3982/2024 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Congratulação – 25.º Aniversário do Comando Regional da Polícia de Segurança Pública dos Açores e a informar que se procedeu ao devido encaminhamento do mesmo à Polícia de Segurança Pública para conhecimento

Proveniência: José Cal Gonçalves, Chefe do Gabinete de Sua Excelência a Ministra da Administração Interna

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Petição

n.º 5/XIII – Regulamento de Tarifas da Marina de Angra do Heroísmo, até 15 de outubro de 2024

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 08 – 08;

Assunto: of. 260/2024 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Congratulação pela nomeação de Monsenhor António Saldanha como Cónego da Basílica de Santa Maria Maior, aprovado por unanimidade, no plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 11 de abril de 2024

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2024 – 08 – 05;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/144 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório do 1.º semestre do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, de acordo com o n.º 3 do artigo 19.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2021/A, de 22 de abril

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 08 – 09;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/148 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os documentos de prestação anual de contas das Empresas do SPER, em cumprimento com o artigo

4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 08 – 12;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Petição n.º 1/XIII – Por um sistema de evacuações médicas mais eficaz pela FAP na RAA, até 30 de setembro de 2024

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 08 – 13;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a prorrogação da substituição temporária por motivo relevante, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, até ao dia 9 de setembro (inclusive)

Proveniência: João Fernando Castro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 08 – 14;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a informar que, com o intuito de assinar contrato em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do artigo 99.º do EPARAA e do artigo 21.º do Estatuto dos Deputados, exercerá o seu mandato no dia 1 de setembro de 2024 em regime de não permanência e retorno do exercício do mandato em regime de permanência a partir do dia 2 de setembro, inclusive

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 08 – 19;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitando que, na próxima sessão plenária, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores designe um representante para a Comissão de Acompanhamento, nos termos do artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/A, de 8 de agosto

Proveniência: Octávio Torres, Diretor Regional da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local

Data de Entrada: 2024 – 08 – 20;

Assunto: of. 355/GPAR-CS-MUL remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a solicitar a designação de um membro para o Conselho de Ação Climática

Proveniência: Sérgio Morais, Tenente-Coronel, Chefe de Gabinete em substituição de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 08 – 28;

Assunto: Requerimento remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando cópia dos estudos recomendados à Universidade dos Açores e à Universidade Nova de Lisboa para quantificar os sobrecustos da Região Autónoma dos Açores nas áreas da Saúde e da Educação, que foram entregues ao parlamento pelo Governo Regional, em resposta ao requerimento 86/XIII, do Grupo Parlamentar do PS, e que foram classificados como confidenciais

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 08 – 29;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a prorrogação da substituição temporária por motivo relevante, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, até ao dia 30 de setembro (inclusive)

Proveniência: João Fernando Castro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 04;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII (GOV) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, pelo qual foi criado o Instituto do Vinho e da Vinha dos Açores, IPRA, abreviadamente designado por IVV Açores, IPRA, até 19 de setembro de 2024

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 09 – 04;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão de mandato de Deputado, pelo círculo eleitoral da ilha do Pico, por se encontrar na situação prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA e nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir do dia 2 de setembro de 2024, inclusive

Proveniência: José António Marcos Soares, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 09 – 04;

Assunto: Ofício 46/024/MS a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação da suspensão do mandato do Deputado José António Marcos Soares, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pelo candidato, Carlos Eduardo da Cunha Freitas, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 2 de setembro de 2024, inclusive

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 09 – 04;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão de mandato de Deputado, pelo círculo eleitoral da ilha do Pico, por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, com efeitos a partir do dia 2 de setembro de 2024, inclusive, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Bernardo Oliveira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 09 – 05;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 6/XIII (PAN) - Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores, até 9 de outubro de 2024 e 13/XIII (PAN) - Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores, até 14 de outubro de 2024 e da Petição n.º 63/XII – Assistente operacional, assistente técnico e técnico superior da Administração Pública Regional dos Açores, até 2 de outubro de 2024

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 09 – 06;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2024/744 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII - Determina a aplicação, à Região Autónoma dos Açores, do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidades das pessoas com deficiência, para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei, com as necessárias adaptações

Proveniência: Duarte Pimentel, P'lo Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09;

Assunto: Requerimento para uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII – Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante

Proveniência: Pedro Neves, Deputado da representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09;

11- Relatórios:

Assunto: Sobre a Petição n.º 61/XII – Proteção do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) exigindo mais tempo para análise e avaliação do impacto socioeconómico da proposta na 2.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, à Rede de Áreas Marinhas

Protegidas dos Açores (RAMPA)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 07 – 23;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare2665.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 62/XII – Áreas Marinhas Protegidas dos Açores - Implementação Urgente

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 07 – 24;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare3054.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII (GOV) – Aprova o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR009.pdf>

Assunto: Sobre a audição parlamentar do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se refere a alínea d) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, conjugado com o n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados em anexo à Lei n.º 39/2014, de 9 de julho

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares,

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20026.pdf

Assunto: Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado António Manuel Raposo Lima

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 08 – 29;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20120.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 5/XIII (Mesa da ALRAA) – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpR005.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20163.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XIII (GOV) – Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores da carreira especial médica, a adotar pelos serviços e

organismos que integram o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 07 – 25;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR007.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 217/XVI/1.^a (PAN) - Prevê a criação de um Plano Nacional de Resgate Animal "112 animal" e de equipas e infraestruturas de resgate animal - Audição n.º 12/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 08 – 05;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIIP1952-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII (PSD/CDS-PP/PPM/CH) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 09 – 02.

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR012_7.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 09 – 06;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20147.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 2/XIII – Pela Igualdade de Oportunidades no Acesso

à Educação - Revisão da Portaria n.º 58/2023, de 10 de julho

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 07 – 18;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpare493.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 4/XIII (Mesa da ALRAA) – Prémio Literário Vitorino Nemésio

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 09 – 06.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpR004.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 09 – 06;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20149.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 8/XVI (GOV) – Grandes Opções 2024-2028 - Audição n.º 11/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 23;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIIP1950-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Prorroga até 31 de março de 2025 o regime transitório para atribuição do subsídio social de mobilidade - MIH - (DL 107/XXIV/2024) - Audição n.º 6/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 29;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 7/XIII (IL) – Recomenda ao Governo Regional a alteração da regulamentação no que concerne ao licenciamento de táxis com distintivo e cor padrão

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 07 – 29;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR007.pdf>

Assunto: Da audição do Gestor Público indigitado para Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor, Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 08 – 02;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20047.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e revoga medidas no âmbito da habitação - MIH - (Reg. DLR 22/XXXIII/2024) - Audição n.º 7/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 08 – 19;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução do Conselho de Ministros que - Atualiza o enquadramento da Conta Satélite para o Mar de modo a adequar este instrumento estatístico às necessidades de avaliação da relevância da Economia do Mar para Portugal - PCM - ME - (Reg. R. 145/XXIV/2024) - Audição n.º 8/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 08 – 20.

12- Diários e Separatas:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 11, 14, 15, 18, 19 e 20/XIII e a Separata n.º 13/XIII.

O redator, *André Silva*